

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador:  
caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio / S.C.**

Janine Moreira

Florianópolis  
1994

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador:  
o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio / S.C.**

Janine Moreira

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de **Mestre em  
Sociologia Política** no Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa Catarina, sob a  
Orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ignez S.  
Paulilo.

Florianópolis  
1994

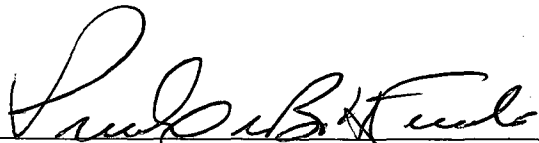
**A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador:  
O caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio / S.C.**

Janine Moreira

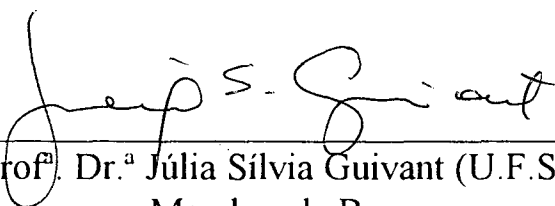
**Banca Examinadora**



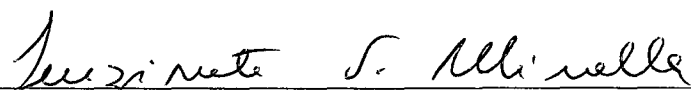
Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Ignez Silveira Paulilo (U.F.S.C.)  
Presidente da Banca e Professora Orientadora



Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Botta Ferrante (UNESP-Araraquara)  
Membro da Banca e Professora Convidada



Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Júlia Sílvia Guivant (U.F.S.C.)  
Membro da Banca



Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Luzinete Simões Minella (U.F.S.C.)  
Membro Suplente da Banca

Florianópolis, S.C.  
Novembro de 1994

Ao Arildo, Janet, Josane e Toninho, família  
amiga e companheira;

Ao Eros, companheiro deste e de tantos  
outros caminhos;

Aos amigos do CPCH, que juntos construímos  
um projeto, cujo trabalho constitui-se em uma  
de suas partes

## AGRADECIMENTOS

Sempre quando lia a parte dos "Agradecimentos" das publicações não entendia inteiramente o motivo de muitos deles. Mas quando nos deparamos com um trabalho destes a fazer, vemos claramente que ele só se viabiliza pela participação de inúmeras pessoas. Assim, agradeço em especial às essas pessoas que estiveram, das mais variadas formas, em meu caminho, tornando possível este trabalho, que, aliás, tem um pouco de cada uma:

- Aos agricultores entrevistados, que se dispuseram a interromper o seu trabalho e a me receber em suas casas, muitas vezes sem compreender completamente o sentido deste trabalho que, apesar do esforço de ser elaborado a partir deles, de imediato não consegue escapar à estranheza em relação à sua realidade concreta;

- À todo o pessoal do escritório da Epagri do município de Presidente Getúlio, o qual, mesmo alterando o cotidiano de seu trabalho, não negou esforços em viabilizar o transporte necessário para o acesso às unidades rurais, como também de me acolher em seu local de trabalho;

- Em especial, agradeço à Arlete, que além de ter me fornecido hospedagem em sua casa durante todo o período

de campo, foi também uma ótima companhia, propiciando o clima de tranqüilidade e bem estar tão necessários para esta difícil etapa da pesquisa;

- Ao empenho de Celomar e José Stedile em fornecer as condições necessárias para minha permanência no município;

- À EPAGRI, que pelo convênio com a UFSC viabilizou todo o trabalho de campo;

- À EPAGRI, CRAVIL e ICEPA, pelas informações obtidas;

- À Solange e Vade, pela árdua tarefa de transcrição de parte das entrevistas;

- Ao Gilberto e Ione, pelo empenho que tiveram em contribuir para o melhoramento da escrita deste trabalho, assim como pelas conversas que tivemos acerca dele;

- Ao Luiz Fernando, por ter gasto horas para me introduzir nesta "complicada" informática, tão necessária para o andamento do trabalho;

- À Albertina e Otto, por terem realizado parte dos "acabamentos" para a impressão final;

- À Tânia, Prezotto, Lucila, Vander e Henrique, por terem, de diferentes formas, contribuído nos momentos de finalização do trabalho;

- À turma de alunos do mestrado em Sociologia Política, mediação importante nestes anos de curso; também aos alunos do curso que não são de minha turma, mas que foram importantes neste caminho, em especial à Tânia, Lorena, Ariane, Ana Paula e Célio;

- Aos professores do curso, pela mediação intelectual necessária;

- Aos funcionários da Universidade, que dos "bastidores" criam toda a estrutura necessária para podermos estudar; em especial à Albertina e à Fátima, que parecem saber de antemão tudo do que estamos necessitando;

- Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida;

- Ao professor Pedro Bertolino, que mesmo participando deste trabalho de um forma bastante indireta, foi mediação fundamental na construção de um aparato teórico que pudesse dar sustentação às inúmeras interrogações, e mais do que isso, mediação ao fato mesmo de possibilitar que tais interrogações pudessem ter sido formuladas, na busca de suas respostas;

- À turma original do Centro de Psicologia e Ciências do Homem, mediação fundamental para tantas coisas. Este trabalho não deixa de ser uma parte daquele nosso antigo projeto. Fora isto, a amizade presente em todos os momentos cumpre sempre um papel de extrema riqueza;

- Neste grupo, uma ausência recentemente se fez. Mas Heloiza, cuja vida foi roubada num único instante,

continua se fazendo presente naquilo que dela ficou em cada um de nós;

- À Ana Luiza e Suzana, com quem tive oportunidade de discutir teoricamente;

- À Marisa, mediação fundamental na reestruturação de uma "certa" personalidade, que sem dúvida, foi muito necessária para enfrentar a árdua tarefa de se fazer um Mestrado;

- Aos meus pais, Arildo e Janet, a quem parece que agradecer nunca se torna suficiente, mediante o papel que desempenham e que se concretizou em todo o período deste trabalho pelo companheirismo - desde o fato de terem possibilitado todas as condições para o estudo dentro de casa, como pela compreensão acerca de meu tempo, que se tornou tão restrito para eles nos últimos tempos - assim como pelo interesse e vibração pelas atividades;

- À Josane, minha irmã, e Toninho, meu cunhado, que sempre compreenderam a importância que para mim tinha este trabalho, fazendo-se presentes em todo o tempo;

- À Maria Ignez, minha orientadora. Se quando se chega ao final de um trabalho é difícil dizer o que existe de nosso e o que há dos outros nele, porque tudo se confunde, gerando um todo "quase" sem autor, em especial isto ocorre ainda mais em relação aos nossos orientadores, com quem discutimos acerca do trabalho simplesmente o tempo todo. Não apenas sua prontidão em me atender a qualquer



hora e para qualquer questão, mas principalmente, sua atitude em fazer com que as dificuldades que estava encontrando fossem compreendidas como fazendo parte do caminho de uma pesquisadora, principalmente de uma iniciante no ramo, através de exemplos de seu próprio caminho, me proporcionou a tranquilidade necessária para prosseguir, tornando a atividade menos "estranha" para mim;

- Ao Eros, presença que marcou de ponta a ponta este trabalho, desde a preparação do ante-projeto que possibilitou a entrada no Mestrado, até sua concretização. Sua presença como colaborador fez deste trabalho um pouco de suas próprias inquietudes que marcam tão profundamente sua vida profissional. Posteriormente, sua presença como companheiro de vida trouxe a crescente segurança de que, dando não mais do que o melhor que temos num dado momento, podemos construir um mundo que desejamos, com nossas próprias mãos;

- E por último, talvez o que foi o primeiro: um carinho para o "Coloninho", com quem a idéia de se fazer um mestrado se originou.

## **Resumo:**

O objetivo deste trabalho é compreender de que modo os agricultores estão interiorizando a lógica presente no modelo modernizador da agricultura, atualmente veiculada pelo Mercosul, e se existem diferenças de perspectiva em função do lugar que ocupam na escala produtiva. Entende-se por esta lógica a concepção de que os êxitos ou fracassos dependem exclusivamente de fatores pessoais, como se os estruturais não tivessem poder decisivo neste contexto. Trabalhou-se com quatro estratos produtivos e concluiu-se que este "modelo oficial" de modernização está sendo interiorizado de forma diferenciada entre os estratos quando em relação a alguns fatores, mas não em relação a outros. Isto quer dizer que os maiores produtores se identificam com este modelo na medida em que se sentem confirmados por ele, não o fazendo quando se sentem nele prejudicados, caracterizando que os agricultores têm sua própria lógica, nem sempre condizente com a "oficial". E há situações em que a concepção oficial encontra-se disseminada por todos os estratos produtivos, evidenciando que a lógica específica dos agricultores não é linear.

## **ABSTRACT**

The aim of the study is to understand the way farmers are assimilating the current logic of the modernizing model in agriculture, that of Mercosul, and to determine whether or not differences in perspective exist, in terms of the place each one holds on the productive scale. What is understood by this logic is that success or failure depends exclusively on personal factors, as if structural factors had no decisive role in this context. After working with four productive strata, we have concluded that this "official" model is being assimilated differently among the strata, regarding some factors, but not others. This means that the biggest producers identify with this model as long as they are confirmed by it, and do not identify when they feel jeopardized, which shows that farmers have their own logic, that is not always in consonance with the "official" one. However, there are situations in which the "official" conception is disseminated throughout all the productive strata, which reveals that the specific logic of the farmers is not linear.

## ÍNDICE

<b>BANCA EXAMINADORA .....</b>	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO E ABSTRACT .....</b>	<b>X</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS .....</b>	<b>XIII</b>
<b>SIGNIFICADO DAS ABREVIACÕES MAIS UTILIZADAS .....</b>	<b>XIV</b>
 <b>INTRODUÇÃO .....</b>	 <b>1</b>
 <b>CAPÍTULO 1 - ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....</b>	 <b>5</b>
1.1. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA .....	5
1.2. A ORIENTAÇÃO SARTREANA .....	9
 <b>CAPÍTULO 2 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....</b>	 <b>14</b>
2.1. O MODELO MODERNIZADOR .....	14
2.2. O MERCOSUL .....	21
 <b>CAPÍTULO 3 - O LEITE E A REGIÃO DE ESTUDO .....</b>	 <b>26</b>
3.1. ASPECTOS ECONÔMICOS DO LEITE NO BRASIL .....	26
3.2. O LEITE BRASILEIRO NO MERCOSUL .....	35
3.3. ASPECTOS ECONÔMICOS DO LEITE EM SANTA CATARINA .....	37
3.4. BREVE HISTÓRICO DO LEITE EM SANTA CATARINA .....	47
3.5. BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO DE ESTUDO .....	54
O VALE DO ITAJAÍ .....	54
O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO .....	61
 <b>CAPÍTULO 4 - A COOPERATIVA .....</b>	 <b>68</b>
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO .....	68
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA CRAVIL E DE SUAS POLÍTICAS FRENTE AOS ASSOCIADOS .....	71
 <b>CAPÍTULO 5 - A VISÃO OFICIAL DO MODELO MODERNIZADOR NA PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS .....</b>	 <b>89</b>
5.1. A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL .....	90
5.2. A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS SOBRE OS AGRICULTORES .....	104
 <b>CAPÍTULO 6 - A CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES .....</b>	 <b>132</b>
6.1. ASPECTOS GERAIS .....	133

6.2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FUMO .....	136
6.3. A LÓGICA INTERNA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR .....	139
OS GRANDES PRODUTORES .....	140
OS MÉDIOS PRODUTORES .....	142
OS PEQUENOS PRODUTORES .....	144
OS MICRO-PRODUTORES .....	146
6.4. O LEITE E OS INVESTIMENTOS .....	153
6.5. O LEITE E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	161
<b>CAPÍTULO 7 - A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES SOBRE A COOPERATIVA .....</b>	<b>166</b>
7.1. OS INCENTIVOS .....	167
7.2. O LEITE DE EXCESSO .....	174
7.3. O PREÇO DO LEITE .....	176
7.4. A DÍVIDA DA CRAVIL .....	180
7.5. AS REUNIÕES .....	188
<b>CAPÍTULO 8 - A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES SOBRE SUA CONDIÇÃO .....</b>	<b>196</b>
8.1. A RELAÇÃO COM A CATEGORIA DOS AGRICULTORES .....	197
OS GRANDES PRODUTORES .....	197
OS MÉDIOS PRODUTORES .....	203
OS PEQUENOS PRODUTORES .....	208
OS MICRO-PRODUTORES .....	212
COMPREENDENDO OS DADOS .....	216
8.2. O MERCOSUL NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES .....	234
8.3. A QUESTÃO DA HERANÇA .....	238
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>244</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>252</b>

## **ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS**

<b>TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA 1960 - 1980.....</b>	<b>p.18</b>
<b>TABELA 2 - PAÍSES DE MAIOR PRODUÇÃO MUNDIAL DE LEITE.....</b>	<b>p.27</b>
<b>TABELA 3 - PAÍSES COM MAIORES ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE EM LEITE.....</b>	<b>p.27</b>
<b>GRÁFICO 1 - PREÇOS REAIS DO LEITE NO BRASIL - ANO BASE 1977 - 1969-1986.....</b>	<b>p.33</b>
<b>TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE E PRODUÇÃO ABSORVIDA PELA INDÚSTRIA POR REGIÃO FISIAGRÁFICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>p.40</b>
<b>TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR GRUPO DE ÁREA, NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>p.41</b>
<b>TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS FORNECEDORES DE LEITE PARA A INDÚSTRIA CATARINENSE, SEGUNDO AS FAIXAS DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>p.42</b>
<b>TABELA 7 - PREÇOS RECEBIDOS E CUSTOS MÉDIOS POR LITRO DE LEITE PRODUZIDO.....</b>	<b>p.45</b>
<b>TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO 1970 - 1980 - 1989.....</b>	<b>p.63</b>
<b>TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - 1970 - 1980 - 1989.....</b>	<b>p.64</b>
<b>TABELA 10 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - 1970-1980- 1989.....</b>	<b>p.64</b>
<b>TABELA 11 - PRODUTOS PECUÁRIOS MAIS REPRESENTATIVOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - 1987.....</b>	<b>p.65</b>

## **SIGNIFICADO DAS ABREVIações MAIS UTILIZADAS:**

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.

CCCL - Cooperativa Central Catarinense de Laticínios.

CRAVIL - Cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina.

ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul.

## INTRODUÇÃO

Vindo de uma graduação em Psicologia, a decisão de fazer mestrado em Sociologia Política foi gerada pela necessidade sentida de complementar a perspectiva individual com a social. Este esforço, na verdade, sempre esteve presente na própria graduação, porque desde lá entendíamos o individual tanto como formador do coletivo, como sendo formado por ele, não sendo possível compreender o homem isolado de seu contexto social, no sentido de entender que, usando a terminologia sartreana, o homem vive o universal enquanto particular. Apesar desta compreensão, tínhamos vontade de "entrar mais" nesta perspectiva e efetivamente trabalhar com esse "objeto - homem" numa outra dimensão, tentando fazer com que estas duas ciências pudessem, em sua complementaridade, gerar uma compreensão um pouco mais abrangente do que a que estávamos acostumada a ter.

Houve muitas dificuldades neste caminho, pois "este homem" insistia em nos aparecer somente da perspectiva psicológica. Apesar de todo o preparo anterior à ida a campo, foi quando lá nos encontrávamos, em contato direto com os entrevistados, que a diferença entre as duas perspectivas apareceu mais claramente. Iniciou-se, então, concretamente, nosso esforço para uní-las, trabalho difícil mas gratificante, pelo menos para a pesquisadora.

A opção pela área de Sociologia Rural veio inicialmente de um interesse de longa data acerca da situação do pequeno

agricultor brasileiro, que se constituiu numa categoria marginalizada em nosso país. Mas foi a formação em psicologia que orientou a formulação do tema específico, quando estivemos presente num seminário com representantes dos agricultores e do Estado, para discutir os reflexos do MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul) na agricultura de Santa Catarina. Na ocasião, percebemos o grande temor dos agricultores de terem que deixar o campo. Esse temor ultrapassava os determinantes econômicos, pois, antes da agricultura ser um meio de produção, ela é um modo de vida para aquelas pessoas. Por isso, mais do que a consequência de serem expropriadas de suas terras, havia a de serem expropriadas de sua própria cultura e de sua identidade enquanto pessoas, identidade esta mediada pela condição de serem agricultoras. E isto passou a ser, então, um problema a ser estudado: se esta identidade corre o risco de se perder progressivamente, como fica a condição desta categoria em meio a um país de terceiro mundo, já tão expropriado? Se a História é feita por homens, e se estes homens vivem num processo gradativo de expropriação de sua identidade, mesmo antes de perderem a terra, de que modo está sendo feita a História desta Nação? A compreensão de que o subjetivo é um dos componentes da realidade objetiva levou-nos a querer conhecer de perto esta subjetividade para, a partir dela, compreendermos esta realidade. O que no início se baseava fundamentalmente na preocupação de resgatar a identidade de uma categoria, foi, no decorrer do trabalho, tornando-se também uma forma de recolocar em cena a visão de mundo dessa categoria, que vimos ser absolutamente marginalizada do poder decisório. Era necessário mostrar que as decisões que são tomadas "para" o homem do



campo, na realidade não são embasadas na visão de mundo deste homem, o qual deve, passivamente, se "formatar" a elas.

A idéia expressa no projeto desta pesquisa colocava o MERCOSUL como objeto central, no sentido de queremos conhecer a perspectiva dos agricultores acerca de sua situação mediante esta nova integração. Mas, à medida que fomos tendo contato com os agricultores, vimos que ainda havia muito desconhecimento a respeito, o que não permitiu que mantivéssemos a mesma orientação. Este desvio de foco não acusou, no entanto, mudança significativa em nosso estudo, pois o MERCOSUL se insere perfeitamente no atual contexto político em que se situa a agricultura brasileira, significando, mais do que uma novidade, um acirramento de seus caracteres.

O trabalho teve como objetivo, então, verificar se o modelo presente nas políticas agrícolas que incluem o MERCOSUL - as quais vinculam o êxito aos "mais capazes", "mais eficientes", portanto, a determinantes pessoais, desconsiderando as condições estruturais - estava sendo internalizado pelos agricultores. Trabalhamos com diferentes estratos produtivos, pois nossas hipóteses pressupunham que os maiores agricultores, por terem mais ganhos num contexto de concorrência de mercado do que os menores, internalizavam mais este modelo "oficial". Supúnhamos que os agricultores menores atribuiriam suas dificuldades muito mais a determinantes estruturais, não absorvendo, portanto, tão facilmente este modelo. Estava colocado para a pesquisadora, assim, o problema de pesquisa: resgatar a perspectiva dos próprios sujeitos centrais, a respeito da realidade por eles vivida, procurando

compreender os valores que lhes norteiam as atitudes. É "curioso" como se conhece pouco sobre a forma como os agricultores constróem seus valores. Fazia-se presente, deste modo, o entendimento de que cada pesquisa, cada ciência, tem um papel a desempenhar na compreensão da realidade, que estudando-se uma perspectiva dela, é dada uma contribuição para, unindo-a a outras, esta realidade tornar-se mais compreensível.

## **CAPÍTULO 1 - ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

### **1.1. Orientação Metodológica**

A determinação de trabalharmos especificamente com produtores de leite veio da idéia original de focar o MERCOSUL enquanto elemento central. Pensávamos compreender a perspectiva dos agricultores no cenário do MERCOSUL, uma vez que tínhamos informações de técnicos da área sobre o fato de que o leite era um produto que já estava sentindo algumas conseqüências da integração de mercados. Quando estávamos em campo, porém, vimos que esta realidade ainda estava distante para o agricultor. Decidimos enfatizar menos o MERCOSUL, mas mantivemos a escolha a respeito dos produtores de leite, pois constatamos que o MERCOSUL está se inserindo no cotidiano dos agricultores entrevistados através da cooperativa da qual são associados.

A escolha da região de estudo foi feita com base em informações obtidas de alguns técnicos da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina) e ICEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) de Florianópolis, segundo os quais as maiores bacias leiteiras do estado se encontram primeiramente na região Oeste e logo a seguir, no Vale do Itajaí. A escolha por essa última região deu-se basicamente por dois motivos. O primeiro era que tínhamos algumas informações

de pessoas conhecedoras de ambas as regiões, de que no Oeste os estabelecimentos rurais encontram-se pulverizados geograficamente, dificultando o acesso necessário para efetivar o trabalho de campo, ao contrário do Vale. O outro motivo da escolha deveu-se à maior proximidade de Florianópolis - cidade onde residimos e estudamos - em relação ao Vale do Itajaí do que em relação ao Oeste, o que facilitaria muito nosso trabalho, ainda mais considerando a possibilidade de retornos para a capital, a fim de viabilizar momentos de orientação se fossem necessários, o que de fato ocorreu. O trabalho de campo oferece algumas dificuldades que necessitam ser discutidas para que se possa continuar a pesquisa.

Uma vez escolhida a região, a delimitação de apenas um município - Presidente Getúlio - deveu-se ao fato de que, no Vale do Itajaí, a produção leiteira é bastante disseminada e segue padrões semelhantes em toda a região, variando por estrato de produtor e não geograficamente, o que permite tomar um único município como representativo do universo pesquisado. A escolha por Presidente Getúlio se deu por ser ele o maior produtor de leite da região, oferecendo, ao mesmo tempo, concentração de produtores e grande diversidade de estratos, o que agilizou a pesquisa. Para nos certificarmos da adequação da escolha, estivemos por duas vezes no município, antes de iniciarmos a coleta de dados. A primeira ocorreu em meados de agosto de 1993 e teve a duração de 3 dias. Esta visita se destinava a uma tomada de contato com a área de estudo. Visitamos alguns estabelecimentos rurais na companhia de técnicos que lá trabalhavam para podermos "sentir" o local de

pesquisa. Fizemos um segundo contato, também de 3 dias, no início de setembro do mesmo ano, quando realizamos 4 entrevistas abertas com produtores de leite de dois municípios, sendo um deles Presidente Getúlio. Essas "conversas" nos permitiram organizar um roteiro de entrevistas a ser utilizado em campo.

A pesquisa de campo propriamente dita realizou-se no período de 14 de setembro a 07 de outubro de 1993. Entrevistamos 34 agricultores e 5 técnicos, sendo que já havíamos entrevistado 2 técnicos em Florianópolis, perfazendo um total de 41 entrevistas.

A amostra dos técnicos foi intencional, sendo que não havíamos definido previamente o seu tamanho. A amostra dos agricultores foi aleatória estratificada. O critério de estratificação foi a quantidade de produção de leite. Como precisássemos de uma listagem de todos os produtores de leite do município a fim de procedermos à escolha aleatória da amostra, não pudemos trabalhar com o universo dos produtores do município, uma vez que nem a EPAGRI e nem o ICEPA tinham essa listagem. A solução foi trabalharmos com os produtores fornecedores de leite de alguma indústria, pois estas sim tinham tal controle. Escolhemos aquela que era majoritária na região, a CRAVIL (Cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí), uma cooperativa regional filiada à Cooperativa Central Catarinense de Laticínios (CCCL), também chamada Cooperleite, com sede em Itajaí.

Com base na listagem dos fornecedores da CRAVIL, relativa ao volume de leite entregue no mês de agosto de 1993, procedemos à estratificação e, posteriormente, ao sorteio dos agricultores em cada estrato. O critério para a estratificação foi o único do qual tínhamos conhecimento prévio, ou seja, a quantidade de leite entregue à cooperativa. Dividimos primeiramente os agricultores em pequenos, médios e grandes, considerando apenas a produção leiteira. Posteriormente, no decorrer de entrevistas que fizemos com os técnicos, verificamos que esta divisão não era a mais adequada para a região. Reconsideramos a estratificação, o que fez surgir mais um estrato produtivo, que denominamos de micro produtores. Com a reformulação, foi definido o tamanho da amostra: 8 produtores de cada estrato. Devido a algumas adversidades surgidas em campo, tivemos que fazer mais 2 entrevistas, uma no estrato dos médios e outra entre os pequenos produtores, somando, portanto, 9 entrevistas nestes estratos, sendo que nos demais permaneceu o número de 8 para cada um. As entrevistas, tanto com os agricultores como com os técnicos, foram semi-abertas, isto é, foi usado um roteiro, mas não de maneira rígida.

O tratamento dos dados se deu mediante análise qualitativa prioritariamente, embora dados quantitativos tenham sido buscados para complementar o trabalho.

## **1. 2. A Orientação Sartreana**

Nesta parte iremos colocar alguns pontos fundamentais da teoria de Jean-Paul SARTRE, que nos embasaram em todo o trabalho. Mesmo tendo utilizado outros referenciais teóricos na busca de uma compreensão acerca da realidade estudada, a exposição apenas da teoria sartreana nesta parte justifica-se pelo fato dela ter embasado a própria idéia do trabalho, desde o seu projeto, estando presente na maneira de conceber o objeto de estudo. A maneira de compreendermos a subjetividade, ponto central deste estudo, veio-nos desta teoria, desde a formação que tivemos na graduação em Psicologia. Por isto, é importante deixarmos claro os pontos principais que nos fundamentaram, para que seja compreendida a orientação presente no decorrer deste trabalho. Os outros autores também fundamentais para esse estudo, aqueles que refletiram sobre o campesinato, a extensão rural e o cooperativismo serão discutidos ao longo do trabalho.

Um ponto central na teoria de SARTRE (1987) é a compreensão do homem enquanto projeto vivo, formando a práxis. O homem vive num movimento perene de negação do que foi (eu passado) na busca do ser que ainda não é (eu futuro). É o projeto sendo o próprio homem em movimento. Entre estes dois momentos - passado e futuro - que SARTRE chama de momentos de objetividade, pois o homem se objetiva na ação, está a subjetividade. A subjetividade é a inteligibilidade, um conjunto de valores unificados, organizados, que permeia todas as atitudes, formada a partir de padrões morais que formam o

contexto social, ou seja, ela é constituída a partir de dados objetivos da realidade concreta. Assim, o homem interioriza uma exterioridade. Esse processo de interiorização é diverso em cada indivíduo, porque depende sempre das mediações presentes na história de vida de cada um e da maneira como elas são organizadas numa inteligibilidade específica. Essa interioridade, porém, só pode existir no mundo se exteriorizada, o que se dá através da objetivação, isto é, da práxis. Não há interiorização sem sua colocação no mundo, através da objetivação, da exterioridade. A objetivação é guiada pela escolha do indivíduo, limitada pelo contexto histórico, mas não deixando de ser escolha, visto ser a realização de um dos vários "possíveis" humanos. É a liberdade em Sartre, uma dimensão ontológica do homem:

"É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma possibilidade entre todas que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a história: seu projeto toma, então, uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e que engendra, influencia o curso dos acontecimentos" (SARTRE, 1987, p.153).

Assim, o resgate da escolha de um futuro, perante vários possíveis, é o momento onde a subjetividade torna-se objetividade, quando torna-se ação, só então existindo no mundo. Isto ocorre a partir da mediação das significações que os homens dão às coisas. O futuro do homem se imediatiza no presente, e o presente só tem sentido enquanto caminha para um futuro. A ação é voltada para o futuro, fazendo o presente. Também nesta citação o autor coloca que, sendo o mundo uma obra de vários autores, o homem não tem o total controle de sua ação nele, porque ela irá se unir ao conjunto das ações humanas,



muitas vezes tendo para o outro um sentido diverso do que se pretendeu.

A práxis em SARTRE resgata a questão que uma realidade é viva para "um indivíduo". Ou seja, é na prática, na ação concreta que o homem se constrói. E esse movimento para a exterioridade contém um movimento para a interioridade, onde estão seus valores:

"Para se tornarem condições reais da práxis, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares." (SARTRE, 1987, p.154).

SARTRE coloca importância fundamental nas mediações concretas do mundo. Ao dizer que a exterioridade é a interioridade objetivada, e que só se conhece a interioridade pela exterioridade, ele está colocando a dimensão da transcendência do eu, ou seja, o eu forma-se a partir das mediações concretas que estão no mundo, e não em seu interior. O eu sempre se transcende, isto é, se exterioriza, formando-se exatamente neste movimento de exteriorização. Assim, o homem se forma sempre a partir do que lhe é transcendente, das mediações que encontra em sua vida concreta. Essas mediações formam o seu campo de possíveis, e expressam sempre uma época histórica. Conhecendo-se o homem conhece-se sua época, e conhecendo-se a época conhece-se o homem, porque um está intrinsecamente, dialeticamente, formando o outro. No dizer do autor, o homem vive o universal como particular. Isto não significa um determinismo: justamente por passar por uma interioridade, e por um eu que é transcendente, não se pode falar em determinismos:

"... os homens fazem sua história sobre a base de condições reais anteriores, mas são eles que a fazem e não as condições anteriores: caso contrário, eles seriam os simples veículos de forças inumanas que regeriam, através deles, o mundo social" (SARTRE, 1987, p.150).

O autor fala sobre a alienação do homem, tanto a alienação ontológica, no sentido do homem não poder ter o controle de suas ações no mundo, como já foi colocado, uma vez que o mundo é a obra de todos os homens, como a alienação referente ao fato do homem não se sentir fazendo a história:

"Um dos caracteres mais marcantes de nossa época é que a história se faz sem ser conhecida" (SARTRE, 1987, p.123).

A tomada de consciência só pode se dar no seio da práxis, onde ela se objetiva. Fora disto, não pode haver conscientização.

A história se faz num movimento perene de totalização, destotalização, retotalização. O homem é uma "totalização em curso", porque é inacabado, fazendo-se a cada momento. O mesmo para a história humana. É uma totalização de ações, guiadas pela inteligibilidade na qual está inserida, e ao mesmo tempo, dialeticamente, ajuda a manter, ou a mudar. As mudanças propiciam a destotalização deste conjunto, para retotalizá-lo novamente, a partir de outros padrões, através de ações concretas, na objetivação da subjetividade.

Assim, a teoria sartreana nos oferece um elo entre o indivíduo e a sociedade, dando lugar ao humano na estrutura social, por ser a inteligibilidade a base das atitudes humanas. O homem está inserido na estrutura social, mas com uma margem de possibilidades, de "possíveis".

Deste modo, em nosso trabalho, procuramos encontrar o homem em seu cotidiano, em seus valores, na subjetividade que é formada nesse cotidiano, nele se concretizando, e não como algo "em si".

Embasados em SARTRE, entendemos que as situações vividas pelo homem em seu cotidiano, criando as condições materiais para sua alienação, muitas vezes, é formada e mantida por sua práxis, a partir da cumplicidade para com a situação vivenciada. Mas juntamente nesta estrutura está a dinamicidade e diversidade dos acontecimentos, envolvendo e modificando os indivíduos - servindo, portanto, como mediações - na medida em que passam por sua subjetividade. É nesta dialética, no movimento de destotalização e retotalização que encontramos os indivíduos, que também são este movimento dinâmico e diverso, uma obra inacabada. Compreender esta subjetividade faz-se fundamental para alcançarmos uma das perspectivas que formam a compreensão da história.

## **CAPÍTULO 2 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Abordar o processo de modernização da agricultura brasileira não constitui tarefa fácil, mediante a complexidade de suas conseqüências. Por isso, limitar-nos-emos a colocar aqui os seus aspectos fundamentais em relação ao modelo que orientou sua implementação, e quais as conseqüências para a população rural de Santa Catarina. Centrar a questão no modelo modernizador faz-se importante, uma vez que ele permanece inalterado, porém, com nova roupagem no contexto atual, possibilitando a implementação do MERCOSUL. Embora sendo considerado um novo modelo de produção - no que se refere à agricultura - na verdade ele deve sua existência às condições propiciadas pela política agrícola, que não se distanciaram do modelo modernizador inaugurado nos anos 70 no Brasil, via "Revolução Verde", denominação dada ao conjunto de inovações que permitiram grande aumento de produtividade no meio rural. Sendo assim, faremos uma breve reflexão acerca do (tão debatido!) modelo modernizador da agricultura brasileira, para, em seguida, nos determos - também de uma forma breve - no MERCOSUL, um processo atual, programado para ser efetivado em janeiro de 1995.

### **2.1. O Modelo Modernizador**

Podemos iniciar a reflexão acerca do modelo modernizador da agricultura a partir do modelo de

desenvolvimento que introduziu no campo uma série de modificações tão profundas, que é tido como uma revolução - a Revolução Verde. Segundo GEORGE (1978), este fenômeno constitui-se na criação de sementes híbridas que possibilitavam uma maior produtividade, as chamadas "variedades altamente produtivas" (VAPs). Por apresentarem esta característica, elas foram encaradas como a solução para a produção alimentar da humanidade e, por este motivo, introduzidas nos países do Terceiro Mundo. Mas para se poder produzir com estas sementes, foi necessária a utilização de insumos - prescindíveis no cultivo de sementes tradicionais - que só poderiam ser supridos pelas agroindústrias que os produziam, muitas delas sendo empresas multinacionais. Deste modo, a Revolução Verde introduziu no campo um novo padrão tecnológico que propiciou, atrelado a uma maior produtividade, a criação de um mercado consumidor de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos advindos de empresas multinacionais que se instalaram nos países subdesenvolvidos. A demanda por esses produtos se dava pela necessidade de modernização, pois o lugar no mercado ficava assegurado apenas para quem alcançasse o novo patamar de produtividade e qualidade exigido. Conseguiram acompanhar o "progresso" os agricultores que tinham condições de inserir essa nova tecnologia em suas unidades produtivas. Foi o início da subordinação da agricultura aos setores industrial e financeiro, caracterizando, segundo SILVA (1982), a "modernização dolorosa".

Este modelo de modernização, por não vir acompanhado de uma política agrícola que assistisse de alguma forma aos

estratos mais desprivilegiados da população rural, uma vez que faltaram medidas concretas que lhes possibilitassem o acesso ao uso de capital intensivo, fator primordial que o caracterizava, foi responsável por uma grande marginalização desses mesmos estratos. Na verdade houve uma política de crédito subsidiado para a agricultura, a qual, mesmo tendo beneficiado mais os grandes produtores (MUSSOI, 1992), permitiu que muitos médios e pequenos se tecnificassem (SILVA, 1982). Porém, os estratos de menor renda ficaram excluídos, o que ocasionou uma expulsão gradativa do homem do campo. Houve neste período uma crescente redução da população rural<sup>1</sup>, um aumento da favelização urbana e do contingente de assalariados rurais, além da concentração de terra e renda. Essa população excluída é exatamente aquela que, no dizer de SILVA e KAGEYAMA (1991), "estavam a pé quando se iniciou a corrida de bicicletas", ou seja, os que "ficaram para trás".

Fazendo uma crítica à política agrícola brasileira, MUSSOI (1992), coloca:

"... o que convencionalmente chama-se <sup>de</sup> 'Política Agrícola' na verdade tem sido medidas ocasionais e de curto prazo, em forma de 'pacotes', inspirados na safra imediatamente encerrada. Ou seja, não se tem uma Política Agrícola que contemple a realidade nacional e suas prioridades à médio e longo prazo" (MUSSOI, 1992, p.35, grifos do autor).

A questão da Política Agrícola, segundo o autor, não deve ser entendida apenas a partir dos aspectos econômicos e técnicos, mas fundamentalmente como uma questão de poder, que expressa o resultado de uma rede de interesses dos setores industrial e financeiro.

---

<sup>1</sup> Segundo MUSSOI (1992), nos últimos 25 anos, 32 milhões de pessoas abandonaram o campo no Brasil.

O modelo modernizador que embasa as Políticas Agrícolas atuais apresenta dois pontos fundamentais que o caracteriza: a questão do afastamento do Estado do setor produtivo, por ser considerado ineficiente e, também, a idéia da ineficiência da agricultura pautada na pequena produção, que deve se adequar ao modelo empresarial (MUSSOI, 1992).

A questão do afastamento do Estado como mediador entre os fatores de produção, privatizando os serviços, é o cerne da política neo-liberal<sup>2</sup> que empresta sua face ao modelo agrícola adotado. A idéia do "Estado mínimo" vem paralela à abertura do mercado, e ao entendimento de que só terão lugar garantido nele "os mais capazes", "mais eficientes". Fica a questão de que a concessão de crédito por parte do Estado historicamente beneficiou os setores "mais eficientes" privados, levando a uma apropriação privada do dinheiro público, em detrimento dos setores "menos capazes".

A concepção da ineficiência da pequena unidade familiar de produção agrícola, que necessita ser substituída pelo modelo empresarial, onde só "os melhores" sobreviverão, traz como pressuposto que ela se constitui num entrave à modernização do setor, sendo estes produtores concebidos como obsoletos, ineficientes, fechados às inovações e sem capacidade empresarial.

Sendo Santa Catarina um estado caracterizado preponderantemente pela pequena unidade produtiva agrícola, com

---

<sup>2</sup> Por neo-liberalismo entende-se a orientação político-econômica que se caracteriza pela diminuição da intervenção do Estado enquanto regulador das diferenças sócio-econômicas dos setores produtivos da sociedade, ficando tal regulação ao sabor do mercado.

mão-de-obra familiar, ALTMANN (1990), ao analisar a necessidade de desenvolvimento do estado, defendendo o modelo modernizador, coloca uma questão que ...

"... por ser dolorosa, não é encarada de frente: Santa Catarina não poderá manter o número de agricultores que tem, sob pena de inviabilização dos que têm potencial para ficar" (ALTMANN, 1990, p.3).

Assim, o modelo modernizador continua atual, expulsando do campo os "ineficientes", para que não prejudiquem o desempenho dos "mais capazes". É importante citarmos alguns números, que demonstram o quanto este modelo tem sido excludente. A evolução da estrutura fundiária no estado entre 1960 e 1980 pode ser observada na tabela a seguir:

**Tabela 1 - Evolução da Estrutura Fundiária no Estado de Santa Catarina. 1960/1980.**

ha	1960		1970		1980	
	n.	área	n.	área	n.	área
0 - 10	30.7%	4.0%	31.9%	4.8%	35.1%	5.0%
10 - 20	25.4%	9.4%	27.1%	11.2%	27.3%	11.0%
20 - 50	30.5%	24.2%	29.5%	26.1%	26.7%	23.0%
50 - 100	8.4%	14.9%	7.1%	14.1%	6.6%	13.0%
100 - 200	2.9%	10.1%	2.4%	9.4%	2.2%	9.0%
200 - 500	1.3%	8.1%	1.3%	11.4%	1.3%	12.0%
500 - 1000	0.4%	8.4%	0.4%	8.4%	0.5%	9.0%
+ - 1000	0.3%	18.8%	0.2%	14.4%	0.3%	18.0%

Fonte: ICEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina).

Podemos constatar o fracionamento dos estabelecimentos de menor tamanho:

- Os estabelecimentos menores de 20 ha representavam, em 1960, 56,1% do total; em 1970, 59,0% e em 1980, 62,4%. A área ocupada passou de 13,4% em 1960, para 16,0% em 1970, sem variar em 1980. Ou seja, a área ocupada entre 1970 e 1980



permaneceu inalterada, havendo, entretanto, no mesmo período, um aumento no número de estabelecimentos, evidenciando um fracionamento destes.

- Os estabelecimentos entre 200 e 1000 ha mantiveram sua representatividade numérica: 1,7% em 1960; 1,7% em 1970 e 1,8% em 1980, mas cresceram em área: 16,5% em 1960 para 19,8% em 1970 e 21,0% em 1980. Isto mostra o oposto do segmento anterior, ou seja, um alargamento da área ocupada para um mesmo número de estabelecimentos, evidenciando, portanto, um crescimento em extensão dos grandes estabelecimentos.

- Quanto à mão-de-obra, segundo dados do ICEPA (1984), a força de trabalho familiar em 1960 representava 91,5% do total; em 1970, 93,0% e em 1980, 89,0%. Segundo a publicação,

"... vem crescendo o contingente de produtores rurais mais completamente desprovidos de terra que, ao permanecer no campo, se emprega ou em regime de trabalho temporário (cujo contingente em 1980 oscilava entre 34.500 e 39.000 famílias), ou em regime de trabalho permanente (calculado em 31.000 famílias no mesmo ano). Paralelamente, vem-se cristalizando um contingente expressivo de produtores rurais que detém áreas de dimensões insuficientes à obtenção de sua subsistência e à de sua família" (ICEPA, 1984, p.73).

E conclui, apontando as conseqüências gerais do dinamismo da agricultura:

"Em síntese, o dinamismo do desenvolvimento agrário catarinense, acelerado nas últimas décadas, a par de inegáveis avanços que proporcionou, vem acrescentando dificuldades, antepondo limitações às condições de vida e de ocupação da população rural" (ICEPA, 1984, p.74).

Diante deste quadro, podemos voltar aos dois pontos apontados por MUSSOI que caracterizam o modelo neo-liberal das políticas agrícolas vigentes. Em relação à crítica acerca da ineficiência da pequena unidade agrícola, o autor indaga:

"Será que a agricultura é realmente 'ineficiente' e pouco competitiva por natureza, ou é a indústria que tem sido 'eficiente demais' na apropriação dos seus lucros, cartelização de preços, etc".(MUSSOI, 1992, p,35).

Podemos considerar que a pequena propriedade está inserida num contexto onde uma série de interesses estão em jogo, e que a subordinação da agricultura aos setores industriais e financeiros no modelo modernizador tem acirrado uma concorrência no campo, a qual os setores desassistidos não podem acompanhar. Ou seja, como diz o autor, os lucros da modernização foram apropriados por poucos setores privilegiados, sendo que os prejuízos distribuídos largamente pelos setores marginalizados da sociedade, dentre eles, grande parte da população rural.

Quanto ao afastamento do Estado da economia, podemos pensar que, depois que o Estado, no processo de modernização, "equipou" alguns estratos produtivos - "os mais capazes" - possibilitando-os a "largar a corrida de bicicletas", em detrimento de outros - "menos eficientes" - que "largaram a pé", ele se afasta e deixa o mercado cumprir sua antiga (e não cumprida) função, a de regular as diferenças entre os estratos produtivos. Passaremos agora a uma breve caracterização do MERCOSUL, onde veremos que ele só foi possível devido às condições presentes neste contexto neo-liberal analisado em relação à agricultura.

## 2.2. O MERCOSUL

O MERCOSUL consiste num tratado assinado pelos governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em março de 1991, denominado Tratado de Assunção. O acordo estabelece a integração econômica dos países membros, mediante a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, assim como uma política econômica comum em relação a terceiros países, harmonização de políticas aduaneiras, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre si. O mercado comum está se estabelecendo mediante progressiva diminuição das tarifas alfandegárias dos produtos, até chegar à alíquota zero, em 01 de janeiro de 1995.

A necessidade da formação de um bloco econômico entre países latino-americanos dá-se num contexto atual de formação de grandes blocos econômicos, como os "Tigres Asiáticos", o Nafta - Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre EUA, Canadá e México - e a CEE (Comunidade Econômica Européia).

Principalmente a CEE tem sido tomada como modelo para a implantação do MERCOSUL, por parte de setores empresariais e de governo, numa tentativa de legitimar o Tratado. Porém, SCHILLING (1992) questiona a possibilidade desta comparação, basicamente devido a dois fatores. O primeiro refere-se ao período destinado pelos dois blocos à sua efetivação. Enquanto os países que integram a CEE estão discutindo e se articulando desde 1957, sendo que atualmente ainda o processo não está isento de dificuldades de implementação, os países do MERCOSUL

estão destinando apenas quatro anos para discussão e ajustes necessários nas economias e legislações dos países membros. O segundo fator é o caráter nitidamente neo-liberal que o MERCOSUL apresenta, com a abertura de suas economias a terceiros países, ou seja, a integração está se dando mediante abertura tanto interna entre os países membros, como externa. O acordo 4 + 1, firmado entre o MERCOSUL e os EUA, incluso no projeto "Iniciativa para as Américas" do ex-presidente norte-americano George Bush, ilustra a afirmativa. Por sua vez, a integração européia caracteriza-se por uma abertura interna aos países-membros e um forte protecionismo em relação a terceiros países. Aliás, esta posição da CEE, que subsidia a agricultura de seus países, estava entrando em choque com a postura dos EUA na Rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em discussão desde 1987. A Rodada Uruguai discutia prioritariamente a redução geral das tarifas de importação mundiais. Ela se encerrou em dezembro de 1993, com a resolução de diminuir as tarifas em 37% em média, sendo que a resolução terá que ser avalizada pelo governo ou parlamento dos 117 países que a assinaram. Esta redução trará como consequência o aumento do intercâmbio comercial entre os países, aumentando a competitividade mundial.

SCHILLING coloca que o MERCOSUL beneficiará os grandes grupos econômicos do Brasil e Argentina, uma vez que suas economias encontram-se altamente cartelizadas.

Assim, o MERCOSUL desenha-se como uma política formadora de um cenário altamente competitivo, onde além da concorrência externa - ao invés de uma proteção do mercado

perante as nações desenvolvidas - os setores produtivos também terão de enfrentar a concorrência interna. Isto porque o que caracteriza uma integração propriamente dita - uma política de complementaridade das economias dos países membros - desde o início foi desvirtuada e pautada numa concorrência interna. Desta forma, a questão que se coloca no MERCOSUL é a capacidade de modernização dos setores produtivos, na luta pela competição dos mercados, interno e externo a ele. Levando-se em conta a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, o MERCOSUL vem aumentar a subordinação destes países perante às nações desenvolvidas, caracterizando o imperialismo. Como coloca SOARES (1992):

"Como o interesse maior se refere à possibilidade de ampliar nossa participação junto aos pólos dinâmicos da economia mundial, isto acaba condicionando, dentro da ótica neo-liberal de nossos governantes, a adoção de políticas de liberação adequadas ao receituário ortodoxo imposto pelos grandes capitais internacionais, que muitas vezes significa o comprometimento dos objetivos e medidas necessárias à concretização do projeto de integração regional" (SOARES, 1992, p.17).

Inserido no modelo neo-liberal, a questão do afastamento do Estado enquanto regulador das diferenças entre os setores produtivos também se coloca e é analisado pela autora no contexto do MERCOSUL:

"Considerando-se que a integração no Cone Sul está se dando em um contexto de crise econômica profunda, a ausência de uma forte intervenção do Estado é ainda mais grave, na medida em que a lógica de mercado que norteará a integração não é a da expansão e incorporação de novos setores e consumidores, e sim a de economias que aprofundam seus mecanismos de exclusão, em contextos recessivos. Adicionando a isto o fato de que a integração se dá de forma concomitante ao processo de abertura indiscriminada das economias à competição internacional, pode-se avaliar o grau de irresponsabilidade e o potencial desestabilizador que essa proposta neo-liberal de integração encerra. Os benefícios da integração por essa via, serão extremamente concentrados nos grandes capitais capazes de extrair as vantagens do mercado ampliado, enquanto seus custos se disseminarão de forma conflitiva e diferenciada pelo restante da sociedade" (SOARES, 1992, p.18).

Em relação à agricultura especificamente, ZAMBERLAM (1993), analisa a existência de três tipos de agricultores no cenário do MERCOSUL. Um grupo seria formado por agricultores que necessitam complementar sua renda com a venda de sua força de trabalho. Essa parcela, por encontrar-se fracamente ligada ao mercado, já estando marginalizada do sistema produtivo, não sofrerá mais um grande impacto com a integração. Um outro grupo constitui-se de agricultores que se mantêm da agricultura mas não acumulam capital, sendo que o processo de ampliação do mercado os deixaria vulneráveis. O outro grupo constitui-se de agricultores que conseguem se capitalizar com a atividade agrícola, porque alcançaram um bom nível de modernização, e que poderão ter vantagens com a integração.

O autor coloca que a modernização da agricultura aprofundou os estados de pobreza e indigência dos agricultores. O autor assim define os dois conceitos:

"A pobreza caracteriza-se pela impossibilidade de satisfação das necessidades mínimas de consumo (habitação, saúde, alimentação ...).

A indigência rural refere-se à impossibilidade de se ter acesso a um grupo ainda menor de bens de consumo, principalmente, bens alimentícios (fome crônica)" (ZAMBERLAM, 1993, p.126).

ZAMBERLAM coloca que uma das conseqüências do modelo modernizador no Brasil foi o êxodo rural. Em 1960 a população rural era de 55,7%, sendo que em 1990 era de 26,3%. Destes, 43% vivem em situação de indigência, portanto, passando fome crônica, e 30% vivem em estado de pobreza. Os restantes 27% da população rural representam 6,7% da população brasileira. O autor analisa que serão estes 27% da população rural que terão chances de permanecer no campo, pois são estes que terão

possibilidades de se adequarem às exigências tecnológicas provocadas pela modernização agrícola. Esta parcela corresponde ao terceiro grupo de agricultores anteriormente analisados. Isto significa que, no final do século, a estimativa é que 93,3% da população brasileira estará nas cidades, e apenas 6,7% no campo. E o autor conclui:

"O grande condutor (o modelo modernizador), em última instância, do atual processo de INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL, não objetiva as pessoas, mas sim os capitais, as tecnologias e os serviços/produtos. Para ele, o processo de seleção/exclusão de pequenos agricultores é irreversível e naturalmente aceito, porque outros agricultores capitalizados e com padrões tecnológicos nos moldes do grande capital, substituirão a produção daqueles" (ZAMBERLAM, 1993, p.129, grifo do autor).

Deste modo, vê-se que o MERCOSUL teve todo um contexto favorável à sua implementação, uma vez que reitera, na agricultura, o modelo de modernização inaugurado pela Revolução Verde. Só que agora, com um mercado mundial muito maior, acirra-se a concorrência, tornando a competitividade entre os setores produtivos ainda maior, deles exigindo uma resposta cada vez mais de acordo com as regras do mercado, com a crescente diminuição do Estado. As conseqüências que este modelo trouxe para a população rural brasileira e catarinense já é sabido, e pelo que tudo indica, continuará seu curso - de uma forma ainda mais pungente - no contexto do MERCOSUL.

## **CAPÍTULO 3 - O LEITE E A REGIÃO DE ESTUDO**

Neste capítulo situaremos os aspectos econômicos do leite no contexto do Brasil e de Santa Catarina . Veremos quais são os principais problemas que afetam o setor e quais as condições conjunturais que estiveram presentes no seu desenvolvimento. Este cenário é importante para termos a compreensão do contexto onde nosso estudo específico se insere. Entre estas duas partes, a do Brasil e de Santa Catarina, veremos como alguns autores estão avaliando a situação do leite brasileiro mediante a abertura do mercado com os países do Cone Sul, o MERCOSUL. A quarta parte deste capítulo é destinada a um pequeno histórico do desenvolvimento do leite em Santa Catarina, com o intuito de percorrer o caminho feito pelo nosso produto até chegar a situação atual. E a última parte refere-se a aspectos históricos da região específica de nosso estudo. Está dividida em duas partes, a que diz respeito ao Vale do Itajaí em geral e a referente ao município de Presidente Getúlio.

### **3.1. Aspectos Econômicos do Leite no Brasil**

Segundo COLI (1992), os maiores produtores mundiais de leite são a Europa e a América do Norte, responsáveis por 60% da produção mundial. Os 10 maiores países produtores do mundo são responsáveis por 67% da produção, sendo 7 destes países pertencentes às regiões citadas.



**Tabela 02: Países de maior produção mundial de leite**

PAÍS	1985		1986	
	Produção <sup>milhões de litros</sup>	Participação	Produção <sup>milhões de litros</sup>	Participação
URSS	98.173	21.2%	100.650	21.5%
EUA	65.166	14.1%	65.680	14.0%
FRANÇA	33.000	07.1%	33.700	07.2%
ALEMANHA OC.	25.674	05.6%	26.350	05.6%
ÍNDIA	19.000	04.1%	20.100	04.3%
POLÔNIA	16.433	03.6%	15.704	03.3%
REINO UNIDO	16.044	03.5%	16.250	03.5%
HOLANDA	12.559	02.7%	12.665	02.7%
BRASIL	12.580	02.7%	11.860	02.5%
ITÁLIA	10.847	02.3%	10.860	02.3%
SUB-TOTAL	309.476	66.9%	313.824	66.9%
TOTAL MUNDIAL	462.256	100.0%	468.798	100.0%

Fonte: COLI, 1992, p.1.

O Brasil aparece em nono lugar, com 2,5% da produção mundial em 1986, embora tenha passado ao oitavo lugar em 1989, segundo o autor, superando a Holanda em volume de produção. Considerando-se que o Brasil apresenta o segundo maior rebanho bovino do mundo, tem-se a baixa produtividade do setor leiteiro nacional, ainda mais levando-se em conta o fato de que esta é a 106ª produtividade mundial. <sup>1</sup>

**Tabela 03: Países com melhores índices de produtividade em leite**

PAÍS	Produção média/vaca/ano (Kg)	
	1985	1986
ISRAEL	7.805	8.278
EUA	5.911	6.048
DINAMARCA	5.603	5.808
SUÉCIA	5.546	5.749
HOLANDA	5.307	5.592
NORUEGA	5.246	5.327
BRASIL	710	700
MUNDIAL	2.086	2.109

Fonte: COLI, 1992, p.3.

<sup>1</sup> Este dado pode parecer surpreendente para um país que está entre os 10 primeiros produtores de leite do mundo. Informações colhidas junto à EPAGRI esclarecem que tal classificação é obtida levando-se em conta todo o rebanho existente, seja gado de leite, corte ou misto. No Brasil, o rebanho de corte e misto predomina sobre o de leite. O que diferencia cada tipo de rebanho é a raça dos animais e a forma de manejo.

Nota-se, pois, a baixa produtividade apresentada pelo rebanho brasileiro. Segundo o autor, a produtividade média do Brasil é de 734 litros/vaca/ano, enquanto que a média mundial é de 2000 litros.

Segundo COLI, em 1986 os EUA investiram US\$ 1400,00 por vaca em subsídios à agropecuária, valor superior à renda per capita de muitos países de Terceiro Mundo. A Comunidade Econômica Européia (CEE) gastou em 1988 US\$ 7,6 bilhões em subsídios ao setor leiteiro, quase 20% dos subsídios da Comunidade na área agrícola daquele ano.

Ainda segundo o autor, o preço do litro de leite pago ao produtor europeu, em maio de 1990, situava-se no patamar de US\$ 0,40, enquanto que o produtor brasileiro recebia, no mesmo período, em torno de US\$ 0,20. A América Latina apresenta um consumo per capita de leite de 92 l/hab/ano, correspondente apenas a 62% do consumo recomendado pela FAO, que é de 150 l/hab/ano. No Brasil, o consumo em 1980 foi ainda menor do que a média para a América Latina: 90 l/hab/ano. O baixo consumo interno é um fator importante em nossa análise, uma vez que o governo federal, na época do tabelamento do leite, fixava o preço do produto de acordo com a demanda interna. Quando a demanda era pequena, em função do baixo poder aquisitivo da população, o preço ao produtor também era mantido baixo. Quando a demanda aumentava, devido ao aumento do poder aquisitivo, o governo incentivava a produção através do aumento do preço, para evitar a importação do produto. Esta variação do consumo de leite pela população, em função da variação de seu poder de compra, dá a característica de "elasticidade" do produto, ou

seja, como é um produto de primeira necessidade, e é consumido aquém do necessário, ele terá demanda garantida toda vez que o poder aquisitivo da população aumentar. Voltaremos a analisar este ponto do tabelamento do leite mais adiante.

A bovinocultura leiteira do Brasil é explorada em aproximadamente 20% das propriedades rurais do país, segundo COLI (1992). As regiões Sul e Sudeste respondem com a maior parte do leite produzido nacionalmente, tendo uma participação de 22,80% e 49,50%, respectivamente em 1989, seguidos do Nordeste (13,20%), Centro-Oeste (11,90%) e Norte (02,60%). Em 1986, Minas Gerais era o primeiro produtor nacional, com 30,85% da produção brasileira, seguido de São Paulo, com 15,23% e Rio Grande do Sul, com 9,59%. Santa Catarina ocupava o sétimo lugar nacional.

Segundo FARINA (1990), as regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores produtividades do país, caindo à metade nas demais regiões. Na região Sul, as propriedades com até 20 ha são responsáveis por 40% da produção, chegando a 70% se somado ao estrato de até 50 ha. No Sudeste, as propriedades entre 100 e 500 ha são responsáveis por 45% da produção, segundo dados de 1980 da autora. As explorações com até 100 cabeças respondiam com mais de 50% da oferta nacional em 1980.

FARINA observa que há queda, desde a primeira metade da década de 70, do rebanho brasileiro com finalidade leiteira e mista, aumentando o de finalidade de corte, usado, inclusive, para a produção de leite. Mais de 1/3 da oferta nacional de leite é proveniente do rebanho misto e de corte. Até mesmo no

Sudeste, responsável por metade da produção nacional, 30% do leite provém destes rebanhos. Na região Sul esta taxa desce para 20%, sendo a região que apresenta a maior produtividade do país, 1226 litros/vaca/ano. A alta percentagem de leite produzido por gado com finalidade mista e de corte revela a não especificidade da atividade, tendo como consequência a diminuição da produtividade. Este fato demonstra, segundo FARINA, a dependência da atividade leiteira da produção de carne bovina. Em épocas em que o preço do boi para abate está favorável ao produtor, ele pode destinar até mesmo matrizes de seu rebanho leiteiro para essa finalidade. Quando o preço baixa, a atividade leiteira passa a predominar.

A autora coloca que um problema para o setor leiteiro brasileiro é a sazonalidade da produção, que varia de 40 a 50% nos períodos de safra e entressafra (dados de COLI, 1992). A entressafra do leite coincide com os meses de inverno, quando as pastagens comuns não são suficientes para suprir todas as necessidades alimentares do gado para que ele mantenha sua produção de leite. Há a necessidade, nesta época, do plantio de pastos especiais, as chamadas "pastagens de inverno", como também se faz mais necessária a suplementação alimentar através da ração. Como não é comum que os produtores invistam nestes procedimentos, as vacas diminuem a produção de leite, caracterizando o período de entressafra. FARINA coloca que esta sazonalidade decorre do fato do leite não ser a atividade principal da maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros, não havendo, portanto, investimentos no setor que façam com que haja também uma boa produção no período de entressafra. A

consequência disto é a baixa produtividade do rebanho, calculada por média anual.

A nível nacional, segundo FARINA, a maior despesa com a atividade leiteira corresponde à remuneração da mão-de-obra, seguida da alimentação do rebanho. Vacinas e medicamentos correspondem a pouco mais de 6% do total das despesas com a atividade. A região Sul apresenta a mais elevada percentagem de gastos com alimentação do rebanho, 32%, e a mais baixa de salários, 13,87%, e é onde mais se gasta com medicamentos e vacinas, 8,6% do total. Pode-se deduzir que a maior produtividade do rebanho na região Sul decorre dos maiores investimentos na atividade e de uma auto-exploração do trabalho familiar, uma vez que apresenta os menores índices de remuneração de sua mão-de-obra.

Tanto FARINA como COLI colocam que a variação dos investimentos com a alimentação do rebanho se dá de acordo com o preço do leite pago ao produtor, sendo uma maneira dele responder aos estímulos reais do preço, condicionando a oferta de leite fluido no mercado.

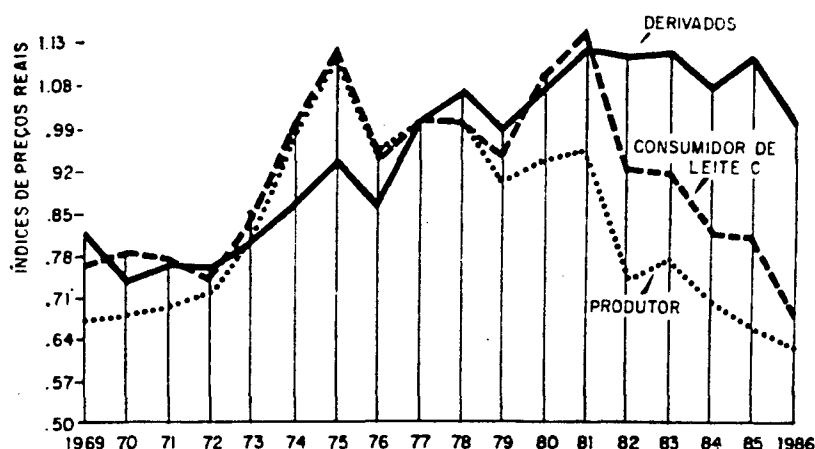
Segundo FARINA, os dois períodos de maior crescimento anual de produção de leite no Brasil estiveram entre 1960-65, com aumento de 14,23% em 1964, e entre 1975-80, com aumento de 15,85% em 1977. Estes períodos correspondem, segundo a autora, a patamares mais elevados de preços reais pagos ao produtor.

COLI coloca no tabelamento do preço do leite, praticado de 1945 a julho de 1990, um problema para a produção leiteira nacional. Isto porque o tabelamento funcionou mais como uma

política de abastecimento, atrelada às condições conjunturais, do que uma medida para resolver os problemas estruturais do setor. Segundo o autor, os três picos do preço do leite pago ao produtor ocorreram em 1975, 1981 e 1987, períodos precedidos por baixa produção, quando houve necessidade de importar leite em pó para atender à demanda interna. A elevação do preço pago ao produtor visava incentivar a produção, de modo a evitar a importação. Mas como não havia um correspondente em medidas estruturais, a situação não se sustentava, uma vez que com o aumento da produção diminuía novamente o preço pago ao produtor, o que se verificou nos anos imediatamente subsequentes aos 3 anos de pico citados. Junte-se a isso a conjuntura de recessão do país, que baixou o poder aquisitivo da população, fazendo com que o produtor recebesse abaixo do custo de produção.

Esta instabilidade provocou, segundo FARINA, a desestruturação de bacias leiteiras tradicionais, como as de São Paulo e Minas Gerais, cuja participação na oferta de leite total no Brasil vem decrescendo desde o início da década de 70, em favor de áreas típicas de pecuária de corte das regiões Sul e Centro-Oeste, aumentando a dependência do setor leiteiro em relação aos preços do boi para abate. O gráfico a seguir mostra a variação do preço do leite pago ao produtor em relação ao preço do leite pasteurizado tipo C e derivados ao consumidor:

**Gráfico 01: Preços reais do leite no Brasil - ano base 1977 - 1969/1986**



Fonte: FARINA, 1990, p.467.

Vê-se que a partir de 1978 o preço pago ao produtor começa a declinar, não acompanhando mais os preços de mercado do leite tipo C, e muito menos dos derivados, que têm um valor maior. Depois do pico verificado em 1975, com os maiores preços pagos ao produtor, depois de uma crise de abastecimento, os preços nunca mais retomaram aquele valor. Segundo a autora, o dinamismo que caracterizou as indústrias de laticínios brasileiras durante a década de 70, diversificando e expandindo mercados, não foi compartilhado pelo produtor rural, que, ao contrário, vem sofrendo, desde 1975, uma queda no preço real recebido. Até mesmo nos anos de 1985 e 1986, com a recuperação do poder aquisitivo da população, através do Plano Cruzado e do lançamento dos programas de distribuição de leite pelo governo federal, que abriram possibilidade de elevação da rentabilidade da pecuária leiteira, não houve estímulos para o produtor rural.

Em relação ao preço do leite, a autora coloca que o produtor reage melhor às flutuações se ele não depender

exclusivamente desse produto, uma vez que na época de **excesso** a indústria transfere o ônus ao produtor. E dá o exemplo que em Santa Catarina a pecuária está junto à agricultura, justamente por esse fator. E coloca que o tabelamento do preço pelo Estado não evitou essas flutuações,

"... pelo contrário, os 40 anos de controle destes preços sistematicamente avalizaram o que a indústria, sozinha, teria feito, talvez com menos sucesso!" (FARINA, 1992, pag.462).

E conclui que ...

"... pode-se dizer que o fracasso dos quase quarenta anos<sup>2</sup> de regulamentação do mercado de leite foi dramático. A maior parte da população continua a consumir quantidades ínfimas do produto. As crises periódicas de abastecimento continuam a ocorrer. E a pecuária leiteira vem-se distanciando dos grandes centros consumidores, tornando-se gradativamente menos especializada e apresentando maior sazonalidade" (FARINA, 1992, pag.478).

Mesmo com a liberação do preço do leite em 1990, analisa COLI, o governo ainda exerce pressão para que este não aumente muito, em virtude de se tratar de um produto de primeira necessidade, que incide diretamente na composição do custo de vida e, conseqüentemente, na formação da inflação. E exerce essa pressão basicamente através de dois pontos: ele pode alterar a alíquota de importação dos produtos lácteos, aumentando a competitividade dos produtos estrangeiros no mercado nacional, e ele é o maior consumidor individual de leite do país, com cerca de 30% da produção nacional absorvida através do Programa Nacional do Leite às Crianças Carentes.

---

<sup>2</sup> Na realidade, foram 45 anos de tabelamento do preço do leite, de 1945 a 1990. Apesar da obra que contém o texto de FARINA datar de 1992, provavelmente ele foi escrito antes de 1985.



### 3.2. O Leite Brasileiro no MERCOSUL

Segundo COLI, a Argentina e o Uruguai, além de serem auto-suficientes em produção leiteira, possuem sistemas produtivos mais competitivos que o brasileiro. Em 1990, a produtividade brasileira foi de 934 Kg/vaca/ano, enquanto que a argentina foi de 2122 Kg/vaca/ano.

Quando a taxa cambial mostrava-se favorável, os produtos lácteos argentinos chegavam no Brasil com custos 50% menores do que a produção nacional. Segundo LOPES e JANK (1993), as importações brasileiras de lácteos da Argentina cresceram 990% entre 1988 e 89. As alíquotas de importação para os derivados lácteos no Brasil são de 30%, exceto para os países do Cone Sul, que ficaram em 15% em 1992.

O trabalho de CRUZ, TEIXEIRA e RAGGI (1992) <sup>4</sup> mostra que, aos preços praticados em seus respectivos mercados, o leite fluído argentino tem poder de competição com o leite brasileiro até uma distância de 850 Km de sua fronteira, e o leite uruguaio cerca de 2000 Km. Desta forma, o leite fluído da Argentina e Uruguai podem entrar a preços competitivos na região Sul e em algumas cidades da região Sudeste do Brasil. A Argentina é o maior produtor de leite do Cone Sul, sendo só 10% de sua produção destinada ao mercado externo. No Uruguai, este índice sobe para 40%.

Segundo COLI, o Brasil está inserido no comércio exterior como importador de produtos lácteos, sendo que há pouco volume destes produtos originados do Cone Sul no Brasil.

A CEE oferece maior competitividade, porque tem, em valores de 1990, uma produção que excede em 14% suas necessidades internas de consumo, acrescida de uma política de fortes subsídios ao setor. O Brasil importa principalmente leite em pó, para suprir a demanda interna na entressafra. Esse leite passa por um processo de re-hidratação, formando o leite "reconstituído". Esta é a única forma possível de importação do leite europeu, visto ser um produto de alta perecibilidade, não podendo ser transportado por longas distâncias, nem armazenado muito tempo. Para o autor, estas importações refletem, na maioria das vezes, o desajuste da política interna para o setor, que não dando atrativos para o produtor, não o incentiva a investir adequadamente na atividade, ocasionando a sazonalidade da produção e a necessidade de importação.

O MERCOSUL, para o autor, coloca em cheque o setor leiteiro brasileiro, que precisa se aperfeiçoar, mas não representa sua derrocada, em função de alguns motivos. Um primeiro seria que Argentina e Uruguai não apresentam excedentes de produção significativos que possam abastecer amplamente o mercado brasileiro. Um segundo seria que no atual estágio tecnológico não existe uma técnica que possa conservar a longo prazo o leite fluido, que é justamente o maior mercado do Brasil, com o leite pasteurizado tipo C representando 95% do leite fluido consumido no Brasil. E um terceiro motivo encontra-se nos altos custos de transporte desse leite para o Brasil. Este é um motivo que deixa as regiões Sul e Sudeste brasileiras mais vulneráveis à concorrência destes países, pela

maior proximidade geográfica que têm em relação a eles, mais do que outras regiões do país.

Porém, o autor analisa cada um destes aspectos, no sentido de encontrar "soluções" para eles. Assim, ele coloca que Argentina e Uruguai têm capacidade de ampliar sua produção para atender a um possível mercado brasileiro. Quanto à perecibilidade do leite fluido, uma alternativa seriam os derivados, já que o leite fluído confere pequena margem de lucro por unidade, ficando para os derivados os maiores rendimentos. Como na safra as indústrias brasileiras se obrigam a transformar o excesso de leite em derivados, e devido ao baixo poder aquisitivo da população brasileira, a produção estrangeira acirrará a concorrência. Quanto ao último aspecto, do alto custo do transporte, COLI analisa que as empresas argentinas e uruguaias podem instalar unidades próximas às fronteiras com o Brasil, ou mesmo se associar a indústrias brasileiras, ou ainda implantar unidades fabris em território nacional.

### **3.3. Aspectos Econômicos do Leite em Santa Catarina**

Santa Catarina caracteriza-se pela pequena unidade rural, policultora e com mão-de-obra familiar. Segundo OLIVEIRA (1994), cerca de 90% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 50 ha. O autor coloca que a bovinocultura é praticada em cerca de 85% das unidades produtivas do estado, das quais em torno de 65% estima-se que participem da produção de leite. As

unidades com até 20 cabeças foram responsáveis por 73% da produção leiteira catarinense em 1980, segundo COLI (1992). OLIVEIRA coloca que a composição do rebanho catarinense segundo a finalidade é de 51,1% de corte, 38,1% de leite e 10,8% misto, sendo os dois últimos responsáveis por mais de 70% da produção de leite do estado. Segundo o autor, o rebanho médio varia entre 9 e 10 cabeças.

De acordo com COLI, a produtividade do rebanho catarinense, 1160 l/vaca/ano, é superior à média nacional que foi 734 l/vaca/ano em 1989, sendo que a média de produção diária, mesmo assim, é baixa, 14 litros. Os problemas apresentados pela pecuária catarinense são os mesmos do Brasil: baixos preços, menores inclusive que os custos de produção, pulverização e sazonalidade da produção, ocasionando altos custos com o frete, apesar da variação estadual ser menos acentuada do que a do Brasil. Em Santa Catarina há uma redução de cerca de 30% na entressafra, contra cerca de 40 a 50% no Brasil.

Ainda segundo COLI, a atividade leiteira catarinense tem, historicamente, baixa atratividade econômica, não competindo com outras culturas mais tradicionais do estado, como fumo e mandioca. Ela tem a característica de ser complementar na economia rural, e não a principal atividade. E é devido ao baixo rendimento que não há investimento suficiente na atividade, ocasionando a sazonalidade e altos custos com o frete.

O autor coloca que em 1980 só 30 mil dos 156 mil produtores de leite catarinenses entregaram sua produção às indústrias de laticínios do estado, representando 15,7% do total de leite produzido em Santa Catarina. Na década de 80, as indústrias intensificaram a coleta, criando novas linhas de leite. Em 1987, o volume de leite entregue foi de 30,1% do total produzido, e em 1989, 33,8%. Durante a década de 80, a produção de leite no estado cresceu em 17,94%, enquanto que a coleta pelas indústrias aumentou em 154,35%, devido a intensificação da rede de recolhimento. Mesmo assim, ainda a grande maioria do leite produzido em Santa Catarina não se destina à indústria. Seu destino é o consumo na unidade rural, ou a comercialização direta pelo produtor, seja para as indústrias caseiras (que fabricam os produtos "coloniais"), seja diretamente ao consumidor na forma de "leite cru". Na década de 80, verificou-se a expansão de fronteiras produtoras de leite para o Oeste de Santa Catarina. O parque industrial acompanhou, posicionando-se junto às maiores bacias produtoras, respondendo ao aumento da demanda. Atualmente, segundo COLI, não há mais fronteiras no estado. Ao aumento da demanda interna, Santa Catarina terá que responder aumentando a produtividade e não mais em produção, como fez até agora, para não perder fatias de mercado para o leite estrangeiro ou para estados próximos, como Rio Grande do Sul e Paraná.

Para COLI, as maiores regiões produtoras de leite no estado atualmente estão no Oeste, na Região Colonial do Rio do Peixe, sendo Concórdia a maior produtora catarinense, situada na microrregião Homogênea (MRH) do Oeste Catarinense. Portanto,

segundo o autor, o leite catarinense precisa se deslocar do Oeste para o Litoral, região maior consumidora do estado, aumentando os custos com o frete. OLIVEIRA (1994), no entanto, apresenta uma tabela que dá uma outra interpretação para a questão:

**Tabela 04: Evolução da produção total de leite e produção absorvida pela indústria por região fisiográfica do estado de Santa Catarina.**

Anos	Produção do Litoral			Produção do Planalto			Produção do Oeste		
	Total	Absorvida pela indústria		Total	Absorvida pela indústria		Total	Absorvida pela indústria	
	Milhões de litros	Milhões de litros	%	Milhões de litros	Milhões de litros	%	Milhões de litros	Milhões de litros	%
1975	203.9	64.2	31.4	48.1	7.0	14.6	157.7	6.7	4.2
1980	254.5	56.9	22.3	68.2	10.6	15.5	211.3	16.1	7.6
1985	260.0	61.3	23.5	74.6	10.9	14.6	269.0	59.5	22.1
1990	305.9	73.4	24.0	88.9	22.9	25.7	289.5	133.0	45.9
1992	319.0	72.0	22.6	94.9	27.7	29.2	311.0	179.7	57.8

Fonte: OLIVEIRA, 1994, p.9.

Pela tabela, a maior região produtora de leite é a litorânea, região que engloba, neste tipo de classificação, aquela onde se desenvolveu nosso estudo. Mas ela foi também a maior fornecedora de leite à indústria somente até 1985, sendo superada pela região do Oeste. Nota-se que todas as regiões cresceram em produção total, mas a do Oeste foi a que mais cresceu em volume entregue à indústria, assim como em percentagem de total do produto a ela fornecido. A região do Litoral, após uma queda brusca do seu percentual entregue à indústria, vem se mantendo praticamente estável desde 1980, embora o volume de produção total venha aumentando gradativamente. Essa pouca participação da região no fornecimento industrial é explicado por OLIVEIRA pela grande participação da venda direta de leite dos produtores aos

consumidores, em função da concentração nesta região do mercado consumidor. O autor também explica o grande aumento verificado na participação do leite entregue à indústria na região do Planalto, de 1975 a 1992, pela expansão da fronteira da produção para o planalto norte, região de Canoinhas, e chama a atenção para o grande acréscimo da participação do leite entregue à indústria na região do Oeste, que destinou para ela 57,8% de seu leite em 1992.

Quanto à participação dos produtores na atividade leiteira, há dois pontos importantes, ilustrados nas duas tabelas a seguir:

**Tabela 05: Participação relativa, por grupo de área, na produção e comercialização do leite no estado de Santa Catarina.**

Grupo de área em hectare	Produção Total				Produção Comercializada			
	Estabelecimentos		Quantidade		Estabelecimentos		Quantidade	
	%	Acumulada	%	Acumulada	%	Acumulada	%	Acumulada
Até 10	30.0	30.0	20.1	20.1	27.7	27.7	17.4	17.4
11 a 20	30.8	60.8	27.7	47.8	29.5	57.2	25.7	43.1
21 a 50	28.8	89.6	34.8	82.6	30.6	87.8	36.1	79.2
mais de 50	10.4	100	17.4	100	12.2	100	20.8	100
Total	165.808 estabelecimentos		603,7 milhões de litros		75.798 estabelecimentos		351,9 milhões de litros	

Fonte: OLIVEIRA, 1994, p.46.

Observa-se que 89,6% dos estabelecimentos produtores de leite no estado possuem menos de 50 ha e são responsáveis por 82,6% da produção total. Quanto a comercialização do produto, 87,8% tem menos de 50 ha, e comercializam 79,2% do leite catarinense.

**Tabela 06: Participação relativa dos fornecedores de leite para a indústria catarinense, segundo as faixas de produção.**

Faixa de Produção	Fornecedores		Produção		Produção Média	
	%	% acumulado	%	% acumulado	litros/mês	litros/dia
até 20 l/dia	73.0	73.0	43.3	43.3	375,9	12.5
21 a 30 l/dia	13.9	86.9	17.9	61.2	818,7	27.3
31 a 50 l/dia	8.8	95.7	19.0	80.2	1.361,4	45.4
51 a 100 l/dia	3.3	99.0	11.5	91.7	2.235,4	74.5
101 a 200 l/dia	0.75	99.75	4.7	96.4	3.936,1	131.2
mais de 200 l/dia	0.25	100	3.6	100	11.035,0	367.8
Total	22.184 fornecedores		14.070.000 litros		634.24	21.14

Fonte: OLIVEIRA, 1994, p.75.

Vê-se que os produtores de até 20 l/dia representam 73% dos fornecedores de leite à indústria e são responsáveis por quase a metade da produção, 43,3%. São os produtores que em nossa amostra formam o estrato dos micro produtores, com uma produção média de 375,9 l/mês. Embora os dados não mostrem a produtividade do rebanho, nota-se que as maiores faixas produtivas participam mais do fornecimento às indústrias em termos relativos, ficando 27% dos fornecedores responsáveis por 56,7% da entrega do leite. Este quadro ilustra bem a situação do estado: uma grande maioria de produtores que não têm no leite sua principal atividade, tendo uma baixa produção diária, mas sendo fundamental para a indústria, pois representa quase a metade de sua matéria-prima. E poucos produtores que têm uma boa produção diária, mas ainda insuficiente para suprir toda a necessidade de matéria-prima da indústria. É fácil perceber que para a indústria é muito mais lucrativo permanecer apenas com os maiores fornecedores, uma vez que diminuiriam os custos de transporte, por isso essas são as parcelas privilegiadas por ela, no intuito de que esses poucos fornecedores venham a suprir toda a demanda da indústria podendo, assim, prescindir da grande maioria dos fornecedores. Daí a política de



especialização dos produtores adotada por ela. No capítulo seguinte, mostraremos como a CRAVIL, por nós estudada, segue essa mesma orientação.

Segundo OLIVEIRA, a indústria catarinense vem aumentando sua participação na produção de derivados de leite e diminuindo a de leite fluído. Em 1984, do total de leite "in natura" recebido, ela destinava 85,6% para fabricação do leite fluído e 14,4% para os derivados. Em 1992, o leite fluído correspondeu 77,9% do total de matéria-prima recebida e os derivados, 22,1%. Também o leite excedente cresceu de 2,8% para 16,2% no mesmo período. Esse leite, em sua maior parte, é exportado para as indústrias de outros estados, onde é transformado e estocado em leite em pó, para ser utilizado na fabricação do leite reconstituído no período da entressafra. O estado exporta esse leite porque não produz o leite em pó. Esses dados mostram como a indústria elabora estratégias para ter leite na entressafra. OLIVEIRA (1994), cita FARINA (1983), quando coloca que nos períodos de falta de matéria-prima, devido à baixa remuneração do produtor rural, verifica-se uma "distorção estrutural", em que, além da diminuição da matéria-prima, ela é destinada pela indústria à produção de derivados, uma vez que apresentam maior margem de comercialização. Não temos dados para comprovar se são nos períodos de escassez de leite que os derivados são mais fabricados. Segundo a cooperativa cujos associados foram os sujeitos de nosso estudo, os derivados são mais produzidos nos meses de safra, quando há excesso de leite. Isto porque a indústria necessita absorver o produto no período da safra, para garantir o seu fornecimento

na entressafra. Mas o que os dados mostram, no entanto, é a maior participação gradativa dos derivados e a diminuição da comercialização relativa do leite fluído pela indústria, e isto traz a evidência de que assim está se dando devido ao maior valor agregado dos derivados, e conseqüentemente, sua maior margem de comercialização frente ao leite fluído. FARINA (1990) aponta que essa maior margem de comercialização dos derivados pela indústria não é repassada ao produtor rural, ficando a indústria com todo o lucro. O produtor recebe o mesmo pelo seu produto, sendo este destinado à fabricação de leite fluído ou de derivados. FARINA (1990) coloca, analisando a nível de Brasil, que a indústria é como uma válvula que compatibiliza oferta sazonal e demanda regular. A autora coloca que as indústrias de leite diversificaram sua produção para se beneficiarem dos mercados mais dinâmicos, tendo bastante flexibilidade para isto. E que no caso das cooperativas, este processo deu-se pelo crescimento das Centrais que, para ampliar sua área de ação e diversificação, passaram a admitir novas associadas, ou seja, cooperativas singulares. E tudo isto num contexto nacional de oligopólio do setor de laticínios, com a presença maciça de multinacionais.

Para finalizar a caracterização da atividade leiteira em Santa Catarina, OLIVEIRA (1994) mostra um quadro onde vemos a evolução dos preços do leite pagos ao produtor, num período de 10 anos, assim como seus custos médios de produção:

**Tabela 07: Preços recebidos e custos médios por litro de leite produzido.**

Ano	Preço médio real por litro de leite		Custo médio real por litro de leite		Relação preço/custo (em CR\$)
	Em CR\$	Em US\$	Em CR\$	Em US\$	
1983	3.780,1	0,174	3.567,9	0,165	1.05
1984	3.237,6	0,153	3.136,5	0,148	1.03
1985	3.137,4	0,145	3.430,0	0,158	0.92
1986	3.034,0	0,154	3.588,1	0,181	0.84
1987	3.794,8	0,213	3.559,1	0,203	1.05
1988	2.920,9	0,191	3.161,0	0,207	0.92
1989	2.670,8	0,220	2.948,2	0,243	0.90
1990	2.448,9	0,260	3.401,2	0,360	0.72
1991	2.173,8	0,195	3.503,1	0,316	0.61
1992	2.163,8	0,189	3.298,0	0,290	0.65
Média	2.932,6	0,189	3.368,0	0,227	0.87

Fonte: OLIVEIRA, 1994, p.78.

Observa-se a instabilidade do preço pago ao produtor durante todo o período. Em 1987 e 1990 houve uma grande alta nos preços, mas sucedido por uma grande queda em 1991, continuando a cair em 1992. Depois de uma grande subida em 1990, os custos de produção caíram em 1991 e 1992. No entanto, eles só ficaram abaixo dos preços recebidos pelo produtor em 3 dos 10 anos analisados, em 1983, 1984 e 1987. De 1990 a 1992 observa-se significativa diferença entre o que o produtor gasta para produzir e o que ele recebe pelo produto. Falar que o produtor está tendo prejuízo, isto é, está gastando mais do que recebe é problemático, porque a pequena produção se caracteriza por uma simbiose entre vários ramos de atividade. A contabilidade em separado não consegue captar as "trocas internas". Mas pode-se dizer, com segurança, que a remuneração recebida não é condizente com o investimento feito em termos de dinheiro e trabalho.

A baixa remuneração foi a causa de um boicote recente por parte dos produtores de leite do Oeste de SC, que se iniciou em julho deste ano, 1994. Segundo documento do ICEPA apresentado pelos produtores e deputados estaduais numa reunião com representantes das indústrias, ocorrida em 27 de junho deste ano na Assembléia Legislativa de Florianópolis, de janeiro a maio de 1994 os custos médios de produção por litro estavam em US\$ 0,23; o preço médio de venda da indústria estava em US\$ 0,19 e o preço médio recebido pelo produtor estava em US\$ 0,14, valor que vem declinando desde 1991, quando totalizava US\$ 0,17. A proposta dos produtores era o recebimento de US\$ 0,26. Representantes das indústrias ofereciam US\$ 0,18. O acordo foi feito cerca de um mês depois, com a indústria pagando ao produtor US\$ 0,20. Com isso, o boicote terminou. Foi notória a grande propaganda feita através da televisão, durante e após o boicote, quando representantes das indústrias de laticínios do estado passaram uma imagem negativa do leite cru vendido pelo produtor diretamente ao consumidor, sem passar pelo processo de industrialização. A alegação era de que o leite ingerido sem beneficiamento poderia transmitir doenças. Na ocasião em que esta questão foi levantada, na referida reunião, desencadeou-se uma reação entre os representantes dos agricultores ao afirmarem que "nunca ninguém morreu tomando desse leite", e desafiarem o representante das indústrias a submeter o leite cru e o leite industrializado a testes para verificar qual deles apresentava maior teor de gordura e de água. A acusação era clara. É bastante comum entre os produtores de leite a convicção de que eles entregam produto bom para a indústria, sendo que lá ele é

adulterado com água. Esta situação de descrédito dos agricultores em relação à seriedade da indústria assemelha-se à situação encontrada por PAULILO (1990) entre os suinocultores quando, em finais da década de 1970, espalhou-se o pânico da peste suína africana, altamente contagiosa. As autoridades mandavam dizimar criações inteiras ao menor sintoma da doença. Para os produtores, os sintomas alarmantes da peste africana poderiam ser também os de outras doenças comuns, não havendo uma verificação rigorosa. Segundo os suinocultores prejudicados, a matança ocorrida foi uma forma de valorizar indevidamente o produto oferecido pelas agroindústrias.

### **3.4. Breve Histórico do Leite em Santa Catarina**

Toda esta parte histórica do leite em Santa Catarina é embasada em COLI (1992). O autor coloca que a atividade leiteira no estado desenvolveu-se a partir de meados do século XIX, com a colonização germânica, pois os alemães tinham tradição no ramo, ao contrário dos portugueses das ilhas de Madeira e Açores que aqui chegaram no século XVII. Os alemães se instalaram primordialmente no Vale do Itajaí. Eles comercializavam o leite excedente do consumo interno da colônia<sup>3</sup>. Mas não o podiam vender em seu estado natural, pois os meios e vias de transporte da época facilitavam a deterioração de produto tão perecível. A solução foi o

---

<sup>3</sup> É importante esclarecer que o termo "colônia" tem dois sentidos: o sentido restrito, de sinônimo de estabelecimento agrícola, e o mais amplo, o conjunto formado pelas colônias e a vila, região mais urbanizada dos municípios. Neste texto, o termo é usado em ambos os sentidos. Em geral, o agricultor é denominado "colono".

processamento no próprio estabelecimento rural, fabricando-se manteiga e queijo. A produção colonial acenou com a possibilidade de substituir as importações que Santa Catarina fazia de outros estados para suprir sua demanda interna. Mas, para isto, seria necessário montar um sistema produtivo que abrangesse desde a produção na colônia até a comercialização para o consumidor, o que foi conseguido através das casas de venda. Estas eram estabelecimentos comerciais que, inicialmente, pertenciam a colonos que queriam aumentar sua renda, mas que, com o tempo, foram se transformando em comerciantes especializados, devido ao grande rendimento conseguido com a atividade. Essas casas recebiam os produtos dos agricultores e forneciam o que eles precisavam. No início, a prática de troca era o escambo, depois passou a ser o dinheiro. O comerciante se tornou uma figura de destaque na colônia, pois dele dependiam os moradores para venderem sua produção e comprarem o que necessitassem. Também porque era lá que guardavam seu dinheiro, numa espécie de poupança, visto a inexistência de bancos na época. Também emprestavam dinheiro a juros. O comerciante era a figura que mantinha contato com o mundo de fora da colônia, devido às viagens que fazia para comprar e vender as mercadorias. Por isso tinha muita influência na região, até mesmo política. Mas, principalmente, foi a categoria que mais acumulou dinheiro no período, visto estar numa posição privilegiada para impor os preços dos produtos coloniais. Informações semelhantes encontram-se em SEYFERTH (1974).

A produção de derivados de leite nas colônias catarinenses foi muito significativa na segunda metade do século XIX, abastecendo Santa Catarina, assim como outros estados. A partir da última década do século XIX, entretanto, a produção começou a declinar, devido principalmente a conquista dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo por regiões mais próximas, como Minas Gerais e Mato Grosso.

Com o aperfeiçoamento das vias e dos meios de transporte, no final do século XIX, tornou-se possível o transporte dos produtos lácteos a maiores distâncias, surgindo as unidades de processamento fora das unidades rurais, isto é, em indústrias. Modifica-se, assim, a cadeia produtiva do leite, com o surgimento da figura do industrial, que passa a exercer tanto parte da função do produtor rural, na medida em que passa a produzir os derivados lácteos, como também a função do comerciante, pois passa ele mesmo a comercializar o produto, embora, em muitos casos, fosse o próprio comerciante que se transformava em industrial, porque era o único elemento da colônia que dispunha de dinheiro para iniciar a atividade. O produtor rural não dispunha de muito poder frente ao comerciante, uma vez que ele se encontrava isolado em sua propriedade, dependendo do vendeiro para comprar e vender. Porém, com o advento da indústria, ele perde ainda mais seu poder de barganha, pois, salvo algumas exceções que chegam até os dias atuais, não é mais ele que fabrica os produtos coloniais.

Em fins do século XIX e início do século XX, a área de maior tradição leiteira do estado era o Vale do Itajaí,

principalmente a região de Blumenau. Na primeira metade do século XX, as exportações catarinenses provenientes do sistema colonial foram substituídas pela produção industrial, voltada ao mercado interno.

A primeira indústria de laticínios de Santa Catarina surgiu em Pomerode, em 1901. Em 1966 havia 16 empresas de laticínios no estado sob o Serviço de Inspeção Federal. Este foi um dispositivo criado em 1951, intitulado "Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal", que regulamentava as disposições legais para o leite pasteurizado tipo A, B e C, sendo que este último podia ser consumido até 36 horas a partir de seu engarrafamento. Posteriormente foram elaborados outros decretos a partir do original, baseados nas condições de saneamento na produção do leite e, mais tarde, também dos derivados. Este fato teve grande repercussão no setor leiteiro, pois muitas empresas pequenas tiveram que fechar, por não terem condições de cumprir as exigências sanitárias necessárias para a adequada produção de leite e derivados. E nem apenas empresas pequenas fecharam. A maior indústria leiteira dos anos 60 e primeira metade dos anos 70, a Cia. Jensen - Agricultura, Indústria e Comércio, de Blumenau, também fechou devido a obrigatoriedade de inspeção federal. O espaço destas empresas foi preenchido por outras que surgiram na primeira metade da década de 70 e que hoje são as líderes do setor, exceto a Gumz Irmãos S.A., que data de 1913.

Na década de 60, a Bacia do Itajaí era a maior produtora de leite no estado, com um crescimento de 44,6% entre 1960 e 1965. No mesmo período, porém, a Bacia leiteira do Oeste



catarinense cresceu 70,3%. Este crescimento se deveu à expansão das fronteiras produtoras de leite para a região Oeste do estado, visto as áreas tradicionais produtoras não se disporem a investir na atividade para conseguirem ganhos de produtividade, correspondendo, dessa forma, à crescente demanda dos centros urbanos, principalmente do litoral e proximidades. Isto porque os baixos preços pagos ao produtor não incentivavam esses investimentos. No Oeste, havendo ainda terras disponíveis, pôde haver aumento de rebanho e não necessariamente de produtividade. Na década de 70, as indústrias se colocam próximas às unidades produtoras, portanto, há a abertura de várias unidades fabris no Oeste catarinense.

No início da segunda metade da década de 70, havia 30 indústrias de laticínios em SC, sendo que 24 distribuídas pelo Vale do Itajaí, litoral Norte e região de Florianópolis, 4 no Oeste e Meio Oeste, 1 no Planalto de Lages e 1 no sul do estado.

Em 1987, as regiões Oeste e do Planalto Lageano ultrapassam a região do Vale do Itajaí em recebimento de leite pela indústria, com as duas primeiras somando 65,63% da produção estadual destinada à indústria, contra 34,37% do Vale. Isto se deveu ao aumento da produção de leite naquelas regiões, e à ampliação e aperfeiçoamento do sistema de coleta e industrialização do leite no Oeste e Planalto. Em 1988, havia 38 usinas de leite sob Inspeção Federal no estado, sendo que a metade, 19 delas, situavam-se na região Oeste.

No final da década de 60, as indústrias que atuavam no Vale do Itajaí não conseguiam atender plenamente à demanda, pois os baixos valores pagos aos produtores rurais pelo leite desincentivavam a produção. Em 1969 os produtores, em vista do descontentamento com essa situação, criaram a Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda., em Massaranduba, que só começou a operar como usina de leite em 1974, quando adquiriu uma cooperativa em Itajaí. Iniciou suas atividades com 600 produtores associados. Embora ainda conhecida pelo seu antigo nome, ela passou a denominar-se Cooperativa Central Catarinense de Laticínios (CCCL), comercializando seus produtos com a marca "DoVale".

Na primeira metade da década de 70, foi implantada em Lages, na região do Planalto Catarinense, a Indústria de Laticínios do Planalto S.A. (LACTOPLASA), propiciando o desenvolvimento da pecuária leiteira na região, que já era tradicionalmente criadora de gado. A empresa raramente coloca seus produtos fora de sua área, somente quando seu mercado interno não absorve o total da produção, sendo a menor firma entre as líderes catarinenses da atualidade, tendo destaque pelo mercado local ser seu monopólio.

Em 1974 foi fundada a Laticínios Tirol Ltda., em Treze Tílias, na região Oeste Catarinense. Comercializa seus produtos com a marca "Tirol".

A Gumz Irmãos Indústria Comércio S.A. e Agricultura foi fundada em 1913 na localidade de Rio Cerro II, região de Jaraguá do Sul, no Vale do Itajaí. Antes da construção de uma

usina de laticínios, dedicava-se à atividade suína. Em 1942, foi transformada em Gumz Irmãos Ltda., e em 1963 mudou novamente para Sociedade Anônima. Nesta época lançou no mercado seu mais importante produto, que permanece até hoje, o Chocoleite. Seus produtos são da marca "Sant'ana".

No início da década de 90, a produção leiteira pouco mudou no estado, permanecendo a mesma estrutura e os mesmos problemas. Mas houve um remanejamento no setor industrial, com a aquisição do controle acionário de duas das cinco maiores indústrias por outras duas líderes do setor no estado. Em janeiro de 1990, as cinco maiores indústrias de leite do estado, com seus volumes de produção eram, segundo COLI (1992):

1- C.C.C.L. com 5.697.446 litros

2- Tirol com 3.243.737 litros

3- Gumz com 2.314.833 litros

4- Ivoti com 2.290.389 litros

5- Chapecó com 2.035.259 litros

Em meados de 1990, a Laticínios Tirol Ltda. adquiriu a Indústria e Comércio de Laticínios Chapecó Ltda. Em janeiro de 1991, a C.C.C.L. comprou a Laticínios Ivoti Ltda., passando a controlar 60% da produção catarinense de leite tipo C no estado, e firmando-se como líder no setor. Em 1990, a cooperativa tinha 16 mil associados, com 16 cooperativas regionais filiadas e atuando em 85% dos municípios catarinenses. A Tirol, depois da transação, consolidou-se

enquanto vice-líder da produção estadual de leite tipo C. E as duas empresas maiores distanciaram-se da 3ª colocada, a Gumz, concentrando a produção de leite beneficiado no estado.

### **3.5. Breve Histórico da Região de Estudo**

#### **- O Vale do Itajaí**

Apesar do município estudado localizar-se na região denominada Alto Vale do Itajaí, cuja principal cidade é Rio do Sul, baseamo-nos em obras que falam acerca da colonização do Vale do Itajaí em geral, ou a respeito da região do Itajaí-Mirim, que atualmente corresponde às cidades de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos, no Médio Vale do Itajaí. A razão disto é a falta de estudos específicos sobre a história de nossa região. Todavia, essa falta não nos trouxe prejuízo, por haver profundas semelhanças e uma história em comum entre os municípios que compõem o Vale do Itajaí. A principal diferença existente diz respeito ao grau de industrialização das cidades e não ao meio rural.

Segundo SEYFERTH (1974), a colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim teve início em 1860, com a fundação, pelo governo provincial, da Colônia Itajaí, atual Brusque. A maioria dos colonizadores veio da Alemanha, mas posteriormente vieram também, em menor quantidade, imigrantes da Itália e Polônia. O termo "colonos alemães", designa todos os imigrantes de língua alemã, mesmo os provenientes da Polônia e da Áustria. O termo "colonos", que designa até hoje os agricultores do sul do país

que empregam mão-de-obra familiar em suas unidades produtivas, vem do fato daqueles imigrantes constituírem-se principalmente de camponeses e artífices alemães, que se estabeleceram em "colônias" no sul do Brasil. Estas colônias eram unidades rurais demarcadas pelo governo provincial, que tinham em média 25 ha, e que eram financiadas para os imigrantes, a fim de impulsionar a colonização. Esta estrutura, associada à tradição dos camponeses alemães daquela época, caracterizou o regime de minifúndio e policultura das colônias, com o emprego da mão-de-obra familiar.

Estas colônias também se caracterizavam por estarem isoladas umas das outras, o que proporcionava uma certa autonomia entre elas. Cada colônia era auto-suficiente no que podia. O que não podia produzir, trocava nas "vendas".

SEYFERTH coloca que, além dos lotes destinados aos colonos serem pequenos, eles tinham a característica de serem muito acidentados, o que reduzia a área plantada a mais ou menos um terço do total. E estas terras não estavam preparadas para a agricultura, eram cobertas por florestas, sendo que os próprios colonos tinham que prepará-las para o plantio. Sendo assim, nos primeiros anos de colonização, e em vista das técnicas rudimentares empregadas na agricultura, por falta de recursos materiais nos primeiros anos, a produção se destinava basicamente para o autoconsumo, com exceção para o fumo, que era totalmente voltado para a comercialização. Apenas anos mais tarde foram se criando excedentes para a comercialização, sendo o milho, a mandioca e o feijão os principais produtos.

Posteriormente, como cultura destinada especificamente ao mercado, destacou-se também a cana-de-açúcar.

Devido às técnicas rudimentares utilizadas, a produtividade da terra diminuía sendo plantadas culturas menos exigentes quanto ao solo, principalmente a mandioca. Com o total esgotamento da terra, aquele trecho era deixado em pousio. Como o lote era pequeno, a rotação de terras tinha que se dar num curto período, insuficiente para a recuperação da terra. Assim, a questão da herança era sempre um problema para a família de colonos, cuja terra não era suficiente para todos os filhos, ainda mais uma terra esgotada. A questão da herança é discutida no capítulo 8 deste trabalho, mas podemos adiantar que muitas das estratégias utilizadas pelos colonos, algumas trazidas de seus países de origem, eram sempre direcionadas à perpetuação dos membros da família enquanto colonos, mesmo que fosse para apenas um dos filhos.

Os principais cultivos eram o milho, o mais importante, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco, sendo que os dois últimos forneciam os melhores rendimentos comerciais. Apesar do bom rendimento do fumo (produto trocado por dinheiro na venda, o que era raro), este era plantado numa área pequena, pois as culturas de subsistência tinham primazia e, com a escassez de terra, sobrava pouca área para as culturas essencialmente comerciais. Como fala SEYFERTH, os riscos de uma monocultura de tabaco numa área de pequenas propriedades eram muito maiores do que os benefícios em dinheiro pela sua comercialização. Ainda mais levando-se em conta que os colonos sofriam os efeitos da oscilação dos preços do mercado. Além

disso, nas vendas pagava-se pouco aos produtos coloniais e se cobrava muito pelos produtos vendidos. Este ponto é importante em nosso estudo, pois, como veremos nos capítulos seguintes, a concepção de risco em relação à monocultura, ou, em linguagem atual, à especialização, permanece muito presente para os agricultores entrevistados.

Outra característica dos colonos na época era a complementaridade do trabalho familiar, geralmente feito pelos homens nos meses de menos trabalho na agricultura, prática comum na Alemanha do século XIX. A necessidade do trabalho acessório no Brasil era devido ao fato de que, nos primeiros anos, a prática mais comum de troca era o escambo, ficando o colono, portanto, sem dinheiro. Mesmo que a troca fosse em dinheiro, o valor por seus produtos era baixo. E também porque o colono começava sua vida no Brasil endividado: com o governo, devido ao financiamento do lote, e com o comerciante, que lhe fornecia tudo o que necessitava sem pagamento algum, no período que ia da espera por um lote até a primeira colheita. Os tipos mais comuns de trabalho acessório eram a construção de picadas e estradas e o trabalho nas carpintarias, ferrarias e serrarias.

As pastagens ocupavam pequena área na unidade produtiva, devido à carência de gado, pois como o transporte do planalto, região onde mais se criava gado no estado, ao Vale era muito difícil, o valor dos animais era muito alto. Mas como diz SEYFERTH, para o colono era indispensável possuir pelo menos um ou dois cavalos, para locomoção e transporte de cargas, e algumas vacas, tanto para o consumo do leite, como,

principalmente, para comercialização de seus derivados, como a manteiga e o queijo. Vimos acima que a comercialização dos produtos coloniais derivados do leite foi uma prática muito importante na economia do estado, até a última década do século XIX, conforme COLI (1992). Essa indústria caseira teria nascido em função do isolamento da colônia em relação aos centros de comercialização, como também da necessidade de poupar para comprar mais terras e para garantir sua subsistência na colônia, devido ao pequeno valor de troca dos produtos coloniais.

SEYFERTH afirma que a subsistência dos colonos a partir da unidade produtiva familiar dava a eles uma relativa independência, o que era importante devido ao isolamento a que estavam submetidos. A autora diz que esta independência trazia estabilidade ao grupo doméstico, uma vez que em épocas de crise do mercado ele podia manter-se através de algumas estratégias como o aumento de seu trabalho, a diminuição do consumo e o afastamento temporário das relações com o mercado.

O desenvolvimento da indústria no Vale do Itajaí, que se iniciou com a atividade têxtil, principalmente, e a alimentar, está ligado ao sucesso das casas de venda, segundo SEYFERTH (1974). Os vendeiros tanto tinham capital para iniciarem a atividade, como um mercado seguro, a partir dos colonos. Esse mercado, mais tarde, estendeu-se para fora da colônia. Também o fato de existir possibilidade de mão-de-obra para as indústrias contribuiu para seu desenvolvimento. Essa mão-de-obra vinha dos colonos que não herdavam sua parte da herança em terras, tendo que, por isso, trabalhar fora da



colônia, mesmo que, muitas vezes, morassem lá. O estudo sobre a evolução histórico-econômica de Santa Catarina, realizado pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC) : (1980), também atribui à disponibilidade de mão-de-obra e ao sucesso das casas de venda o impulso à industrialização no Vale do Itajaí. Cita o exemplo do ex-vendeiro Carlos Renaux, fundador da indústria têxtil de Brusque. Mas também enfatiza as características dos colonos alemães que vieram ao Brasil na segunda metade do século XIX, que, ao contrário dos colonos que aqui chegaram na primeira metade do século passado, continham também pessoas de origem urbana, com formação artesanal, operária, comercial, industrial e intelectual, expulsos da Alemanha pela crise devida ao processo de industrialização ocorrido na Europa, em meados do século passado. Coloca, também, que mesmo aqueles de origem rural, vinham de uma agricultura que tendia para a comercialização. Apesar de desprovidos de recursos materiais, tinham habilitações técnicas e mentalidade empresarial, formando uma mão-de-obra especializada. Ressalta que estas pessoas estavam saindo de um país que se industrializava rapidamente, o que explicaria essa mentalidade. Cita como exemplo Herman Hering, comerciante desde sua terra natal que, atingido pela crise na Europa, vem para o Brasil em 1878, aproveitando sua experiência como fabricante de meias, para fundar uma das maiores indústrias têxteis brasileiras.

SEYFERTH coloca que os imigrantes foram compelidos à emigração devido à possibilidade de se tornarem proprietários de terras no Novo Mundo e, ao mesmo tempo, fugirem da

proletarização a que se viam ameaçados pela industrialização européia.

Segundo o CEAG, a evolução econômica do Vale do Itajaí, no período que compreende desde a colonização até a primeira guerra, divide-se em duas partes: a fase "colônia-venda", que compreende o período de 1850 a 1880, que se caracteriza por uma economia de subsistência e o artesanato; e a fase da pequena indústria, no período de 1880 a 1914. Após a Primeira Guerra Mundial, houve um grande incremento na atividade industrial, principalmente da indústria têxtil de Blumenau. Esta cidade começou a exportar seus produtos sobretudo para São Paulo, inserindo-se na política de substituição de importações a nível nacional. Em Brusque, a industrialização desenvolveu-se principalmente na década de 20, sob a ação dos ex-vendeiros.

Brusque também se industrializa. SEYFERTH (1974 e 1983/84) afirma que a atividade industrial contou, para o seu desenvolvimento, com a mão-de-obra excedente das pequenas explorações agrícolas. Empregar-se na fábrica tornou-se uma estratégia de reprodução para os filhos excluídos da herança da terra ou para aqueles cujo lote diminuto não mais permitia o sustento da família. Às vezes, o que restava era só o "chão da casa". Surgem, assim, os "colonos operários".

A indústria continua tendo um impulsivo crescimento durante a década de 30, a 2ª Guerra e o período pós-guerra no Vale do Itajaí, notadamente em Blumenau e Brusque, no setor têxtil. Nos anos 30 começaram as exportações para o exterior. Ainda hoje possui expressão nacional.

## - O Município de Presidente Getúlio

Apesar da localização próxima a Blumenau e Brusque, Presidente Getúlio não sofreu de forma significativa as conseqüências da industrialização, em seus primórdios. Segundo PICHETT (1970), e informações contidas no documento "Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico" (PIDSE) : (1990), a base econômica do município é a agricultura, a pecuária e a extração da madeira.

De acordo com estas duas obras, Presidente Getúlio teve o início de sua colonização em 1904, quando um grupo de imigrantes, em sua maioria suíços, liderados por um engenheiro da Sociedade Colonizadora Hanseática, ocupou a região com o objetivo de fundar uma colônia agrícola, que denominaram de "Neuzurich" (Nova Zurique), em referência à origem de seus primeiros moradores. A malária foi responsável pela dizimação de grande parte da população. Em 1909, novos colonizadores começaram a chegar na região, quase todos de ascendência alemã e, posteriormente, ítalo-brasileira, passando o lugar por uma fase de intenso desenvolvimento a partir desta data. Em 1914, a colônia passa a ser chamada de "Breslau", em homenagem ao último sobrevivente do primeiro período da colonização, Guilherme Goebel, um alemão da região de Breslau.

Em 1934 é criado o município de Ibirama, com o nome de "Dalbérgia", compreendendo também as terras da atual Presidente Getúlio. Em 1953, conquista a autonomia política, passando a denominar-se como atualmente.

Durante todos estes anos, a base da economia do município centrou-se na agropecuária e na extração da madeira. O surgimento da indústria se dá, por isso, nos setores de gêneros alimentícios e de artigos e artefatos de madeira, com 75% dos estabelecimentos industriais do município operando nestas atividades em 1970.

Vejamos, pois, alguns aspectos físico-sócio-econômicos que caracterizam o município, com base na obra do PIDSE (1990).

Presidente Getúlio localiza-se na região denominada Alto Vale do Itajaí, na microrregião de mesmo nome, cujo centro polarizador é Rio do Sul. Localiza-se a uma altitude de 255 metros, possuindo uma área de 323 Km<sup>2</sup>.

O relevo é constituído por superfícies planas e onduladas. O solo apresenta características de restrições ao manejo da terra. O clima não apresenta estação seca e tem verões quentes, com temperatura média anual de 18,9°C.

O município sofreu as alterações ocorridas a nível nacional no início da década de 70, relativas ao crescente fluxo migratório campo-cidade. Os principais motivos desta mudança foram o processo de industrialização e a modernização da agricultura. A tabela abaixo traz a proporção deste fenômeno:

**Tabela 08 : Distribuição da população do município de Presidente Getúlio - 1970-1980-1989.**

Ano população	1970	%	1980	%	1989	%	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
							1970-80	1980-89
Urbana	2.452	26,09	4.780	47,28	6.235	58,03	6,90	2,99
Rural	6.947	73,91	5.329	52,72	4.510	41,97	-2,61	-1,83
Total	9.399	100,00	10.109	100,00	10.745	100,00	0,73	0,68

Fonte: PIDSE, 1990, p.11.

Vê-se que a população rural foi decrescendo consideravelmente desde 1970, representando naquele ano 73,91% da população total do município e chegando em 1989 com 41,97% de pessoas no campo. Presidente Getúlio apresentou no período uma taxa de crescimento urbana superior à média de sua microrregião, quase triplicando sua população das cidades. Dentre os motivos para essa evasão do campo em direção à cidade, tem-se a crescente mecanização na agricultura<sup>4</sup>, crescente oferta de emprego nos setores urbanos (que quase triplicou), e a historicamente reduzida área dos estabelecimentos rurais na região.

A população está atualmente em 13.500 habitantes, sendo 7.500 do meio urbano e 6.000 do rural. A população economicamente ativa é de 4.875 pessoas, e vem sofrendo uma grande diminuição no setor primário, com crescimento no terciário e principalmente no secundário, como mostra o quadro abaixo:

<sup>4</sup> Segundo PIDSE (1990), o número de tratores no município em 1970 era de 52, passando a 354 em 1985.

**Tabela 09: Evolução da população economicamente ativa do município de Presidente Getúlio - 1970-1980-1989.**

Setor	1970	1980	1989	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
				1970-80	1980-89
Primário	2.358	1.645	1.392	-3,53	-1,83
Secundário	398	1.347	1.757	12,96	2,99
Terciário	719	1.323	1.726	6,28	3,00
Total	3.475	4.315	4.875	2,18	1,36

Fonte: PIDSE, 1990, p.12.

Segundo o PIDSE, o setor primário absorvia cerca de 68% da população economicamente ativa do município em 1970, diminuindo para 29% em 1989. Atualmente, o setor ocupa cerca de 70% das terras do município, onde se desenvolve a atividade agropecuária nas unidades produtivas rurais com mão-de-obra familiar. A tabela abaixo mostra a distribuição da estrutura fundiária :

**Tabela 10: Estrutura fundiária do município de Presidente Getúlio - 1970-1980-1989.**

Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos			Área total		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985
Até 20	605	538	551	6.793	6.497	6.163
20 a 50	433	416	406	12.638	12.288	11.739
50 a 100	58	57	54	3.624	3.390	3.217
100 a 500	7	11	5	1.209	2.200	937
500 ou mais	-	1	1	-	901	600
Total	1.103	1.023	1.017	24.264	25.276	22.656

Fonte: PIDSE, 1990, p.13.

A tabela mostra que não houve mudanças significativas na distribuição fundiária entre 1970 a 1985. Segundo o PIDSE, cerca de 94% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 50 ha, ocupando cerca de 79% das terras destinadas à agropecuária.

As principais culturas plantadas no município são a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar, a batata-doce, a tangerina e o fumo que se destacam se comparadas à microrregião. Em 1987,

o município ocupava, na microrregião, a segunda colocação na produção de cana-de-açúcar, a terceira na de tangerina, a quarta na de milho, a sexta na de mandioca, a sétima na de batata-doce e a oitava na de fumo. Presidente Getúlio apresenta um nível de rendimento médio (quilograma/hectare) para algumas culturas superior à média dos demais municípios da região, como é o caso da batata-inglesa, cana-de-açúcar, fumo, melancia, milho e uva. Porém, é o fumo que gera o maior valor bruto da produção, com 52,5% do total da renda gerada na agricultura do município em 1987, seguido do milho, com 13,7% e da mandioca, com 12,9%. Os incentivos oferecidos pelas indústrias fumageiras da região são as principais causas do fumo se constituir na principal fonte de renda da maioria das famílias agricultoras do município.

Em relação à pecuária, o quadro abaixo nos oferece a participação dos produtos no município e na microrregião a que pertence:

**Tabela 11: Produtos pecuários mais representativos do município de Presidente Getúlio - 1987.**

Produto	Unidade	Quantidade produzida ou efetivo total	Total da microrregião	Participação % na microrregião	Colocação na microrregião
Bovinos	cab	14.100	238.397	5,91	5ª
Leite	l	7.050.000	87.073.528	8,10	3ª
Suínos	cab	11.800	242.745	4,86	7ª
Bubalinos	cab	56	2.764	2,03	7ª
Caprinos	cab	45	4.445	1,01	20ª
Coelhos	cab	220	5.810	3,79	12ª
Equínos	cab	1.400	20.870	6,71	5ª
Ovinos	cab	520	10.670	4,87	8ª
Aves	cab	72.700	3.368.648	2,16	12ª
Ovos	dz	102.000	3.603.071	2,83	11ª
Mel	kg	11.800	133.485	8,84	5ª

Fonte: PIDSE, 1990, p.16

Vê-se que o município é o terceiro produtor de leite da microrregião, participando com 8,10% do total produzido. É o quinto produtor de mel, assim como o quinto criador de bovinos e eqüinos.

Passando para o setor secundário, ele começou a crescer em meados da década de 70, ocupando a mão-de-obra liberada do campo. Atualmente, as atividades industriais mais desenvolvidas são a madeira, a transformação de produtos minerais não metálicos e de produtos alimentares. O setor madeireiro vem diminuindo gradativamente, devido a escassez de matéria-prima local. O mesmo acontece com os produtos alimentares, em virtude da diminuição da produção de mandioca que não acompanhou o avanço tecnológico.

O setor terciário é constituído por 67 estabelecimentos comerciais, empregando em torno de 205 pessoas, e 36 estabelecimentos de prestação de serviços, ocupando cerca de 158 pessoas em 1989. O setor comercial baseia-se fundamentalmente em produtos alimentares e de vestuário, embora haja uma grande evasão de compras para municípios vizinhos, principalmente Ibirama e Rio do Sul. O setor de prestação de serviços baseia-se nos gêneros de alimentação e alojamento.

De acordo com o PIDSE, existe a necessidade de ampliação do mercado de trabalho do município, pois boa parcela da população desloca-se para os municípios circunvizinhos para trabalhar, principalmente para Rio do Sul, Ibirama e Blumenau.

Como já vimos, a produção de leite tem grande importância em Presidente Getúlio. Essa importância não pode



ser desvinculada da presença da cooperativa, denominada CRAVIL.  
A ela dedicamos, então, o próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 - A COOPERATIVA**

Faremos na primeira parte deste capítulo uma breve caracterização do que vem a ser uma cooperativa, uma vez que os agricultores que foram sujeitos de nosso estudo são, em sua maioria, associados da CRAVIL. Esta caracterização nos dará subsídios para compreender as particularidades desta agroindústria, assim como as expectativas, tanto dos técnicos como dos associados, acerca de seu funcionamento. Na segunda parte, faremos uma descrição das políticas que a CRAVIL adota frente a seus associados em relação a preços pagos, à diferenciação entre eles, ao poder de decisão e à dívida em que a CRAVIL está envolvida atualmente.

### **4.1. Caracterização do Sistema Cooperativo**

Segundo RIOS (1987), o cooperativismo enquanto fruto do movimento operário resultou na criação de um modelo de associação com três características básicas. A "propriedade cooperativa" refere-se ao fato de que a cooperativa é uma associação de pessoas, não de capitais. Isto significa que todos os associados são igualmente proprietários, independente do valor monetário que cada um despendeu para constituir a sociedade. A "gestão cooperativa" vem significar que o poder de decisão advém da assembléia dos associados. E a "repartição cooperativa" significa que uma cooperativa não opera com "lucros", mas com "sobras líquidas". Isto é, diferentemente da

empresa capitalista, que extrai seu lucro do sobretrabalho de seus assalariados, a cooperativa opera com as sobras das atividades de seus associados. Isto quer dizer que, após todo o processo das atividades que caracterizam determinada cooperativa (incluindo os ganhos com a comercialização, os custos com transporte, etc), vão haver sobras, que serão repartidas entre os associados, segundo alguns critérios.

É nesta terceira característica que se compreende o princípio de que a cooperativa não lucra em cima do associado, como diz o autor, ela é apenas um instrumento para os associados lucrarem. Assim, os associados de uma cooperativa são também co-proprietários e usuários de sua cooperativa, cuja finalidade única é a de prestar serviço a seus associados. A partir deste ponto, pode-se concluir que existe...

"...uma conexão direta entre as necessidades dos sócios, de um lado, e as operações da cooperativa, de outro; e entre a participação dos associados nas atividades da cooperativa, de um lado, e o funcionamento da cooperativa, de outro" (RIOS, 1987, pag.15).

O autor faz uma classificação das cooperativas segundo o tipo de suas atividades, que seria: cooperativas de produção industrial, de produção agrícola, de serviços agrícolas, de consumo, de pesca, de crédito e cooperativas de cooperativas. Para este estudo, importa fundamentalmente a caracterização de quatro tipos:

- cooperativa de produção agrícola: tem como característica o planejamento comunitário da produção entre seus associados, sendo a atividade produtiva exercida coletiva ou individualmente.

- cooperativa de serviços agrícolas: é o tipo mais difundido no mundo e comporta várias modalidades de serviços, como crédito, venda de insumos, beneficiamento dos produtos, comercialização, consumo, utilização em comum de equipamentos, etc. Por apresentar vários serviços aos associados, é conhecida no Brasil como "mista", significando que desde a plantação até a comercialização do produto final, a cooperativa oferece serviços em todo o processo. Segundo o autor, estas cooperativas permitem que os produtores escapem à exploração dos comerciantes, porque são melhor remunerados; que estoquem os produtos e, assim, distribuam a venda; e que, pela necessidade da venda, aumentem a qualidade dos produtos.

- cooperativa de consumo: é aquela que vende aos associados produtos de primeira necessidade, tais como alimentos, insumos agrícolas, peças de vestuário, etc.

- cooperativa de cooperativas: é formada pela união de várias cooperativas. É denominada de "cooperativa de segundo grau", "central", ou ainda "federação". Em geral, é responsável pelo beneficiamento e comercialização da produção.

Pode-se dizer, segundo esta classificação, que a CRAVIL nunca foi uma cooperativa de produção agrícola, visto que a atividade produtiva de seus associados não foi planejada de forma comunitária, mas sim, individualmente. As cooperativas que formaram a CRAVIL, em sua maioria, eram de consumo, mas quando se uniram para formá-la, esta tornou-se uma cooperativa mista, oferecendo a venda de insumos para seus associados, comercializando seus produtos e, mais tarde, também

beneficiando alguns produtos agrícolas. Enfim, a CRAVIL é uma das 15 cooperativas que formam a Cooperativa Central Catarinense de Laticínios, a Cooperleite<sup>1</sup>.

#### **4.2. Caracterização da CRAVIL e de suas Políticas frente aos Associados**

As informações que se seguem foram conseguidas mediante entrevistas com três pessoas que já foram ligadas de alguma forma ao corpo técnico da CRAVIL, como também mediante entrevista de uma pessoa atualmente ligada à sua direção.

A CRAVIL foi fundada em 1971, pela união de 5 pequenas cooperativas do Alto Vale do Itajaí, localizadas nos municípios de Rio d'Oeste, Pouso Redondo, Lontras, Presidente Getúlio e Ituporanga. Com exceção da cooperativa de Pouso Redondo, que também tinha um engenho de arroz, todas as demais só operavam com venda de insumos, sendo, portanto, cooperativas de consumo (de acordo com a caracterização feita anteriormente, com base em RIOS, 1987). A CRAVIL foi fundada através de um movimento cooperativista liderado pela ACARESC<sup>2</sup> (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina). Os agricultores foram aderindo à idéia, para não precisarem mais depender dos comerciantes, que além de estabelecerem um preço muito baixo pelo produto agrícola, não lhes ofereciam garantia de compra, ficando estes, muitas vezes, com sua produção estocada e, às

---

<sup>1</sup> A Cooperleite foi fundada com o nome de Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda., nome pelo qual, embora substituído, ainda é conhecida.

<sup>2</sup> Em 1992, a ACARESC foi incorporada a outras empresas, associações e instituições estatais, formando a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina). Porém, os agricultores entrevistados ainda se referenciam a ela, na maioria das vezes, como ACARESC. Portanto, usaremos as duas designações neste trabalho.

vezes, perdida por deterioração. A CRAVIL, portanto, iniciou suas atividades recebendo e comercializando os produtos dos associados, além de vender insumos agrícolas e, mais tarde, gêneros alimentícios, através de seus supermercados. Atualmente, também apresenta mercadorias relativas a vestuário, cama-mesa-banho e outras variedades.

A CRAVIL construiu sua sede em Rio do Sul, pólo geoeconômico da região. Cooperativas de outros municípios começaram a se incorporar a ela. Tornou-se a segunda cooperativa singular do estado (que lida diretamente com os produtores, o que não acontece com a Central). A CRAVIL teve tão boa aceitação e credibilidade por parte dos produtores rurais, que chegou a ser a maior empresa do Alto Vale do Itajaí, significando um grande impulso à atividade agropecuária da região. Atualmente, é responsável por mais de 50% da compra do leite no Alto Vale do Itajaí, e 60% do leite entregue à Central. Mas a mencionada credibilidade sofreu um abalo, decorrente do endividamento por que passa atualmente, o que será colocado mais adiante.

A atividade leiteira da CRAVIL começou em Presidente Getúlio, município tradicionalmente produtor de leite, em 1972, de acordo com os informantes. Para viabilizar o beneficiamento do produto, a CRAVIL iniciou, juntamente com outras cooperativas, a formação da Cooperativa Central Catarinense de Laticínios, a Cooperleite. Essa central já existia, mas não enquanto usina de leite. Esta atividade deveu-se à iniciativa da CRAVIL. A necessidade de uma central derivou do fato de que

várias pequenas cooperativas não tinham estrutura para formarem e manterem, cada uma, uma usina de leite.

A Cooperleite foi fundada em Itajaí, pólo estratégico de distribuição de leite, por situar-se próximo a grandes centros consumidores do estado: Joinville, Blumenau, Camboriú, Florianópolis, além da própria Itajaí. Sua única atividade desde então foi o beneficiamento e comercialização de leite e derivados, o que permanece até hoje. Possui seis unidades fabris no estado: uma na sede, em Itajaí, e as outras cinco em Campos Novos, Palhoça, São Miguel d'Oeste, São João, e a mais nova em Concórdia.

O capital que a CRAVIL dispõe vem da parcela relativa à capitalização dos associados, como também da margem de comercialização de seus produtos. A capitalização seria uma parcela que cada associado deixa relativa a tudo o que entrega na cooperativa, o que no caso equivale a 3%. Esta parcela fica capitalizada em nome de cada associado e é utilizada para os investimentos da CRAVIL. Desses 3% de capitalização, 1% é repassado para a Central, também como fonte de investimento e manutenção. Ao final da comercialização dos produtos, a Central repassa suas sobras relativas a cada cooperativa filiada e essas, então, as repassam aos seus associados, de acordo com o volume do produto entregue por cada um. Os associados então decidem, em assembléia, ou requererem as sobras de imediato, ou utilizarem estas sobras para investimentos na cooperativa, caso em que são somadas à sua capitalização individual.

A diretoria da Central é eleita por representantes das cooperativas filiadas e nestas, os cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro necessariamente são preenchidos por associados, eleitos em assembléia geral.

As cooperativas filiadas têm autonomia em relação à Central para implementarem sua política de ação junto a seus associados, no que se refere ao seu funcionamento interno.

Uma dessas políticas é o que se chama "leite de excesso" ou "formação da cota". Embora essa seja uma prática comum às indústrias de leite, falaremos especificamente em relação à CRAVIL. Esta é uma prática que visa incentivar a produção de leite no inverno, já que, por motivos de clima e pastagem, é natural que a vaca produza mais leite no verão do que no inverno. É necessário adotar algumas técnicas de manejo com o gado para que a produção de leite apresente uma certa uniformidade durante o ano, o que consiste basicamente em plantar pastagens específicas de inverno, construir silos e cuidar a época de inseminar a vaca, para que ela tenha leite nos meses de inverno. Essa tecnologia com o gado leiteiro, porém, é pouco comum na região, por motivos que serão abordados no capítulo 6.

A sazonalidade na entrega de leite é prejudicial à cooperativa, que necessita garantir a colocação de seus produtos no mercado o ano inteiro. Por isso há o período de formação da cota: a cota seria todo o leite que o produtor entrega à cooperativa nos meses de inverno, de março a agosto. Toda a quantidade de leite que exceder a essa quantia nos meses



de verão, de setembro a fevereiro, é o "leite de excesso" e vale 65% do preço do leite-cota. Na verdade, é tirada uma média do leite-cota e dividida pelos meses de verão, pois o produtor recebe o pagamento pelo leite de excesso a cada mês, juntamente com o pagamento do leite-cota, com o preço já descontado. Na época em que estávamos em campo, que coincidiu com o início da época do leite de excesso, mês de setembro, a cooperativa estava fazendo uma proposta aos produtores para que entregassem o leite de excesso, mas só recebessem por ele em maio/junho do ano seguinte (1994), por 75% do valor do leite-cota. Encontramos produtores que aceitaram a proposta e outros que não, por terem dúvidas quanto à correção do pagamento pela inflação do ano seguinte.

É importante notar, pois, que a política do leite de excesso traz consigo a necessidade do produtor adotar tecnologias adequadas para que a vaca não reduza sua produção no inverno. Pode ser, portanto, considerado um "incentivo" para o produtor, embora não esteja na "lista" de incentivos oficiais adotados pela cooperativa, uma vez que é explicado como uma medida para que a cooperativa não tenha prejuízos com a estocagem do leite de excesso, visto este leite, segundo a cooperativa, não ter colocação imediata no mercado. Os incentivos oficiais da CRAVIL são três:

- incentivo de leite resfriado: se o produtor entregar seu leite já resfriado para a cooperativa, ele recebe um pouco mais por ele. Se não, o leite é resfriado no posto de resfriamento da CRAVIL (que é patrimônio da Central). Para entregar o leite resfriado, todavia, é necessário que o

produtor tenha um resfriador em casa, que vale aproximadamente US\$ 500,00, cujo tamanho é suficiente para a produção da maioria dos agricultores entrevistados. Esse incentivo visa preservar a qualidade do leite, diminuindo o risco dele ficar ácido.

- incentivo de gordura: quanto maior o teor de gordura do leite, maior seu preço, não chegando a ser significativo este aumento. Visa evitar que o produtor desnate o leite e venda a nata separadamente.

- incentivo de quantidade: é o mais significativo. A partir de 20 litros diários entregues, a produção é dividida em faixas, cada uma correspondendo a um acréscimo ao preço pago ao produtor, que varia de 5% a 27% do valor normal. As faixas incentivadas iniciam em 3.000 l/mês, seguidas da produção de 6.000 l/mês, 9.000 l/mês até atingir a máxima, de 12.000 l/mês. A indústria não tem interesse em incentivar os produtores que entregam menos de 20 litros diários, o que corresponde a uma média de 600 litros por mês. Esse incentivo visa, segundo a própria cooperativa, "dar condições pra que aquele produtor profissionalizado tenha interesse em se especializar". Espera-se que o produtor sempre tente alcançar uma melhor faixa produtiva.

A cooperativa contrata o serviço do frete, sendo que o freteiro já possui o caminhão utilizado no trabalho. O freteiro pode ser também um produtor de leite, podendo sua atividade principal ser a produção agrícola ou o frete. Em cada propriedade, o freteiro faz o teste de acidez e o pré-teste

para verificar se existe água misturada ao leite. Se acaso verificar a existência de água, ou acidez excessiva, esse leite é transportado em separado dos outros. Se não verificar irregularidades, o leite é misturado com o dos demais produtores. O freteiro também tira uma amostra do leite para ser submetida a testes no posto de resfriamento da cooperativa, para verificação quanto a impurezas e teor de gordura do leite. Esses testes no posto não são realizados todos os dias com o leite de todos os produtores. Por isso, o freteiro coleta a amostra do produtor aleatoriamente. Desta forma, o produtor precisa estar com seu leite bom todos os dias. Se forem constatadas irregularidades no leite, o produtor primeiramente é advertido, e na reincidência, corre o risco de ser retirado da sociedade.

A cooperativa desconta do preço pago ao produtor os custos com o frete. Antigamente, ele era descontado igualmente para todos. Hoje, ele é inversamente proporcional ao volume de entrega: quanto maior o volume de leite entregue, menor a porcentagem do frete descontado do preço do leite, que varia de 3% a 40% . Esta diferença é explicada pela cooperativa em função do custo com o combustível e a estrutura necessária para o resfriamento e para os testes do leite serem os mesmos para todos os produtores. Então, se um produtor que entrega muito leite for descontado igualmente ao que entrega pouco, ele estará pagando muito mais do que o necessário para cobrir a sua despesa. Mesmo assim, o produtor que entrega muito e é descontado 3%, ainda paga mais do que o produtor que entrega pouco e é descontado 40%, segundo a CRAVIL. Para ela, a

diferenciação do frete objetiva distribuir justiça entre os produtores. A mudança quanto à parcela descontada, que anteriormente era igual para todos e hoje é diferenciada, segundo os informantes, não tem relação com a situação de dívida atual da CRAVIL, sendo anterior a ela.

O frete é tido como o grande encarecedor do preço do leite, ou, no que concerne ao produtor, o maior responsável pela grande diferença existente entre o preço de mercado e o preço que ele recebe pelo produto.

Segundo a CRAVIL, o leite é um produto que, para ser rentável para a indústria, precisa ter alta concentração geográfica, ou seja, as linhas de leite<sup>3</sup> precisam ter um volume considerável de entrega para superar os custos. O que ocorre é que, na CRAVIL, existem linhas altamente econômicas, aquelas em que o caminhão passa em poucas casas e recolhe muito leite, e aquelas que não são econômicas, onde o caminho é longo e se recolhe, em termos relativos, pouco leite.

O frete diferenciado, mesmo não fazendo parte dos incentivos da cooperativa, também pode estar cumprindo este papel, porque o produtor pode querer produzir mais para diminuir esse custo. Uma solução que a CRAVIL estava começando a oferecer a seus associados na época de campo é a entrega do leite em grupo: a produção é individual, mas a entrega é em conjunto, ou seja, os produtores juntam sua produção para entregar à cooperativa, formando grupos. O leite de todos do grupo é pego numa propriedade apenas, porém, em vasilhames

---

<sup>3</sup> "Linhas de leite" são percursos que os freteiros fazem na coleta do leite das propriedades até o posto de resfriamento. Elas pertencem às indústrias de leite.

individuais, conservando a identificação do produtor. Ou seja, o caminhão faz uma só parada, uma só análise, emite uma só nota fiscal e um só cheque para o pagamento dos produtores, diminuindo os custos para a cooperativa. Como o volume de leite entregue é maior, o valor pago também é maior, porque ele atinge uma faixa mais alta de produção, diminuindo o custo do frete. Os produtores aumentam seu ganho, mas também o seu trabalho, pois precisam levar o leite todos os dias à propriedade onde será recolhido (geralmente, a mais próxima da linha) e também precisam dividir o valor que cabe a cada um, uma vez que recebem nota e cheque únicos. A experiência de grupos estava muito no início na época de campo, sendo que poucos produtores já tinham aderido a ela. Alguns iriam começar em breve. Assim, não pôde ainda ser avaliada quanto à sua viabilidade.

O preço pago ao produtor e o preço de mercado para o consumidor é estipulado pela Central, através de seu Conselho de Administração, conjuntamente com um acordo com os varejistas, já que desde julho de 1990 o Governo Federal não mais controla o preço do leite. Existe um dissenso acerca de como é estipulado o preço pago ao produtor pela cooperativa. Há duas explicações, de acordo com dois informantes: uma seria que ao produtor é destinado cerca de 50% do preço que a Central entrega ao varejista. Sobre este valor, o varejista pode colocar uma margem de lucro de até 11% para o consumidor. Portanto, o raciocínio seria o de primeiro estabelecer a porcentagem destinada ao produtor e depois, sobre este valor, estabelecer o preço real do produto para o consumidor. A outra

explicação seria que a cooperativa primeiro estipula o preço cobrado do varejista, para depois decidir a parcela que caberá ao produtor.

A CRAVIL atualmente recebe somente leite, arroz, feijão e milho, sendo que este último em menor quantidade, equivalente ao que sobra do que é destinado à alimentação dos animais nas unidades produtivas. Mas já chegou a receber por volta de 17 produtos. Sua atividade diminuiu drasticamente em função da dívida que contraiu recentemente. Além de receber os produtos citados, ela possui ainda uma fábrica de ração e uma indústria de resfriadores de leite.

Recentemente diminuiu muito o número de associados da CRAVIL, também por causa da situação de endividamento que atravessa. Houve uma certa seleção por parte da cooperativa, com o critério de exclusão do "associado oportunista", aquele que não entrega toda sua produção à CRAVIL e que não se dispôs a contribuir no pagamento da dívida. Houve, na verdade, uma convocação dos "associados oportunistas", com o intuito de saber deles se tinham disposição para cooperar. Nesse sentido, os associados que não se dispuseram, também se auto-excluíram, uma vez que consideraram mais vantajoso sair da cooperativa do que permanecer sócio de uma cooperativa endividada, que teriam que ajudar a "levantar".

O processo de endividamento da CRAVIL iniciou-se por volta de 1987 e atingiu o ponto máximo em 1992. Há algumas versões que explicam este processo. A versão da cooperativa é de que aconteceu uma sobra de dinheiro em alguns bancos

internacionais, que fizeram financiamentos a juros facilitados à CRAVIL. Com a mudança da política agrícola brasileira na era do governo Collor, diminuiu o volume de produtos entregues pelos associados, diminuindo o volume comercializado pela CRAVIL, impossibilitando que os financiamentos fossem pagos.

Segundo outra versão, a CRAVIL endividou-se pela retirada do financiamento do Governo Federal à agricultura. Mais especificamente: o governo fornecia o EGF - Empréstimo do Governo Federal - para a cooperativa. Com esse financiamento, ela pagava seus associados no momento da entrega dos produtos, exceto o leite, que era pago após 42 dias a partir do 1º dia de entrega, todos os meses, isto é, no dia 12 de cada mês. O produtor não podia esperar que seu arroz ou seu feijão fosse primeiro comercializado pela cooperativa para depois ele receber sua parte, pois necessitava do dinheiro para recomeçar a plantar. Assim, a cooperativa utilizava o EGF para fazer o adiantamento ao produtor. Esse adiantamento era feito em cima do preço mínimo, descontado o frete e a estimativa dos custos para purificação do produto. Se a cooperativa comercializasse o produto por um valor superior ao preço mínimo, após a transação ela ressarcia a diferença para o produtor. Já eram descontados os 3% de capitalização no adiantamento e, depois, na diferença paga ao produtor.

Quando o governo retirou o EGF, a cooperativa começou a recorrer ao mercado financeiro para poder fazer os adiantamentos aos produtores. Como os juros eram maiores do que a valorização do preço dos produtos agrícolas, nunca se chegava a cobri-los, então começou o processo de endividamento, com a

criação de dívidas para pagar dívidas, junto a vários bancos nacionais.

Segundo esta versão, esta causa conjuntural explicaria 90% da dívida. Os outros 10% estariam por conta de outros fatores. Um deles seria que a cooperativa aumentou e refinou muito seu setor de consumo. Os próprios produtores associados chegam a reclamar que, nos supermercados da CRAVIL, muitos produtos são mais caros do que em outros lugares. Outro fator seria que o produtor muitas vezes entrega seu produto para o concorrente, quando este oferece um preço maior. Desta forma, são 3% que deixam de entrar e a cooperativa opera em ociosidade, já que funciona com uma menor demanda do que foi estruturada para ter. Este fato, porém, não é tido como uma das causas da dívida, mas como um agravante. E também há suposições de uma transação com dinheiro internacional, na qual houve desonestidade de algumas pessoas da cooperativa. Um grupo estrangeiro teria oferecido um financiamento à CRAVIL, mas esta teria que adquirir deste grupo umas terras no Mato Grosso, que seriam dadas ao grupo como garantia do pagamento do financiamento. A CRAVIL então, teria pago à vista e em dinheiro vivo estas terras e, quando foi conhecê-las, depois da compra, viu que estas terras estavam ocupadas. Portanto, a CRAVIL teria ficado sem o dinheiro do pagamento das terras e sem o financiamento, pois o grupo estrangeiro teria fugido depois disso.

Segundo ainda outra versão, esta questão da compra das terras é o que efetivamente explica o endividamento da CRAVIL, e este fator é interpretado como má administração, juntamente



com uma parcela de desonestidade, porque tamanha ingenuidade no fazer o negócio levanta suspeitas de que alguém ganhou com ele. De acordo com esta versão, o fator de crescimento do setor de consumo da cooperativa também é importante no endividamento, mas a suspensão do EGF não, pois se o fosse, todas as cooperativas que dele dependiam estariam também endividadas, o que não ocorre.

Como não podemos reconstituir o que realmente ocasionou a dívida da CRAVIL, ficaremos por aqui nesta questão. A despeito desta impossibilidade, o que vai nos interessar realmente é que os associados não souberam do processo de endividamento de sua cooperativa, até o momento em que a CRAVIL convocou assembléia geral para expor a questão, já estando ela quase falida, em 1992. E também que são os associados que estão pagando a dívida. No capítulo 7, veremos o que esta questão está significando para os produtores.

Numa assembléia geral realizada pela CRAVIL, houve a explicação do endividamento e a colocação da questão: ou os associados pagavam, ou a cooperativa fecharia. Para o pagamento, foi feita uma consultoria em cada posto da CRAVIL, para fazer o levantamento de quanto foi investido em cada posto do dinheiro da dívida (na versão do financiamento para o EGF). Se o conjunto de produtores de cada posto não capitalizou (com os 3%) o volume suficiente para cobrir os investimentos, a diferença teria que ser dividida entre esses produtores. A parcela que cabia a cada produtor foi convertida em sacos de feijão - que ficou sendo a moeda - e seria paga pelos 3% de capitalização. Ao final de cada ano, se o valor dos 3% não

fosse suficiente para cobrir a parcela relativa àquele ano, o produtor pagaria a diferença em dinheiro. O prazo para o pagamento da dívida ficou estabelecido em 6 anos.

A proposta foi aceita pela maioria dos associados, sendo, portanto, aprovada. Mas cada produtor teria que assinar uma nota promissória rural, dada em garantia ao Banco do Brasil, que financiaria a cooperativa para pagar a dívida com os outros bancos. Nem todos os produtores aceitaram assinar. A diferença dos que assinaram para os que não o fizeram é somente uma garantia de que se os 3% de capitalização dos primeiros não cobrirem a parte que cabe a cada um na dívida, o produtor se compromete a pagar a diferença em dinheiro, uma vez que mesmo aqueles que não assinaram, têm seus 3% descontados igualmente. Esse dinheiro continua sendo capitalizado no nome de cada associado, mas agora são canalizados para o pagamento ao Banco do Brasil e não mais em investimentos na cooperativa. Neste processo, além de haver diferenças quanto ao montante da dívida em cada posto, também produtores de um mesmo posto arcaram com valores diferenciados, pois como nem todos associados assinaram a promissória, estes não se comprometeram a cobrir nenhum valor acima do equivalente à capitalização. Já outros associados se dispuseram a arcar com montantes maiores, para que todo o valor relativo ao posto fosse coberto.

Em consequência da dívida, os associados foram - por sua própria decisão em assembléia geral - divididos entre "sócios A" e "sócios B". O sócio A é aquele que, dos produtos que a cooperativa recebe, entrega tudo o que produz a ela. É aquele também que assinou a nota promissória para o Banco do

Brasil. Este sócio tem benefícios na cooperativa: desconto de 3% no setor de consumo (portanto, o desconto não é devido ao fato da pessoa ser sócia, mas sim, ao de ser sócia A), facilidade de assistência médica por um convênio com a UNIMED e recebe preferência na participação nos treinamentos e cursos que a cooperativa patrocina (às vezes em conjunto com a EPAGRI). O sócio B é aquele que não entrega tudo o que produz para a cooperativa, comercializando também com terceiros, se estes oferecerem um preço melhor. Também não assinou a nota promissória. Um fato é curioso, no entanto: os próprios associados devem ter se denominado sócio A ou B, uma vez que a cooperativa não consegue ter o controle se o produtor entrega tudo o que produz a ela, ou se "desvia" para o concorrente. Outra possibilidade, no entanto, é que o fator realmente discriminador dessa classificação tenha sido aquele sobre o qual a cooperativa tinha controle: a assinatura ou não das notas promissórias. É fácil de concluir que a assinatura desta nota "força" o produtor a entregar toda sua produção à CRAVIL, e não "desviar", para que os 3% de capitalização sejam suficientes ao pagamento de sua parcela anual da dívida, evitando a complementação em dinheiro ao final do ano.

Quando um associado completa 65 anos de idade, tem direito a se aposentar e a requerer seu capital investido na cooperativa, aqueles 3%. Segundo a cooperativa, se todos os associados da CRAVIL que estão em idade de se aposentar requeressem seu dinheiro, ela teria que se desfazer de bens para poder pagá-los. Assim, em virtude do endividamento, ficou decidido, em assembléia geral, que a devolução do capital para

os que se aposentam ou saem da sociedade só irá recomeçar após o término do pagamento da dívida, ficando suspenso até então. Uma alternativa para quem quiser sair neste período é vender suas cotas para alguém que quiser entrar como sócio, o que significa ter que baixar o valor, para que seja vantajoso para o comprador.

Atualmente, a CRAVIL está tomando algumas atitudes para aumentar a produtividade de leite de seus associados. Adquiriu em 1993 dois touros de raça especializada em produção de leite - Jersey e Holandês - e despenderá 7 mil dólares em inseminação artificial na época de cobertura ideal para a formação da cota. Também em 1993 apresentou um projeto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por intermédio do BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), para financiar 500 produtores de leite no estado. Na região, foram feitos 60 projetos individuais e há intenção de se fazer mais 100 projetos em 1994. Este financiamento será canalizado para melhorias nas instalações e alimentação do gado, pastagens, construção de silos, aquisição de resfriadores e ordenhadeiras. Seria então, um financiamento do BNDES, com o BADESC intermediando e tendo a cooperativa como avalista. Esta última descontaria mensalmente a parcela do financiamento da conta de leite do produtor e a repassaria para o BADESC. O sistema de pagamento seria do tipo "troca-troca", isto é, seria pago em quantidade equivalente de leite. A correção do valor seria de acordo com a variação do preço do produto no mercado.

Segundo a cooperativa, o financiamento é permitido a todo associado. O setor técnico da CRAVIL faz um diagnóstico da

propriedade para avaliar se ela tem condições de se comprometer com o financiamento. Normalmente, permite-se que a propriedade destine no máximo 30% da renda do leite para o pagamento do financiamento, "para não comprometer o bem estar de sua família", segundo um técnico da cooperativa. De acordo com outro depoimento, este limite é devido ao risco do produtor não conseguir pagar.

Com estas considerações acerca da CRAVIL, tentou-se descrever o contexto, a realidade concreta que embasa a compreensão que tanto os técnicos têm sobre a situação dos produtores rurais, como a visão dos próprios produtores sobre sua situação, intermediada pela relação com a cooperativa. É o que veremos respectivamente nos capítulos 5 e 7.

## **CAPÍTULO 5 - A VISÃO OFICIAL DO MODELO MODERNIZADOR NA PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS**

Neste capítulo iremos nos deter em analisar a maneira como o agricultor é situado na concepção oficial do modelo modernizador, incorporada pelos técnicos agrícolas<sup>1</sup>. Em outras palavras, qual a perspectiva, a visão dos técnicos acerca dos produtores rurais. Analisaremos vários aspectos, desde a avaliação desses profissionais acerca do modelo de produção adotado pelos agricultores, dos atributos que para eles explicam os diferentes níveis produtivos, da participação dos associados na cooperativa e até da questão de como esses produtores ficarão no MERCOSUL.

Já que afirmamos que os técnicos incorporam a visão oficial do modelo modernizador da agricultura - e por "oficial" entendemos a compreensão deste fenômeno pelos órgãos de governo e pelas instituições, públicas ou privadas, que trabalham com pesquisa agrícola e extensão rural, por ser a visão disseminada pela sociedade e imposta ao próprio público alvo - faz-se primeiramente necessário compreendermos então, qual é esta visão "oficial". E faremos isto a partir de uma análise acerca das características da Extensão Rural enquanto atividade institucionalizada, por entendermos que é a partir da formação e preparo dos técnicos para trabalharem, direta ou indiretamente, com a Extensão, que sua visão acerca dos

---

<sup>1</sup> A designação de "técnicos" incului, neste trabalho, tanto engenheiros agrônomos como técnicos agrícolas de nível secundário, pertencentes à EPAGRI (dos escritórios de Presidente Getúlio, Rio do Sul e Florianópolis), à CRAVIL (Rio do Sul) e ao Instituto CEPA (Florianópolis).

agricultores é formada. Mas, mesmo sem o contato direto dos técnicos com os agricultores, a ideologia da **Extensão Rural** está disseminada entre estes, porque é incorporada também pelo conjunto das indústrias e cooperativas que trabalham com os agricultores. Não entendemos com isto que a Extensão Rural seja a única responsável por essa formação. Assim não o poderia ser, já que a Extensão também se insere num contexto maior, onde ela figura como mediadora. Entendemos que ela não é mais do que instrumento de uma política. Mas, sem dúvida, instrumento fundamental.

### **5.1. A Extensão Rural no Brasil**

Para o entendimento da ideologia presente na Extensão Rural (ER), faz-se necessário compreender suas origens. Segundo SEIFFERT (1990), ela se institucionalizou nos Estados Unidos, no final do século XIX. Em virtude das modificações ocorridas nesta época com a urbanização e a industrialização, com o conseqüente antagonismo campo-cidade, os pequenos agricultores começaram a se organizar através de associações agrícolas, para poderem competir com as empresas capitalistas emergentes. Tornava-se necessário o advento de uma agricultura mais eficiente, que buscasse a redução dos custos e o aumento de produtividade. Isto abria espaço para uma agricultura científica, tendo como prática bastante difundida a "demonstração", feita nos estabelecimentos agrícolas, criando-se um elo de ligação entre as comunidades rurais, as faculdades de agronomia e as estações experimentais. DIAS (1990) coloca

que havia nos Institutos Agrícolas reuniões de um dia inteiro dos agricultores com especialistas das universidades, o que perdurou até 1920.

A transposição da ER para o Brasil deu-se, segundo CAPORAL (1991), no contexto de alinhamento do Brasil à guerra fria, com a tentativa de desenvolvimento do capitalismo - e seu alastramento pelo mundo - sob hegemonia dos Estados Unidos. SEIFFERT coloca que essa tentativa de conter o avanço do comunismo no mundo (principalmente nos países subdesenvolvidos), através da adoção do modelo de desenvolvimento norte-americano, se constituía numa forma de dominação dos EUA sobre os países de terceiro mundo. Sua concepção era de "ajudar" os países desfavorecidos a se desenvolverem mediante a modernização de seus processos produtivos. Na agricultura, isto significava o emprego de técnicas modernas, que propiciassem a superação de seu "atraso". Entendia-se (ou se queria fazer acreditar que se entendia), que a transposição dos métodos e técnicas adotadas nos EUA certamente proporcionaria os mesmos resultados em quaisquer países.

Este modelo modernizante, segundo SEIFFERT, tem como pressuposto que o processo de desenvolvimento dar-se-ia como uma evolução das sociedades, passando estas de uma condição pré-moderna à similaridade das nações desenvolvidas, entendidas como as nações de Primeiro Mundo. O instrumento para este desenvolvimento seria a tecnologia. Dai o entendimento da importância fundamental da difusão de novas tecnologias nos países subdesenvolvidos. Assim, as contradições sócio-



econômico-políticas dos países não eram consideradas, pois o que importava (pelo menos no discurso), era tornar os países de terceiro mundo o mais parecido possível com os de primeiro. Este modelo,

..."busca, antes de tudo, encontrar as soluções superadoras do subdesenvolvimento mediante a transposição acrítica de padrões culturais oriundos de países industrializados, ou seja, no 'efeito de demonstração' baseado na dependência ideológica, no mimetismo tecnológico e no fator econômico sobre as demais dimensões da vida social" (SEIFFERT, 1990, p.8-9).

Com este modelo e atendendo aos interesses dos norte-americanos na busca da hegemonia na guerra fria, a ER é institucionalizada no Brasil em 1948, em Minas Gerais, patrocinada pelas empresas Rockfeller, dos EUA, através de um convênio entre o governo de Minas e a Associação Internacional Americana (AIA), que seria um grupo filantrópico das empresas Rockfeller. Por este convênio criou-se, segundo CAPORAL e SEIFFERT, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo programa de assistência técnica e financeira ditava a intensificação da produção agropecuária e melhoria das condições econômicas e sociais da população rural, estabelecendo um sistema de crédito ao agricultor.

DIAS coloca que as ACARs transformaram-se em EMATERs (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) nos estados e ASTERs nos territórios, formando em conjunto o SIBRATER (Sistema Brasileiro de Extensão Rural). Isto significou o controle deste serviço em todo país pelo governo central. Até mesmo as empresas de caráter privado eram obrigadas a credenciarem-se à EMBRATER<sup>2</sup> (Empresa Brasileira de Assistência

---

<sup>2</sup> A EMBRATER foi fechada, juntamente com outros órgãos públicos, em 1990, por determinação do presidente da República Fernando Collor de Mello. Todavia, as funções dos escritórios estaduais permaneceram.

Técnica e Extensão Rural). A ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) foi fundada em 1957, e conservou seu nome, iniciado pelo prefixo "ACAR", não o modificando para "EMATER-SC".

Através do ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos), os EUA implementaram no Brasil o chamado Programa Ponto IV, uma política de "ajuda" ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Por intermédio deste programa, segundo SEIFFERT, cerca de 400 técnicos agrícolas brasileiros receberam treinamento especializado nos EUA, e cerca de 1500 no próprio país, tendo estes técnicos como tarefa difundir os ensinamentos aprendidos nestes treinamentos nas comunidades rurais. Este programa foi estendido à Santa Catarina, culminando num convênio entre a Secretaria de Agricultura e as Associações Rurais com o ETA, formando o ETA-Projeto-17, em 1956, seguindo os mesmos rumos do programa a nível nacional.

O que nos interessa demonstrar com esta breve reconstituição histórica é que desde a sua implementação no Brasil, a ER esteve atrelada aos interesses econômicos dos EUA que faziam eco no governo brasileiro. Mais até do que atrelada, a ER sempre foi um poderoso instrumento do governo para a modernização na agricultura, segundo um modelo de privilegiamento dos grupos industriais multinacionais. DIAS lembra que a própria forma de implantação da ER no Brasil foi autoritária, uma vez que se deu a partir dos interesses econômicos dos setores industriais, financeiros e de grandes proprietários brasileiros, com o apoio do governo e das

fundações americanas - Ford e Rockefeller - através da AIA e não a partir das reivindicações dos pequenos agricultores, como ocorreu nos EUA. SEIFFERT mostra que as empresas Rockefeller tiveram atuação decisiva para o início da chamada Revolução Verde<sup>3</sup>, em 1943, quando quatro cientistas por ela financiados fundaram no México o CIMMYT (Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo). O grupo implantou no Brasil três importantes agroindústrias, respondendo aos ditames da Revolução Verde: aumentar a produtividade agrícola mediante a massiva utilização de insumos agrícolas modernos que, pela situação de desenvolvimento do país, eram inexistentes, abrindo espaço para a vinda de multinacionais. As três empresas do grupo Rockefeller foram a Cargil (comercialização de cereais e fabricação de rações), a Agrocereis (pesquisa agrícola com milho e produção de sementes de milho híbrido) e a EMA - Empreendimentos Agrícolas (fabricação de equipamentos para a lavoura). Segundo a autora, as empresas Rockefeller destinavam seu "apoio econômico" aos países que propiciassem espaço para os investimentos privados. Para CAPORAL, dado o papel a que se prestou a ER no Brasil, os resultados da prática extensionista não poderiam ter sido diferentes dos que os constatados em nosso país, dos quais se destacam a concentração de renda e terra, a marginalização de agricultores - os que não tinham estrutura para adotar o progresso técnico embutido nos "pacotes tecnológicos", o grande êxodo rural, o crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, a dependência do setor agrícola aos setores externos a ele e ao mercado internacional.

---

<sup>3</sup> A "Revolução Verde" foi caracterizada no capítulo 2.

Cabe entrarmos um pouco no que se constitui essa prática extensionista, a fim de termos claro qual o padrão de valores presente em seus agentes. Isto é, quais os valores que medeiam a formação dos agentes da ER.

SEIFFERT coloca que os pressupostos do modelo de modernização, vistos no início deste capítulo, se ajustaram à pedagogia embutida na prática da ER. A autora analisa três linhas de pensamento específicas que a formaram: o Difusionismo, a Teoria do Capital Humano e o Pragmatismo. Colocaremos aqui suas características principais, sem contudo fazer juz à complexidade encerrada em seus pressupostos, o que fugiria ao objetivo deste trabalho.

DIFUSIONISMO: É uma corrente de pensamento que entende a ocorrência de inovações numa sociedade mediante a aceitação de padrões culturais que vêm de fora, através de elementos que estão em contato com o mundo externo. Esses padrões culturais são transpostos por um sistema de comunicação onde se privilegia os "líderes de opinião" - pessoas de uma comunidade que, por ocuparem um lugar de destaque nela, são capazes de influenciar outras pessoas. Em relação ao desenvolvimento agrícola, essa influência geraria uma maior eficiência produtiva, pois diminuiria o tempo entre o lançamento de inovações nos centros de pesquisa e sua adoção pelos agricultores. Os profissionais que levam essas inovações ao campo, os extensionistas rurais, por exemplo, são chamados de "agentes de mudança". O que embasa o Difusionismo é a crença no papel transformador dos mecanismos de persuasão que, calcada no

Behaviorismo, entende que o homem muda de comportamento mediante reações a estímulos oferecidos pelo meio, dependendo da frequência a que a pessoa é submetida às mesmas mensagens, através de métodos diferenciados de comunicação. A autora coloca que o critério para saber se a ER teve uma caráter educativo era a verificação de que se havia ou não conseguido modificar o comportamento da pessoa a que se destinara. O processo de difusão de inovações se daria, então, mediante etapas: atenção ou conhecimento, interesse, experimentação, adoção ou rejeição. Tem por base uma visão de mundo bastante abstrata, segundo a qual, a humanidade estaria composta de indivíduos distribuídos em algumas categorias, num contínuo que vai de modernos a tradicionais.

Assim, o Difusionismo caracteriza-se como um processo acrítico, uma vez que a ênfase é colocada na forma atrativa de apresentar as mensagens a serem adotadas, num processo persuasivo de comunicação e onde o reforço é calcado na divulgação dos resultados de adoções bem sucedidas. Centra-se na crença de que o sucesso depende da capacidade individual para inovar, uma vez que todos são submetidos às mesmas mensagens, mas nem todos chegam a ser "inovadores", "adotantes rápidos" ou "maioria inicial". Contribui para esta visão individualista do sucesso e do fracasso a concepção de que a comunidade rural é formada por categorias homogêneas, onde as contradições não aparecem, exceto a do binômio atrasado/moderno e onde o progresso está acessível a qualquer indivíduo da comunidade.

A ER está tão relacionada ao Difusionismo que, segundo a autora, por vezes os seus programas são denominados de Difusão Tecnológica, numa alusão clara ao fato de que o objetivo de sua prática não são os agricultores, mas a agricultura.

- TEORIA DO CAPITAL HUMANO: A partir do final dos anos 50, segundo SEIFFERT, começou a crítica à explicação dos desníveis de produtividade entre os países centrais e periféricos somente baseados na transferência de tecnologia e, portanto, no desconhecimento tecnológico ou ineficiência em utilizá-los. O contexto das condições estruturais existentes nos países passou também a ser considerado.

Começou uma preocupação maior com o papel da educação no desenvolvimento agrícola, ou seja, nos investimentos em capital humano, na formação de cientistas, pesquisadores, técnicos e pessoas preparadas a habilitar os agricultores a empregar novos conhecimentos e tecnologias, agora entendidas como tendo que ser adaptadas à realidade de cada país. A Teoria do Capital Humano estabelecia a relação entre educação, produtividade, renda e desenvolvimento sócio-econômico. A educação e o treinamento foram concebidos como complementos indispensáveis aos investimentos na produção. Isto é, deu-se maior importância ao elemento "trabalho" (capacidade) associado ao elemento "capital".

No que concerne à passagem destes conhecimentos aos agricultores, o método continuou sendo o difusionista, com as

técnicas ensinadas atreladas a "pacotes tecnológicos", que se caracterizam por estarem direcionados às culturas em separado, não levando em conta a unidade agrícola como um todo, e subordinado ao arsenal industrial de insumos agrícolas e maquinários.

"Para que fosse aumentado 'o investimento em pessoal do campo', além do ensino formal, outras atividades deveriam ser incorporadas. Para os agricultores adultos, sem condições de frequentar escolas regulares, deveriam ser utilizadas demonstrações e cursos de pequena duração visando divulgar conhecimentos especializados de agricultura e economia doméstica" (SEIFFERT,1990,p.22).

Pode-se citar os cursos de Profissionalização de Agricultores, patrocinados pela EPAGRI e contando com a colaboração de algumas cooperativas, como um exemplo atual onde ainda se faz presente o pressuposto de que ...

..."o problema da educação ficava praticamente reduzido a uma questão de quantidade, ao modo de acumular e distribuir capacidades de trabalho úteis à produção" (SEIFFERT,1990,p.150).

Segundo a autora, era necessário o investimento em pesquisa e extensão para gerar tecnologias que promovessem o desenvolvimento, visto como eminentemente econômico. Assim, as indústrias deveriam produzir insumos modernos decorrentes dessas pesquisas e os agricultores deveriam adotá-las, necessitando, para isso, de uma melhor capacitação técnica.

- PRAGMATISMO: Prática educativa baseada na experiência, no princípio de que a pessoa aprende "vendo, ouvindo e fazendo". Para SEIFFERT, a ER adotou o pragmatismo de uma forma acrítica, onde o "aprender fazer, fazendo" ficou desprovido de qualquer substância teórica. O fundamento do pragmatismo, caracterizado pela aproximação da vida concreta no processo de aprendizagem e pela tentativa de abolir a dicotomia

existente entre o saber e o viver, foi tomado pela ER como uma forma de executar uma tarefa sem o acompanhamento da dimensão crítica, da reflexão acerca da prática.

A ER assim caracterizada, segundo SEIFFERT, começou a fazer parte das Escolas de Agronomia do Brasil, nos anos 50, com apoio da FAO, que estimulou a vinda de profissionais especializados para cá. O objetivo da FAO era eliminar a fome e a pobreza, acreditando que o elemento principal para alcançar esta meta era a educação do agricultor para o melhoramento de suas condições de vida e não apenas o aumento da produção via aprimoramento técnico. Insistia em que os métodos recomendados para o desenvolvimento rural se enquadrassem aos recursos disponíveis e ao meio cultural da comunidade. A educação do produtor fazia-se importante, uma vez que se entendia que ele não respondia ao estímulos para aumentar a produção, devido ao seu baixo nível de necessidades e exigências:

"Dessa perspectiva, a educação deveria contribuir para elevar o nível de aspiração das populações rurais, para que o Fomento encontrasse, assim, um ambiente mais favorável para sua dinamização. Em consequência, ao extensionista, enquanto educador, caberia levantar informações referentes às necessidades que, inicialmente, deveriam-se estimular a elevação do nível geral de vida das populações" (SEIFFERT,1990,p.59).

É importante notar o caráter de preparo do agricultor que o papel educativo da ER deveria ter, para que ele estivesse, então, "pronto" para, posteriormente, através do Fomento, responder adequadamente aos padrões tecnológicos exigidos.

A falta de saúde e higiene era vista como responsável pelo baixo nível de aspiração social dos agricultores e, por



isso, a ER preocupou-se em educar as famílias para as mudanças necessárias neste sentido, pois ...

"... na área do bem-estar social, os problemas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e doenças, eram identificados como consequência da falta de educação de base das famílias. Questões de credices populares e tabus alimentares poderiam ser resolvidos através da ação educacional da economia doméstica" (SEIFFERT,1990,p.60).

Nota-se o caráter simplista de substituição da cultura local pela "cultura oficial", onde as "crendices populares" seriam "resolvidas" através da "ação educacional" de instituições competentes. NEVES (s/d), coloca que no trabalho extensionista ...

"...a proposição de uma nova agricultura, racional, progressista, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso, da rotina, da baixa produtividade, existentes em virtude da resistência, do baixo nível escolar, do estreito horizonte dos agricultores, incapazes de operarem com cálculos e provisões" (NEVES, s/d, p.1, grifos da autora).

Como diz MUSUMECI (1987), a postura missionária dos técnicos extencionistas pressupõe um saber a ser difundido para quem é "vazio de conhecimento", ou possui um falso conhecimento, repleto de crenças, tradicionalismos, superstições. O efeito dessa atitude é, segundo LOVISOLO (s/d,p.4), citado por MUSUMECI...

"colocar o adulto na posição de criança (...), ou naquela posição que caracteriza os indivíduos sob qualquer regime totalitário que, habitualmente, se funda no desconhecimento do juízo, do entendimento e da razão dos cidadãos" (LOVISOLO apud MUSUMECI, 1987, p.179-180).

Nesta forma autoritária de conceber a "educação do agricultor", NEVES e MUSUMECI colocam que a ER tem como modelo de agricultor aquele que coloca sua produção constantemente no mercado, que responde ao aumento de produção e produtividade

(podemos acrescentar que não só como modelo, mas também como público alvo). Mas desta forma, a ER distancia-se da maior parte dos agricultores, aqueles que, embora voltados para o mercado, não possuem tal dinâmica de produção, em grande parte porque a lógica que os move é a diversificação, a coexistência de vários produtos para o mercado, o que os impede de se voltar apenas para um produto, especializando-se e produzindo cada vez em maior escala. Inexiste, deste modo, tecnologias que tragam como modelo a especificidade da pequena produção.

O trabalho de CAPORAL é bastante importante na busca da compreensão do contexto de formação do extensionista. O autor tenta responder à questão de por quê, mesmo tendo passado por um período de duras críticas no seio da própria instituição, tendo mudado seu discurso, na prática a ER permanece a mesma. Não fazendo juz à complexidade de seu trabalho, resumiremos aqui suas conclusões, visto não ser este nosso objeto de estudo. O autor conclui que os limites da ER se devem a três principais fatores. Um primeiro seria a vinculação da organização que institucionaliza a ER, no caso do referido estudo a EMATER-RS, ao Estado capitalista, com todas as implicações que colocamos neste capítulo, ou seja, a subordinação da agricultura aos setores industriais e financeiros, num processo excludente de modernização, sendo a ER um instrumento para a implantação de "pacotes tecnológicos".

Um segundo fator seria as normas e regras que a organização impõe ao extensionista. Uma delas é o papel a ele atribuído de executar tarefas, não participando das decisões acerca de seu trabalho ou, em participando, não tendo efetivo

poder decisório. Essa hierarquia a que o extensionista é submetido, age como um mediador entre ele e o seu público alvo, no sentido de ele reproduzir com o agricultor a mesma atitude a que é submetido por ser a única que conhece, ainda mais levando-se em conta que este é o padrão encontrado tanto nas escolas em que se formou, como na sociedade capitalista em geral. Outra dessas regras seria a cobrança que sofre da organização a nível de apresentação de resultados, materializados pela necessidade de preencher os formulários de "acompanhamento, controle e avaliação". Perseguindo toda a prática extensionista, a necessidade de "executar" o trabalho não deixa tempo para leituras e reflexões que embasem criticamente essa prática, porque precisa ter "o máximo de tempo de campo". Ainda uma terceira regra imposta pela organização é a especialização do extensionista em tecnologias de produção por produto, seguindo o modelo desejado de monocultura. Desta forma, tira-se da ação extensionista a dimensão educativa, para ficar apenas a de assistência técnica à agropecuária e à economia doméstica. É fácil perceber, através destas colocações, que as mesmas regras a que os agricultores são submetidos, os extensionistas também são, tornando-os muito próximos aos agricultores no que concerne ao lugar político que ocupam na sociedade, embora não vivenciem sua situação desta forma.

O terceiro fator apontado pelo autor para compreender "a mesmice" da ER é exatamente referente à atitude dos próprios extensionistas. Apesar de ocuparem um lugar desprivilegiado na sociedade, em termos de poder vinculado às classes sociais, em

geral eles apresentam uma visão de mundo calcada nos valores burgueses, o que os faz reproduzir - agora ocupando um outro lugar na dialética da relação - os mesmos valores quando interagem com os agricultores. Esta visão burguesa está presente na crença de que sua prática justifica-se enquanto propiciadora do desenvolvimento rural, na melhoria da vida dos agricultores mediante a adoção de técnicas produtivas "modernas". O autor coloca que esta situação leva a uma ambigüidade de classe e a um não reconhecimento da categoria técnico enquanto classe trabalhadora, apresentando uma atitude corporativa nas reivindicações de melhorias de condições de trabalho. Não reconhecendo-se enquanto classe, torna-se difícil o extensionista ser um elo de criticidade para o agricultor, na luta pela mudança da sociedade.

SEIFFERT coloca que a carência teórica caracterizada na prática extensionista sempre foi veiculada pelos órgãos oficiais como sendo devida ao baixo nível cultural dos agricultores, nunca se questionando essa carência como um problema do processo como um todo, presente desde a formação isenta de criticidade do próprio extensionista.

Para concluir esta parte, fica o depoimento de um extensionista, apresentado no trabalho de SEIFFERT, acerca da prática da ER:

..."Muitas vezes temos confundido 'conscientizar o produtor' com 'fazer a cabeça do produtor'. A grande diferença é ele tomar a decisão de usar uma determinada tecnologia sem nós darmos a receita pronta. Por outro lado, conscientizar o produtor implica em ele ser agente do processo e não mero instrumento. Os produtores nunca decidiram, de forma organizada, tomar a decisão de adotar esta ou aquela tecnologia; sempre esteve presente a ação (interferência) extensionista. Mesmo porque não discutimos organização dos

produtores. Extensão rural no sentido educativo não implica também em organização?

"...Fizemos então, ao longo do tempo, a 'cabeça do produtor' para adoção de técnicas somente. Sempre que os extensionistas fizeram tentativas de avaliar a extensão, questionar o seu papel educativo, foram imediatamente rechaçados como radicais. Usou-se a justificativa de que pensar extensão é papel de supervisor, coordenador, direção ..." (SEIFFERT, 1990, p.179-180).

A autora coloca que a ER era entendida como se ocupando de aspectos "práticos", sendo considerados "abstrações" e "não realidade" os aspectos políticos, filosóficos, sociológicos da agricultura.

Dentro deste cenário, passamos agora para a visão específica dos técnicos entrevistados sobre os agricultores.

## **5.2. A Perspectiva dos Técnicos sobre os Agricultores**

- Sobre a produção: Existe um consenso entre os técnicos de que uma boa produção leiteira exige basicamente investimentos em alimentação adequada do gado, em melhoramento genético dos animais e que estes investimentos não são caros para o produtor, ainda mais que os associados da cooperativa têm direito ao sêmen do touro gratuito para fazerem o aprimoramento das raças através da inseminação artificial. Bastaria ao produtor ter vontade de investir mais na atividade leiteira. Existe um entendimento também de que a produtividade da região é muito baixa e que para aumentá-la seria necessário a adoção de novas tecnologias. O que mais os técnicos reclamam acerca dos produtores é quanto à inadequada alimentação do gado. É basicamente neste ponto que situam a baixa

produtividade das vacas, já que o melhoramento genético via inseminação artificial é mais disseminado na região.

Na busca de uma classificação dos produtores entre pequenos, médios e grandes, existem, entre os técnicos, diferenças de concepções. Embora ressaltem que não só o critério de quantidade de produção é importante, mas também a produtividade dos animais, quando solicitados a classificarem de acordo com o volume de produção aparecem as diferenças. Para um técnico, grande produtor de leite seria o que produz acima de 9.000 l/mês, embora admita que este padrão é muito raro na região. O médio seria o que produz a partir de 3.000 l/mês. Para outro técnico, ressaltando as características da região, quem produz a partir de 3.000 l/mês pode ser considerado grande produtor e o médio estaria acima de 600 l/mês. Outro técnico apresenta uma variação: o grande seria a partir de 4.500 l/mês e o médio a partir de 2.500 l/mês. O quarto técnico fez uma ressalva de que há que se diferenciar os pequenos dos "mini" ou "micro" produtores, aliás, aqueles que não podem ser considerados como produtores, pois estariam "perdendo tempo" com a atividade, porque não fazem nenhum investimento na produção leiteira, não conseguem nenhum lucro com ela e nem mesmo a remuneração da mão-de-obra utilizada, que poderia ser canalizada para outra atividade. Esses micro produtores seriam, segundo este técnico, os que têm uma produção inferior a 450 l/mês, sendo que até 1.500 l/mês seriam considerados pequenos.

Chama a atenção tamanha disparidade acerca desta classificação, fazendo-nos pensar se estes técnicos discutem

acerca de seus objetos de trabalho, na busca de um denominador comum em termos de atuação. Mas este fato se abrandava quando constatamos a homogeneidade presente na visão que constróem acerca dos produtores, em relação aos outros aspectos por nós questionados e que veremos a seguir.

- Sobre a baixa adoção tecnológica: Quanto à adoção de tecnologias, levando-se em conta a diferença entre os estratos produtivos, é consensual entre os técnicos que os grandes produtores investem mais na produção por ser o leite, em geral, o principal produto da unidade produtiva, ao contrário dos pequenos e médios, para os quais o leite é o segundo ou terceiro produto. Dos 7 entrevistados, 6 compreendem que este fator é fundamental para explicar o baixo investimento na atividade. Mas mesmo o grande produtor, mais especializado em leite, ainda precisaria fazer maiores investimentos na atividade para poder chegar a produzir de forma a explorar mais o potencial dos animais. Cinco técnicos falaram acerca do baixo preço do leite pago ao produtor, desincentivando-o a investir na atividade. Porém, destes 5, 2 ressaltaram que o produtor recebe um preço baixo pelo produto porque tem uma pequena produção, recebendo um preço menor. No entanto, se ele investisse mais no leite, o preço também melhoraria. E um deles, ligado à cooperativa, coloca que o produtor pensa que o preço do leite está baixo, mas, na verdade, é ele que produz de uma forma não eficiente, pois acrescenta que o preço recebido pelo produtor na região é muito próximo ao preço recebido pelos produtores do Primeiro Mundo.

Juntamente com o motivo da atividade leiteira ser secundária na região, o que mais explica a baixa produtividade para os técnicos é a pequena adoção de tecnologia que associam ao baixo nível cultural do agricultor, aqui compreendido enquanto falta de escolaridade<sup>4</sup>. Cinco entrevistados ressaltaram o nível cultural e todos eles, embora nem sempre citando o termo, mas subentendendo-o na condução do raciocínio, colocam na tecnologia a chave para produzir melhor. O baixo nível cultural do agricultor seria um entrave na medida em que dificultaria a tarefa do técnico de instruí-lo:

"Mas a principal causa que eu vejo é cultural, nosso nível, o nível cultural do agricultor é muito baixo, então, tem muita coisa que ele não consegue entender, decifrar. A gente até tenta levar pra ele noções de administração, de contabilidade e tal, mas ele não consegue entender, não consegue ... não adianta explicar para ele, ele mal e mal sabe somar. Então, muita coisa que é um pouco mais complexa ele não consegue entender, então por isso também ele não adota ..." (Técnico da EPAGRI).<sup>5</sup>

O projeto de "Profissionalização de Agricultores", promovido pela EPAGRI é tido como uma grande saída para melhorar o grau de instrução do produtor quanto à sua atividade e também quanto ao planejamento da propriedade, a fim de facilitar o posterior trabalho do extensionista rural:

"O produtor tem que saber como produzir o leite, todo o sistema de produção de leite e quando o extensionista chega lá, o nível de discussão é praticamente o mesmo, né? O extensionista vai estar falando uma coisa que o produtor já sabe o que que é, então fica fácil de entender, né? Então, dessa forma, o produtor consegue melhorar, porque ele já tem uma educação boa, tem um conhecimento bom sobre a área. Isso é uma barreira que se encontra ainda hoje, porque são poucos os produtores que estão sendo profissionalizados" (Técnico da EPAGRI).

---

<sup>4</sup> Pode-se questionar a utilização do termo 'baixo nível cultural' como sinônimo de 'baixa escolaridade'. Sabe-se que a cultura é muito mais abrangente do que o grau de escolaridade, sendo um modo de vida de um povo, com seus significados. Desconsiderar a cultura de um povo, ou mesmo de uma categoria social, é pois, desconsiderar seus significados, impossibilitando a compreensão sobre ela.

<sup>5</sup> Tanto na reprodução da fala dos técnicos como dos agricultores procuramos conservar inalterada sua forma de expressão. Apenas fizemos algumas modificações quando a maneira original não permitia uma clara compreensão da mensagem.



A profissionalização é considerada, pois, como uma forma de aproximar, na medida do possível, o produtor do técnico, de modo que este, ao chegar na propriedade, encontre o caminho livre para apenas orientar o produtor, uma vez que sua "educação" já terá sido feita e o técnico não precisará "perder tempo" em convencer o produtor a aceitar suas orientações. O produtor já estará "pronto" para recebê-lo.

O serviço de assistência técnica é concebido como o principal instrumento para levar a tecnologia necessária até o produtor. Somente dois entrevistados levantaram a questão da falta de pessoal suficiente para cobrir todas as demandas da região, assim como a própria capacitação dos técnicos, que precisam trabalhar em vários setores, nem sempre estando preparados em todos eles. Mas a responsabilidade final pelo desempenho do produtor é apenas dele mesmo:

"No município, até o corpo técnico não está estruturado até pra dar uma assistência adequada em outra área. Realmente, isso também é uma deficiência, né? Só que eu não considero isso uma culpa do corpo técnico, eu considero a culpa do produtor, que teve chance e oportunidade de melhorar e não melhorou, né? A gente não pode ficar se penalizando pela ... até pela ignorância mesmo do produtor, que teve assistência, teve oportunidade, assistência de graça. Porque muitas vezes até talvez ... (o agricultor está) rindo, né, de tu ires lá, falares alguma coisa pra ele, talvez ele achasse graça, só que agora ele vai sofrer uma consequência disso aí" (Técnico da EPAGRI).

Podemos inferir que a "chance e oportunidade" a que o entrevistado se refere seja a política de crédito rural a juros subsidiados e a massiva assistência técnica ocorridas no Brasil nos anos 70 e 80, caracterizando o processo de modernização da agricultura.

É interessante notar que apenas dois dos sete entrevistados referiram-se à necessidade de recursos financeiros para realizar investimentos na propriedade. Mas mesmo tendo feito esta referência, não a consideraram muito significativa no setor leiteiro, onde o montante seria menor do que em outras culturas. Permanece a compreensão que a tecnologia no setor está ao alcance de todos, ou seja, todos teriam as mesmas oportunidades e chances para crescer, dependendo da vontade e capacidade de cada um.

Outro ponto a se questionar é quanto à vinculação do atraso tecnológico à baixa escolaridade do produtor. Até que ponto o que se aprende na escola é passível de servir de base para a vida concreta, especialmente se essa vida concreta é rural? A grande crítica que se faz à escola é sua falta de ligação com os problemas do dia-a-dia, sendo os conteúdos "decorados" e a vida concreta isenta de questionamentos. Mais ainda a escola rural, que permanece "urbana", não modificando seus conteúdos para adequar-se à realidade da população rural. SEIFFERT (1990) nos fala das críticas que foram feitas à escola do campo, num contexto onde a própria extensão rural enquanto organização abria espaço para uma avaliação da atividade extensionista. Naquele contexto questionava-se também a educação que era destinada às pessoas do meio rural, onde a escola funcionava "enquanto negação da cultura e da realidade do mundo do agricultor" (SEIFFERT, 1990, p.159). MUSSOI (1984), ao analisar a Educação Rural, nos mostra como ela reproduz o processo excludente que se deu no atrelamento da agricultura ao setor industrial e financeiro, através da expropriação da

cultura rural, preparando o jovem rural para a vida no meio urbano e não para viver criticamente a sua realidade e lutar para a melhoria de seu meio. O autor coloca ainda que os currículos, ao invés de considerarem os problemas da população rural, consideram estas populações como problemas, numa alusão ao "atraso" do setor. Fazendo, pois, estas reflexões, fica a questão: será mesmo que a falta de escolaridade é um fator tão importante na não adoção de tecnologias por parte do produtor rural em sua atividade?

Houve 3 entrevistados que colocaram no "tradicionalismo" do produtor um fator para sua "ineficiência". Isto quer dizer que o produtor acostuma-se, ao longo das gerações, a ter um determinado sistema produtivo, não aceitando a orientação do técnico, caso seja diferente desta sua "tradição".

Além de "tradicionalista", o produtor também é considerado "oportunista", no entendimento de que está sempre direcionando sua produção para o produto em alta no mercado. Mesmo que este "oportunismo" não represente um padrão comum nas respostas dos técnicos, o que é importante notar neste ponto é a maneira como os técnicos falam a respeito do agricultor, que se caracteriza por uma forte rotulação. O produtor "é" "tradicionalista", "oportunista", "ignorante". Parece que a realidade precisa adequar-se a estes rótulos, que se constituem em suas "chaves explicativas". Desta forma, a compreensão da realidade está nos conceitos abstratos e não na tentativa de desvendar as relações concretas que a formam. Daí a rigidez com que se pensa o agricultor, mediante categorias "fechadas".

O agricultor é tradicionalista porque é ignorante, é ignorante porque não teve estudo e é isto que dificulta o trabalho do técnico. Os motivos concretos que fazem com que o produtor não aceite a orientação do técnico, desde a compreensão da importância para o agricultor do conhecimento passado de geração em geração, até a relação que o técnico estabelece com ele, passando pela condição estrutural da unidade produtiva, não são analisadas. A rigidez das categorias com as quais se pensa o produtor tem lugar nesta concepção autoritária de relação, onde há um pólo completamente certo e outro completamente errado. Então a análise moral toma conta do potencial explicativo acerca da situação, afastando ainda mais a possibilidade de uma compreensão das relações concretas que formam a realidade. É importante ressaltar que estamos analisando o conjunto dos técnicos e não cada individualidade. É claro que na singularidade, o discurso não é tão linear. Aparecem momentos em que estas análises mais concretas encontram espaço. Mas elas não formam o padrão das respostas tomadas em conjunto. Aparecem como que perdas, contraditórias no meio do discurso "oficial".

Cabe aqui um depoimento que mostra bem esta forma reducionista de pensar acerca do produtor, desvinculada da realidade sócio-econômica, que o torna o pólo "errado":

"... o produtor acha que ele entende tudo, né? Sabe, ele até sabe que tem suas limitações, mas ele, na cabeça dele, ele acha que entende, né? Só que ele entende muito pouco, né, ele não entende nada de alimentação, entende pouco de manejo ..." (Técnico da EPAGRI).

Esta visão extremista impede o técnico de se perguntar o que ele próprio sabe acerca dos motivos pelos quais ao

produtor não se faz tão importante conhecer determinadas técnicas. Não se detém no fato de que o agricultor considera a unidade produtiva como um todo, como um "modo de vida"<sup>6</sup>, e não apenas enquanto meio de produção. Assim, ao produtor que sabe tão pouco, cabe executar fielmente as instruções do técnico, embora ele nem sempre faça isto:

"Eles sempre procuram uma maneira mais fácil, ou uma maneira diferente, né, dizendo que dá o mesmo resultado. Só que quem está se prejudicando são eles, né? A gente se preocupa com isso, mas a preocupação maior deveria ser deles, né?" (Técnico da EPAGRI).

Falta ao técnico o acesso a uma nova forma de pensamento, muito menos preconceituosa e muito mais realista. Talvez, então, ele possa dar uma resposta adequada para esta preocupação que sente acerca da situação que se encontra o produtor.

Sobre o MERCOSUL: Há bastante homogeneidade na maneira com que os técnicos compreendem o MERCOSUL. Eles não vêem problemas na colocação do leite fluído no mercado brasileiro, por dois motivos principais. O primeiro é que a distância da Argentina e do Uruguai em relação ao Brasil é grande, o que aumenta os custos com o frete, aumentando o valor do produto final no mercado brasileiro. O segundo é que a Argentina, principalmente, não tem produção de leite fluído suficiente para abastecer a demanda do Brasil. Os técnicos entendem que o leite é um produto "elástico" em relação à renda, ou seja, como é um produto de primeira necessidade, na medida em que o poder aquisitivo da população aumentar, aumenta

---

<sup>6</sup> A compreensão da unidade produtiva enquanto um "modo de vida" é encontrada em ABRAMOVAY (1992), MUSSOI (1992) e PAULILO (1990). Este termo dá uma dimensão cultural da unidade produtiva familiar, não se limitando ao seu aspecto econômico de "meio de produção", ou seja, a agricultura não é apenas um meio de "se ganhar a vida", mas sobretudo, um modo de viver, de olhar o mundo, de formar significados.

também o seu consumo. Por isso acreditam que se o salário do brasileiro subir, crescerá também o consumo de leite e a Argentina não terá produção suficiente para suprir as necessidades brasileiras. Não vêem, portanto, no MERCOSUL, uma ameaça tão grande, pois as maiores reservas de leite do mundo estão na Comunidade Econômica Européia (CEE), um leite subsidiado, que apresenta, portanto, uma maior ameaça. Mas a análise muda quando a avaliação volta-se para a produção dos derivados de leite. Esta sim, os técnicos avaliam que a Argentina e Uruguai têm condições de colocar no mercado brasileiro em grande quantidade, a um preço menor do que o nacional e com uma qualidade maior, principalmente o queijo. A avaliação é de que torna-se caro para a indústria brasileira produzir a partir do leite entregue por produtores muito pequenos. Todos os entrevistados compreendem que haverá uma seleção por parte da indústria, onde só os produtores eficientes permanecerão no setor e, para ser eficiente, o produtor terá que se especializar na produção de leite. A eficiência é entendida como "bastante produção, bastante produtividade". Nesta lógica, não são todos os grandes produtores que permanecerão, mas aqueles que combinarem estes dois fatores. Mas como a especialização necessita de investimentos para o emprego de tecnologia adequada, a conclusão é que somente os produtores com uma certa condição econômica serão os selecionados. Os pequenos produtores terão que sair da atividade leiteira voltada para o mercado, sendo o leite produzido apenas para as necessidades da família.

"Eu acredito que pode ter problema no início, mas nosso agricultor vai se adaptar e ... a nossa tendência é reduzir bastante o número de

produtores. Esses que ficarem na produção de leite vão se especializar de maneira a produzir economicamente" (Técnico da CRAVIL).

Neste processo, a primazia é dada à indústria, que não pode ter prejuízos por causa da "ineficiência" dos produtores e isto inclui a cooperativa e seus associados, os teoricamente "donos" dela. Ela irá selecionar os "melhores", porque a ela importa receber uma maior quantidade de leite, com um menor número de produtores.

"... aquele pequeno produtor, e o cara que não quer melhorar a produção, não quer adotar boa tecnologia, né, esse cara vai morrer, não vai ficar no mercado, de maneira nenhuma. E, realmente, o comércio não vai sentir falta dessa gente, porque os que ficarem vão produzir por eles. Então o leite está sofrendo esse processo (...). O que vai ter de produtor pequeno berrando ... " (Técnico da EPAGRI).

Vai ficar de fora o agricultor que "não quer melhorar a produção, não quer adotar boa tecnologia". A adoção tecnológica fica explicada a nível de vontade pessoal, sendo aquele que não adota, compreendido como uma pessoa relapsa, sem vontade de melhorar. As condições sócio-econômicas são niveladas e tudo passa a ser explicado em termos de vontade pessoal. O MERCOSUL vem como que "premiar" os "bons produtores", aqueles que se preocuparam em tempo com sua atividade. Assim, tudo parece se harmonizar com os interesses da indústria, ou seja, os "bons" se harmonizam e os outros terão que pagar por sua "falta de vontade".

"Isso é uma tendência natural, né, cada vez ficar mais os grandes, né? E na questão do leite, eu vejo que, com essa saída dos pequenos, a coisa se mantém estável, a produção, a entrega se mantém estável: sai um grande número de pequenos, pra manter um grupo mais elitizado" (Técnico da EPAGRI).

Para formar este grupo elitizado, há o apoio da assistência técnica, levando ao produtor as orientações necessárias para produzir com eficiência. Da mesma forma como a

Extensão Rural viabilizou o desenvolvimento rural baseada fundamentalmente na exclusiva dependência da adoção tecnológica pelo produtor, desconsiderando o contexto sócio-político-econômico, agora a compreensão é que, chegado um momento de acirramento da competição no mercado, é natural que aqueles produtores que no passado "quiseram" investir em tecnologia, tenham seu lugar e os outros saiam do processo. E novamente o caminho é pela adoção tecnológica, viabilizada pela assistência técnica, somente para quem mostrou que "vale a pena":

"Então, o que falta, o que falta realmente é melhorar a nossa eficiência a nível de produtor, aquele que recebe, que tem o leite como a principal fonte econômica. É esse produtor é que vai ter que receber um treinamento muito bom, ele vai ter que ter alguma forma de investimento, de recurso ..." (Técnico do ICEPA).

A assistência técnica voltada para esta parcela da população rural torna-se mais fácil, pois estes produtores estariam, agora, temerosos com a situação de concorrência, buscando auxílio, ou seja, estariam já "prontos" para aceitar as recomendações do técnico:

"... Começa já a olhar (o produtor) a assistência técnica e a produtividade de uma outra forma. O uso da tecnologia como sendo uma necessidade, não mais como uma vontade só dos técnicos, ele passa a sentir essa necessidade. Isso vai facilitar muito: quando ele já está motivado a mudar é muito mais fácil pra ele captar e assimilar depois as informações. A gente pode dizer que, até hoje, a gente perde muito mais tempo em convencer o produtor a mudar, do que ensinar a mudar, a ensinar o que fazer pra mudar. Simplesmente pra ele sentir a necessidade de mudar, esse é o grande trabalho, motivá-lo a mudar. Quando, na verdade, se ele já está motivado, bastaria apenas ensiná-lo a fazer, orientá-lo como fazer" (Técnico da EPAGRI).

A Extensão Rural, assim, reencontra sua finalidade, a de ser um instrumento na promoção do desenvolvimento rural via modernização. Mas agora seu trabalho está facilitado pelo contexto do MERCOSUL, pois não precisará mais "perder tempo" em "convencer o produtor" a mudar. Desta forma, a ER trabalha com



uma fatia privilegiada de produtores, nos quais pode "enxergar" o sucesso de seu desempenho, naqueles que "deram certo", sem muita perda de tempo, "otimizando" seu trabalho ...

E os produtores que não conseguirem continuar produzindo leite para o mercado, quais as conseqüências que vivenciarão? Esta questão suscita várias outras. Ela toca no fator "reconversão", ou seja, a substituição de um produto por outro, de acordo com as condições do mercado. De 6 respostas sobre este ponto, 4 pessoas responderam que a reconversão não é algo fácil de ser feito, porque o produtor não pode trocar repentinamente de atividade, pois há investimentos que foram feitos na unidade produtiva voltados para ela e que não podem ser substituídos facilmente. A tendência do produtor é de tentar novamente para ver se na safra seguinte o mercado para seu produto melhora. E 2 pessoas responderam que a reconversão pode ser feita facilmente. Uma destas respostas baseou-se em que, exceto a criação de aves e suínos que precisa de um alto investimento, nas outras atividades a reconversão torna-se mais fácil, sendo que muitos produtores já a praticam. A outra resposta foi baseada na perspectiva da reconversão a nível mundial, com a integração das economias e sua internacionalização, ou seja, na compreensão de que haverá produtos específicos para cada região do mundo produzir e, neste processo, o Brasil poderia ter vantagens. Nota-se que esta resposta se volta para a situação do Brasil em geral e não dos agricultores em específico. Curioso que, numa das respostas negativas quanto à reconversão, no sentido de se compreender que ela não é um processo fácil, o argumento também ficou em

torno da internacionalização da economia, que foi considerada "utópica", porque os países de Terceiro Mundo não têm condições de indenizar os produtores que terão que mudar de atividade quando seu produto não puder mais ser produzido no Brasil. Ou seja, a preocupação inerente nesta última resposta baseou-se muito mais no produtor do que no Brasil. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Uma questão que está muito ligada à reconversão é a diversificação, isto é, a presença de mais de um produto comercial na unidade produtiva. Este ponto não foi devidamente explorado em nossa pesquisa, uma vez que não foi diretamente perguntado a todos os entrevistados. Assim, apenas 3 pessoas falaram a respeito, sendo que as 3 concordaram em que a diversificação se faz importante para o produtor, que assim não fica muito vulnerável às tendências do mercado, tendo como se garantir no caso de um mau ano para um determinado produto. Consideram-na até a solução para muitos agricultores que não terão mais o leite voltado ao mercado com o MERCOSUL e que terão que se dedicar mais a outras atividades. Se essas atividades já estão presentes no estabelecimento agrícola, a viabilidade é maior.

Somente 3 técnicos manifestaram-se explicitamente quanto à situação daqueles agricultores que sairão do mercado do leite com o MERCOSUL. Dois destes compreendem que este fato não significará muito ao produtor, pois como será aquele que entrega muito pouco leite que sairá - e isto significa para os técnicos que o leite não é um produto principal na unidade produtiva - o produtor não irá sentir muito com a diminuição da

atividade. Um destes dois entrevistados coloca que o produtor irá encontrar formas alternativas de comercializar os derivados de leite, como a venda dos "produtos coloniais". Não será a exclusão da atividade leiteira que causará a exclusão do produtor do campo. O terceiro técnico que respondeu compreende que, embora o leite não seja um produto principal na propriedade, é uma renda importante no conjunto, e terá que ser substituída, mas esta substituição ficará cada vez mais difícil num contexto de saturação do mercado.

Pode-se questionar se realmente, por ser o leite uma atividade secundária na unidade produtiva, os agricultores não sentirão o impacto de sua exclusão do mercado. Veremos no capítulo 6 a organização da unidade agrícola, onde se torna claro que o leite, principalmente por ser uma atividade que proporciona uma renda mensal, desempenha um papel muito importante e que substituí-lo não é algo simples. Da mesma forma, pode-se questionar se o produtor terá mesmo a opção de continuar produzindo leite, encontrando formas alternativas de comercialização dos derivados. Um primeiro ponto é quanto à própria concorrência do queijo argentino e uruguaio. E um segundo é quanto à viabilidade do agricultor produzir uma quantidade grande de queijos para comercializar, uma vez que sua fabricação é um processo que demanda muito tempo e que pode se chocar com o tempo requerido pelos outros produtos da unidade agrícola.

Três técnicos falaram a respeito do papel do Estado e da iniciativa privada no MERCOSUL. Todos os três entendem que são ambos responsáveis pela assistência ao agricultor. Mas há

variações. Uma destas respostas baseia-se no entendimento de que governo e indústria devem canalizar esforços para atender ao produtor de leite especializado, com assistência técnica e crédito rural facilitado. As outras duas respostas centram-se no conjunto dos agricultores. Um dos técnicos enfatiza que a indústria só se preocupará com a assistência direta no que se relacionar com o seu produto e que ao Estado caberá o suporte de tudo o que estiver por trás da produção, a administração da propriedade e a organização da produção e da comercialização. E coloca a necessidade do Estado dirigir sua ação aos agricultores, sob pena de uma grande parcela ter que deixar o campo:

"O Estado, sei lá, o poder público, de alguma forma o estado ou o município, ele tem que criar mecanismos que ele possa vir auxiliar esse pequeno produtor, né? Porque tem coisas que, muitas coisas que o produtor sozinho, ele não vai ter condições de fazer, principalmente por causa do custo. Então, alguma coisa o poder público vai ter que proporcionar para esses pequenos, para que eles também possam ficar, se não, infelizmente, eles vão ter que ... eles vão ser jogados fora do processo produtivo" (Técnico da EPAGRI).

E o terceiro técnico que falou a respeito compreende que a questão da diminuição do Estado numa perspectiva neo-liberal é uma receita dada pelos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, mas que, na realidade, isto não funciona no Primeiro Mundo, onde o Estado faz-se muito presente, subsidiando a agricultura. Compreende, então, que o Estado deve agir também nos países de Terceiro Mundo, e no Brasil especificadamente, uma vez que foi dele a atitude de abrir as fronteiras com o MERCOSUL:

"... uma vez que foi iniciativa do Estado esse Tratado de Assunção, de formar o MERCOSUL, inevitavelmente é responsabilidade do Estado também colaborar com os produtores, direcionar a produção, dar condições de competitividade, né? Aumentou a responsabilidade do Estado" (Técnico da CRAVIL).

Com "direcionar a produção", o técnico está se referindo ao Estado dar condições ao produtor de se especializar em outro produto, caso seja excluído da atividade leiteira, como também assistir ao produtor que já é especializado em leite para que ele seja cada vez mais competitivo. É importante notar que este técnico está se referindo à presença do Estado no processo de internacionalização da economia, o que provocaria uma regionalização interna, no sentido de haver mudanças geográficas dentro do próprio país em relação à produção agrícola. Assim, se os produtores de uma determinada região tiverem que mudar de produto agrícola principal, é ao Estado que caberá o seu "apadrinhamento", mas somente aos que apresentarem condições de se especializar em outro produto:

"Isso é evidente, quando eu falo "apadrinhar", eu não falo em paternalismo, falo em dar condições pra pessoa optar e orientar nesse período de adaptação" (Técnico da CRAVIL).

Novamente o Estado aparece com o papel de promover o agricultor que já apresenta uma boa estrutura para produzir e até para mudar de atividade, se for necessário. A assistência àquele agricultor que não apresenta as condições próprias para competir no mercado, a atuação do Estado é compreendida em termos de "paternalismo", o que deve ser evitado.

Ainda analisando a compreensão dos técnicos a respeito da situação dos agricultores que não terão espaço no mercado com a produção leiteira, é importante notar uma tendência das respostas: a concepção de que a seletividade dos "melhores" é um processo natural, dando-se maior importância à situação do Brasil no MERCOSUL do que a situação específica dos

agricultores. Começaremos a analisar essa "naturalidade" com o depoimento de um técnico a respeito das tendências que o produtor de leite encontrará no MERCOSUL:

"Aí o produtor, ou ele se torna competitivo, ou desiste da atividade, ou se contenta em ganhar pouco - essas são as três alternativas" (Técnico da EPAGRI).

O "se contentar em ganhar pouco" está se referindo ao seu entendimento de que o produtor ineficiente poderá permanecer na atividade, mas ganhará menos pelo seu produto, pelo fato de seu custo de produção ser maior. Também haverá os produtores que, ao não se "contentarem" em ganhar pouco, irão "mudar" de atividade:

"... e muitos provavelmente vão fugir das atividades, vão trabalhar na cidade, vão sair do meio rural. Sabe que o número de produtores do meio rural tá diminuindo (...) isso vai continuar, eu acredito que vai continuar ..." (Técnico da EPAGRI).

"Vai continuar", como se fosse um movimento "natural": um menor número de produtores atenderá à demanda do mercado, e ...

"... aqueles que não sobreviverão nesse meio, passarão a fazer outra coisa, ou empregados ... ou vão pra cidade, né, fazer outra coisa. Ou, muitas vezes, vão trabalhar pra eles, como mão-de-obra, a tendência é ... alguns produtores vão precisar de mão-de-obra, vão aumentar tanto sua atividade - porque hoje a maioria das propriedades são de mão-de-obra familiar, muito poucos têm mão-de-obra contratada - mas a tendência, acredito que vá chegar num ponto em que muitos poderão contratar, porque vão aumentar o número de animais, aumentar a produção, que vai exigir mão-de-obra contratada. Portanto, vai ter uma demanda de mão-de-obra" (Técnico da EPAGRI).

Fora o fato duvidoso de que realmente haja um aumento na demanda de mão-de-obra, pois a agricultura mecanizada poderá dispensá-la, o que mais chama a atenção neste depoimento é o tom de normalidade presente, com uma total desconsideração acerca do significado que tem para o agricultor tornar-se mão-

de-obra de outro. O processo como um todo parece ser uma "tendência natural". E isto é o que, de fato, os entrevistados dizem. Três pessoas disseram que a seleção dos "melhores" é equivalente a uma seleção natural, e 5 colocaram que consideram o êxodo rural também um processo natural:

"Agora, o êxodo rural é inevitável, é uma seleção natural, quer dizer, vão ficar produzindo na agricultura os que têm competência; quem não tiver competência, não tiver produtividade, não tiver eficiência, vai ter que desistir. Infelizmente o meio rural, como não têm outra opção, vai acabar caindo na cidade, pra ser mão-de-obra barata e desempregados" (Técnico da CRAVIL).

E voltamos à velha questão que se coloca para a Extensão Rural: tudo depende da "capacidade", da "vontade", do "empenho" do produtor. Essas características pessoais parecem estar "soltas", abstratas, pois não são compreendidas no contexto social, político e econômico da vida concreta. É interessante que essa também seja a perspectiva da cooperativa, cujo discurso assenta-se no fato de que são os associados os seus donos, embora nem sempre sua prática se adeque a isso. Na realidade, há o interesse - e o planejamento - de que alguns "donos" sejam alijados da sociedade, uma vez que serão excluídos do recolhimento de leite. Não parece ser iniciativa desses "donos" tal exclusão.

Para completar este quadro, um depoimento bastante significativo de como é vista a inserção do agricultor no contexto social:

"Então eu vejo que a questão do êxodo rural, né, ele é péssimo, negativo, porque um agricultor que tiver saindo daqui, indo pra cidade, o custo dele vai ser muito maior do que estando aqui no interior. Lá na cidade, ele vai estar consumindo luz, água, saneamento básico - que talvez não vá encontrar, né - então, tudo isso aí é um custo maior pro Estado. Além do que, existir essa assistência, né, que poderia segurar ele no campo. Só que, de certa forma, pro meio ambiente, sabe lá se não é um ponto positivo, né, ele tá

destruindo a terra dele, porque a partir do momento que ele tá indo mal, ele começa a derrubar mato, começa a explorar a madeira, lenha, e sugar o que tem da terra pra tirar dinheiro, né? Isso é uma característica do indivíduo que tá indo mal, produtor que tá indo mal, né? Então, o êxodo rural é negativo, né, mas é uma consequência até natural, e eu vejo um dos fatores a cultura, né, a cultura" (Técnico da EPAGRI).

A cultura de que o técnico fala é a "falta de cultura" do agricultor, que vimos anteriormente. O produtor rural é visto como um peso para o Estado e para o meio ambiente. Ele parece ser uma peça dispensável se não estiver "funcionando" adequadamente para o "bom funcionamento da máquina produtiva". Como diz NEVES (s/d), referenciando GRIGNON (1975), o que é promovido é um saber sobre a agricultura e não sobre os agricultores. Não existe uma preocupação em promovê-los, respeitando-os em sua especificidade. O que existe é uma preocupação em promover a agricultura. E é a esse interesse maior que os agricultores devem adequar-se.

Resgatando a primeira parte deste capítulo, acerca da "ideologia" da Extensão Rural e, conseqüentemente, da formação do extensionista, voltamos a CAPORAL (1991), que conclui:

"... o estudo sobre as mudanças na prática dos extensionistas parte do pressuposto de que existem possibilidades objetivas para que esta prática venha a ser uma prática libertadora, mobilizadora, conscientizadora, aberta à participação e ao diálogo entre os sujeitos nela envolvidos, em contraposição àquela historicamente verificada e criticada por ser dominadora e alienante. Todavia, ao contrário de muitas outras conclusões, parece ter ficado evidente que qualquer mudança nesta prática, dependerá, antes, de mudanças que devem ocorrer nos próprios extensionistas, a partir da sua visão de mundo, dos elementos ideológicos que movem e dirigem sua ação. Caso contrário, mesmo mudanças institucionais poderão esbarrar nos limites determinados pelos homens e mulheres responsáveis pela prática da extensão rural" (CAPORAL, 1991, p.199/200).

- Sobre a cooperativa: Esta parte fundamenta-se basicamente numa entrevista realizada com um técnico vinculado à cooperativa. Apesar de podermos notar que os demais técnicos



aprovam certas medidas da cooperativa em relação aos produtores associados, as perguntas específicas sobre elas foram feitas somente a este técnico que, por ocupar uma posição dentro da direção, entendemos ser um "informante chave" desta instituição, ainda mais porque suas respostas foram dadas sempre no sentido de apresentar a posição da cooperativa, o que supomos que coincida com sua postura particular. Na ocasião que estávamos fazendo a entrevista, entrou na sala um outro técnico da cooperativa, e este também manifestou suas opiniões a respeito do assunto que estava sendo tratado, como representando a perspectiva da cooperativa. Suas colocações contribuíram para a compreensão da presente parte deste capítulo. Alguns subsídios vieram de uma rápida conversa com uma pessoa que já foi ligada à CRAVIL, agora exercendo outra atividade no município de Presidente Getúlio.

Há um entendimento de que o maior responsável pelo estímulo à produção de leite na região foi o cooperativismo. Existe também uma crítica bastante grande em relação aos associados, devido ao fato de eles não serem reconhecidos à CRAVIL e venderem o leite para os concorrentes, nos meses em que estes oferecem maior preço pelo produto. Assim, para os representantes da cooperativa, o associado não entende que ele é dono da CRAVIL e a vê como um outro mercado qualquer, prejudicando-a com essa atitude. Há uma crítica no sentido de que "o cooperado ainda não entendeu que a cooperativa não compra, ela recebe o produto". Ou seja, a cooperativa é do associado e toda vez que este vende seu produto para outra indústria, está deixando de investir naquilo que é dele,

trazendo prejuízo à cooperativa, no sentido de diminuir os recursos referentes à capitalização dos associados, e forçando-a a operar em ociosidade. Assim, os associados que não entregam toda sua produção à cooperativa são tidos como "oportunistas", porque agem de acordo com a conveniência do mercado, não pensando em "sua" indústria.

A questão do preço do leite pago ao produtor, que é fator de descontentamento geral entre os associados, a cooperativa entende que o problema não está no preço, mas sim no produtor:

"O problema que ele (o produtor) levanta do preço do leite que é baixo, quando, na verdade, não é o preço que é baixo, é ele que está produzindo muito caro, né? Nosso ... o preço do leite ao consumidor aqui no Brasil, ele está a nível da maioria dos países do mundo, então, não tem como se pagar muito mais do que está se pagando. O que pode se fazer é a nível de produtor, reduzir os custos" (Técnico da CRAVIL).

Quanto aos incentivos<sup>7</sup> que a cooperativa oferece ao produtor - criticados por uma parte dos associados - para a cooperativa eles são justos. O objetivo do incentivo de quantidade, a "ovelha negra" dos incentivos, para muitos é...

"...dar condições pra que aquele produtor profissionalizado tenha interesse de especializar, ele dispõe de mais capital pra investir. né? Quanto maior interesse ele demonstrar em aumentar a quantidade, em cada faixa de produção, ele tem um acréscimo no preço, que vai permitir a ele adquirir mais insumos modernos, melhorar as instalações" (Técnico da CRAVIL).

O principal incentivo dado ao associado - incentivo de quantidade - é explicado pela cooperativa como uma forma de promover o produtor que apresenta interesse na atividade, tendo

---

<sup>7</sup> Os incentivos da cooperativa foram descritos no capítulo 4. Relembrando, o incentivo de quantidade é o mais significativo para o produtor, que recebe um preço maior pelo leite quanto maior for sua produção.

o entendimento de que o fator "interesse" é o primordial na ascensão do produtor entre as faixas produtivas.

Na polêmica questão do frete diferenciado conforme o volume de produção (paga mais frete quem produz menos), a posição da cooperativa é a de "distribuir justiça". Foi-nos explicado que se a porcentagem do frete cobrado fosse igual para todos, quem produzisse mais estaria pagando mais proporcionalmente, pois a cooperativa despende os mesmos serviços e tem os mesmos custos para recolher o leite de todos os associados. Um grande produtor estaria pagando muito mais do que seria necessário para cobrir as despesas com o transporte de seu leite, se pagasse mais do que um pequeno produtor.

Em outra polêmica questão, a dívida da CRAVIL e seu pagamento pelos associados, o entendimento é de que ...

"... a empresa é dos produtores, só eles mesmos é que podem pagar"  
(Técnico da CRAVIL).

Na concepção da CRAVIL, ela se endividou ao investir para o benefício dos associados. O que houve foi um problema de defazagem entre o que era capitalizado e comercializado pela cooperativa e o que foi tomado como financiamento, gerando a dívida. Assim, a compreensão da cooperativa é que cabe aos seus donos sanar esta dívida, ou seja, aos agricultores associados:

"O essencial em toda a história é o seguinte: é a convicção que o associado tem que ter que ele é dono da empresa: 'essa empresa é minha, eu tenho que assumir a responsabilidade, não posso esperar que o governo vá resolver nosso problema, ou a pessoa de fora vá resolver, eu sou dono, eu tenho que resolver'" (Técnico da CRAVIL).

Logo após a situação da dívida ter sido colocada para os associados, houve a separação entre sócios A e B<sup>8</sup> na cooperativa, tendo ligação direta com a dívida. Essa divisão ...

"...foi resolvida pelos associados em assembléias, em comitês, né? Não foi iniciativa da administração, foi discutida comunidade por comunidade e chegaram à conclusão que a maneira de superar a crise é fazer isso, né? E se chegou também que nós temos que prestigiar o bom associado. A cooperativa nasceu com uma idéia muito boa, com um idealismo, o pessoal se juntou em torno de uma doutrina, né? Se a doutrina diz que tem que ser assim, quem sai fora é que está fora do padrão normal do associado que a gente desejou sempre e que leva a cooperativa pra frente" (Técnico da CRAVIL).

O compromisso de "levar a cooperativa pra frente" é o investimento nela, a entrega do produto exclusivamente para ela. Deste modo, o sócio "A" é assim definido:

"É aquele que não desvia a produção, que não fica com dívida atrasada, quer dizer, que é uma pessoa ideal, é um filho exemplar, certo? Por causa disso que ele tem vantagens e daí ele também tem custo; pra ser exemplar a gente tem custos, né? Então, por causa disso que eles ganham mais" (Técnico da CRAVIL).

O "ganhar mais" é referente ao desconto de 3% que o sócio "A" tem no supermercado da cooperativa, a preferência para participar dos cursos de profissionalização (embora essa prática não seja "oficial"), e direito a ter um convênio com a UNIMED. Nesta mesma lógica, o sócio "B"...

"... é aquele que desvia o produto, se o concorrente oferece um cruzeiro a mais ele vai vender para o concorrente e esquece que ele é dono da cooperativa também, né? Uma pessoa que não leva a sério os compromissos doutrinários da cooperativa, uma pessoa que não concorda em capitalizar" (Técnico da CRAVIL).

É interessante notar que existe uma certa contradição na lógica da cooperativa. Uma vez que ela está de acordo com

---

<sup>8</sup> A separação entre sócios A e B foi explicada no capítulo 4. O sócio A é aquele que entrega toda a sua produção para a CRAVIL e assinou as notas promissórias da dívida. O sócio B é aquele que não entrega toda a produção para a cooperativa e não assinou as notas da dívida.

que o mercado seja o regulador das condições de competitividade entre os produtores, já que suas políticas visam à eliminação dos associados "ineficientes" de seus quadros, não poderia criticar a atitude do agricultor em privilegiar a indústria que lhe paga melhor pelo seu produto, pois a lógica é a mesma: vence na concorrência quem for mais "eficiente" na oferta do preço. Pode-se pensar que existem dois pesos e duas medidas: a lógica que é válida para a indústria não é válida para o produtor. O discurso da cooperativa enfatiza que o associado precisa se conscientizar de que ele é o seu dono, por isso, então, deve privilegiar a cooperativa, se não, estaria trabalhando contra ele próprio. No capítulo 7, ao analisarmos a perspectiva dos agricultores sobre a cooperativa, discutiremos mais aprofundadamente esta questão. Mas podemos adiantar que os agricultores não se sentem donos da CRAVIL. E fica a questão: se a cooperativa tem o mesmo comportamento perante os associados do que qualquer outra indústria particular, como os associados podem se sentir seus "donos"? Uma vez que nunca foram consultados - nem informados - a respeito dos empréstimos que culminaram no endividamento, como irão apropriar-se desta situação a ponto de sentirem naturalmente que cabe a eles o pagamento?

Para a cooperativa, portanto, os associados, em sua maioria, não compreenderam a "doutrina cooperativista". Somente pessoas "privilegiadas", "muito conscientes", compreendem que são donas da cooperativa. O produtor "A" é tido como aquele que coopera, que tem boa vontade, que - como um "filho exemplar" -

segue a doutrina, sendo o produtor "B" o "oportunista", aquele que não a segue.

Faz-se importante referenciar RIOS (1987) ao falar sobre o sistema cooperativo em geral. Ele é descrente quanto ao sistema atual: o cooperativismo brasileiro baseou-se num modelo de cooperativismo inglês, onde as características daqui não foram consideradas, a "doutrina" inglesa foi transposta para cá acriticamente. E analisa o termo "doutrina" que, para o autor, é algo que não representa a realidade, se sobrepõe a ela, sendo fixista e esterilizando a prática:

"Quem pensa em termos doutrinários, não pensa, não analisa; repete dogmas, verdades indiscutidas e indiscutíveis. Doutrina é, pois, um conjunto de idéias que se aprende e se transmite sem discussão, para justificar uma determinada prática" (RIOS, 1987, p.48).

Para o autor, o sistema cooperativo atual manipula uma ideologia de que há espaço para todos no sistema produtivo cada vez mais monopolizado por grandes empresas transnacionais - se não individualmente, pelo menos unidos numa cooperativa. É como se dentro da cooperativa as diferenças de interesses se dissolvessem, como se não imperassem sob uma ideologia igualitária os interesses da classe dominante. Se acaso os mais desprovidos de recursos fracassarem nesse sistema ...

"... tudo se resume em um problema de relacionamento entre indivíduos. Fracassam não por uma situação de classe desvantajosa, pela falta de acesso aos centros de decisão política e de controle dos instrumentos econômico-financeiros reguladores, do mercado e preços de seus produtos, mas apenas porque, como indivíduos 'ignorantes e ineficientes', são incapazes de 'cooperar'" (RIOS, 1987, p.58).

Não é objetivo desse trabalho analisar o sistema cooperativo, embora uma parte deste assunto seja discutida brevemente no capítulo 7. Apenas é importante marcar a

desconexão entre as perspectivas dos técnicos e a dos agricultores acerca das condições objetivas que permeiam seu cotidiano. Na perspectiva dos técnicos, a realidade em que o agricultor vive e produz não é considerada, ele é como que retirado de seu contexto de vida e lhe são atribuídos valores em abstrato, permeados de referências a características individuais. A perspectiva dos agricultores acerca de sua situação será analisada nos três próximos capítulos.

E para finalizar este capítulo, resgatando sua primeira parte, onde, num esforço de compreensão das origens da forma de pensar dos técnicos agrícolas, resgatamos a história e ideologia da Extensão Rural no Brasil, faz-se importante uma reflexão acerca de uma maneira oposta de se pensar a educação, tanto do agricultor, como do técnico que irá interagir com ele, reflexão esta embasada em Paulo Freire. FREIRE (1983), ao analisar a prática extensionista a partir da própria palavra que a define - "extensão", conclui que sua prática está ligada a estender conhecimentos para uma população que não os têm e que precisa tê-los. É como se o extensionista, messianicamente, tivesse que ir ao mundo rural e, desconsiderando a cultura do homem rural - diferente da cultura do extensionista - procurasse implantar nele, numa atitude característica do autoritarismo, seus conhecimentos. Por isso ...

"... a expressão 'extensão educativa' só tem sentido se se toma a educação como prática da 'domesticação'. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a 'sede do saber', até a 'sede da ignorância' para 'salvar', com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes,

transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais" (FREIRE, 1985, p.25).



## **CAPÍTULO 6 - A CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES.**

Este capítulo destina-se a tornar compreensível a lógica do agricultor quanto à organização do trabalho na unidade produtiva, procurando localizar onde estão as diferenças em relação à lógica do modelo modernizador, vista no capítulo precedente. Ele está dividido em cinco partes. A primeira oferece dados gerais sobre os agricultores que formaram nossa amostra, no que diz respeito à produção. Como ao longo de todo este trabalho estamos falando acerca do leite enquanto atividade produtiva, não destinamos uma parte separada para tratar dele neste capítulo, porém consideramos importante reservar um pequeno espaço para caracterizar brevemente a atividade fumageira, que cumpre um importante papel na organização do trabalho agrícola de nossos entrevistados. Esta constitui-se na segunda parte do capítulo. A terceira destina-se a caracterizar a lógica produtiva dos agricultores divididos por estrato produtivo. A quarta parte refere-se especificamente aos motivos que fazem com que os agricultores invistam mais ou menos na atividade leiteira. E por último, falamos da perspectiva que têm os agricultores sobre a assistência técnica.

### **6.1. Aspectos Gerais**

Conforme colocado no capítulo 1, os agricultores foram subdivididos em quatro estratos produtivos, tendo-se como critério a quantidade de leite entregue para a cooperativa no mês de agosto de 1993. A divisão ficou da seguinte maneira<sup>1</sup> :

de 0 a 450 l/mês - micro produtor  
de 451 a 1500 l/mês - pequeno produtor  
de 1501 a 3000 l/mês - médio produtor  
de 3001 em diante - grande produtor

Foram realizadas 34 entrevistas, sendo 8 com grandes, 9 com médios, 9 com pequenos e 8 com micro produtores.

Esta divisão não tem relação com o tamanho das propriedades. Há micro produtores de leite cuja terra é maior do que de alguns grandes. Dependendo, porém, da topografia do terreno, uma grande propriedade pode estar limitada quanto à sua capacidade produtiva. Isto é importante porque a região é muito acidentada, fato apontado tanto pelos produtores como pelos técnicos como um fator que dificulta a produção. Para reservar as partes planas da propriedade ao cultivo da agricultura, os morros são destinados para o pasto, o que não é recomendado pelos técnicos: as vacas consomem muita energia para buscar alimento nas encostas, diminuindo sua produção leiteira.

---

<sup>1</sup> Toda vez que nos referirmos a micro, pequeno médio e grande produtor, essa divisão dirá respeito apenas à produção de leite, não guardando relação quanto à posição do produtor em relação a outro(s) produto(s) que comercialize.

De qualquer forma, do total de 34 agricultores entrevistados, o menor proprietário possuía 2 ha de terra e o maior 610 ha, sendo este último uma exceção, pois nenhum dos outros possuía mais do que 87 ha e isso considerando-se a soma total dos estabelecimentos agrícolas possuídos por cada um. Como a região caracteriza-se por pequenas unidades agrícolas, há casos de produtores que possuem mais do que uma unidade, geralmente já pensando em deixá-las como herança para os filhos. Considerando que não temos a resposta de 14,7% dos entrevistados sobre o tamanho de suas terras, 47,0% possui entre 20 e 50 ha, 23,6% possui menos de 20 ha, e 14,7% possui mais de 50 ha. E todos eles, com exceção de um, que mora e produz na terra de um tio que está na Alemanha, sem pagar renda alguma, são proprietários de suas terras. Apenas um produtor arrenda terra de outro para produzir mais e dois arrendam para outros produzirem fumo, ficando com metade da produção.

Os entrevistados descendem fundamentalmente de alemães, constituindo 76,5% da amostra, sendo que os restantes 23,5% são de origem italiana.

Em sua maioria, os entrevistados são tradicionalmente agricultores, ou seja, vêm de famílias agricultoras, e herdaram a terra dos pais, ou compraram a parte dos irmãos. Na amostra de 34 agricultores, apenas 2 não se originam de família agricultora, sendo um micro (que não se considera agricultor, sua renda vem de outra atividade) e o outro grande produtor, que está no ramo há pouco tempo. Três entrevistados são de família agricultora, mas só recentemente estão trabalhando no

campo (um micro, um pequeno e um médio). Duas dessas pessoas foram para o campo quando se aposentaram de outras atividades e o outro teve que assumir a propriedade com a morte de um familiar, por não ter mais ninguém que pudesse assumi-la. Dois entrevistados também são freteiros da CRAVIL, sendo que um (pequeno) tem sua renda principal da agricultura e o outro (micro), do frete. Não é comum a ocorrência de complementaridade do trabalho na unidade familiar com outras atividades. Apenas a esposa de um produtor (médio) trabalha numa fábrica e <sup>um</sup> produtor (pequeno) trabalha como construtor no sistema de empreitadas, ficando a propriedade sob responsabilidade de sua esposa e filhos. Há dois casos em que a aposentadoria constitui-se na renda principal (um casal de pequenos e uma micro produtora que mora com os pais). A grande maioria - 70,6% - é, portanto, de família agricultura e tem na agropecuária<sup>2</sup> sua única atividade econômica.

## **6.2. Algumas Considerações acerca do Fumo**

Pode parecer estanho tratar o fumo em separado e não o leite neste capítulo. Porém, enquanto referências ao segundo permeiam outras partes do trabalho, o mesmo não acontece com o primeiro, sendo que a presença ou não de fumo tem influência

---

<sup>2</sup> Usaremos como sinônimos os termos "agricultor" e "produtor", não fazendo distinção entre a atividade da agricultura e agropecuária.

decisiva no comportamento dos agricultores frente à atividade leiteira.

Segundo PAULILO (1990), o fumo de estufa, que é a variedade presente na área de estudo, é uma planta que exige muita mão-de-obra, principalmente na época da colheita, de dezembro a fevereiro. É uma cultura adequada aos minifúndios, já que 2 a 2,5 ha comportam cerca de 25 a 35 mil pés de fumo, suficientes para encher uma estufa. Por isto constitui-se numa boa opção para a família agricultora que tem pouca terra e muita mão-de-obra, sendo que até o trabalho infantil é valorizado. Segundo a autora, a grande exigência do trabalho familiar que o fumo apresenta é justificada pelo rendimento alcançado pela atividade. Este rendimento é considerado alto pelo agricultor, se comparado com o rendimento de outras culturas, porém está longe de ser o esperado por ele. PAULILO coloca que este maior rendimento às vezes pode ser ilusório, devido a dois fatores. Um deles seria que o produto colhido é totalmente vendido, ao contrário das culturas alimentares que, geralmente, têm uma parcela reservada para o consumo da família produtora. O outro fator é devido ao pagamento do fumo ser efetivado de uma só vez, ou, quando não, em mais vezes mas num curto período. Desta forma, o produtor recebe um grande montante de dinheiro ao mesmo tempo. Porém, a autora coloca que mesmo assim, os agricultores e as indústrias de fumo não consideram seu rendimento suficiente para manter a família o ano inteiro, sendo necessário o plantio de outros produtos voltados tanto para o consumo quanto para o mercado. É uma

cultura que os agricultores não gostam de plantar, pois além da intensidade de trabalho exigido, da alta quantidade de agrotóxicos utilizada (prejudicando a saúde), o fumo não se presta a ser consumido, mas é produzido fundamentalmente com vistas à renda proporcionada.

O preço do fumo ao produtor, embora tabelado, pode sofrer variações nas diferentes indústrias, de acordo com o critério de classificação das folhas adotado. Ou seja, as folhas de fumo são divididas em classes, sendo que cada uma obedece a um grau de qualidade, tendo preços diferenciados. O que não é padrão são os critérios de classificação, que variam tanto entre as indústrias, como entre as indústrias e os agricultores, sendo motivos de muitos conflitos entre as duas partes. Segundo PAULILO, o Brasil era o quarto produtor mundial de fumo, segundo exportador, e vigésimo quinto em remuneração ao produtor em 1980.

Atualmente as indústrias de fumo estão incentivando os produtores a reduzirem a área plantada, para produzirem menor quantidade com maior qualidade, medida acertada em junho de 1993 entre Sindifumo (Sindicato da Indústria do Fumo) e Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), segundo o jornal DIÁRIO CATARINENSE de 28/11/93. De acordo com o mesmo jornal, na safra de 92/93 o fumo foi plantado em 285 mil ha nos três estados do sul do Brasil, região majoritariamente produtora do país, com 90% da produção nacional, enquanto que na safra de 93/94 a área plantada diminuiu para 223 mil hectares, com cerca de 8% dos produtores deixando anualmente

a atividade. Informações de técnicos confirmaram os dados apresentados pelo jornal.

Um dos motivos porque esta medida está sendo tomada são as supersafras ocorridas em 92/93 e 93/94 no país. Segundo "A FOLHA DE OURO", jornal da Dibrell, indústria de fumo, em 5 anos, de 1988 a 1993, (este último ano com dados ainda estimados pelo jornal), a produção de fumo nos três estados do sul do Brasil aumentou em 52,4%, enquanto que a produção mundial cresceu 33% no mesmo período. No entanto, o consumo de cigarros no mundo cresceu 11% e no Brasil, devido ao decréscimo do poder aquisitivo da população, caiu 23,3%. Neste cenário, as indústrias buscam diminuir a quantidade para assegurar o preço no mercado internacional, já que o Brasil exporta mais da metade do fumo que produz, sendo o segundo exportador mundial, atrás apenas dos EUA. Segundo o DIÁRIO CATARINENSE, o acréscimo da oferta mundial de fumo fez com que os preços médios internacionais caíssem 20% de 1992 a 1993. Outro motivo deste processo pelo qual o fumo está passando é a limitação das importações de fumo pelos EUA, em 25% do total industrializado no país. Segundo o DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais), em novembro de 1993 na conferência internacional dos países produtores de fumo realizada no Brasil, os 11 maiores exportadores mundiais, com exceção dos EUA, decidiram diminuir a produção em 11% nos próximos 2 anos. Desta forma, as indústrias estão mais rigorosas quanto à classificação das folhas e os produtores estão passando por um processo rigoroso de seleção. De acordo com DIÁRIO CATARINENSE, em 1992 a

indústria pagou em média ao produtor brasileiro 1,56 dólar por quilo em folha, baixando em 1993 para 1,37 dólar.

### **6.3. A Lógica Interna da Organização do Trabalho Familiar**

Há uma característica bastante acentuada na região, que é a de produzir fumo e leite. Mas a função de ambos na economia familiar difere nos diferentes estratos produtivos. Considerando o total dos entrevistados, 35,3% tem no fumo sua atividade principal, 32,3% tem o leite como principal, 5,9% não fizeram distinção entre leite e fumo, colocando ambos como principais, 23,5% vendem apenas o leite, e 2,9% tem no gado de corte a principal atividade<sup>3</sup>. 76,5% dos entrevistados diversificam sua produção, ou seja, possuem mais do que um produto comercial. Considerando que 14,7% não responderam a questão, 76,5% dos agricultores produzem também para seu próprio consumo, e 8,8% plantam apenas para alimentação do gado. Vejamos agora a lógica de produção em cada estrato produtivo.

---

<sup>3</sup> Apesar da venda de gado constituir-se numa possibilidade de renda importante para os produtores, inclusive proporcionando segurança à família, no sentido de poder ser uma fonte de recursos em caso de necessidade financeira, funcionando o gado como um capital, essa atividade não foi explorada em nossa pesquisa. Mesmo nos casos de agricultores que só vendem leite, a atividade de venda de gado também se faz presente.



## Os Grandes Produtores:

Dos 8 produtores entrevistados neste estrato, 7 têm no leite seu principal produto, e 1 tem o gado de corte como principal. A maioria - 5 - também produz fumo. Apesar do dinheiro do fumo ser considerado "limpo", ou seja, as despesas com a manutenção da casa e da família saem do leite, ficando a renda do fumo para investir em máquinas, terras ou pagamento de dívidas, a renda do leite também tem um papel importante nos investimentos, sendo sua a renda principal complementada com a do fumo ou venda de gado. A característica de "dinheiro limpo" do fumo advém do fato de seu pagamento se dar apenas num montante, uma vez ao ano, ao contrário do leite, cujo pagamento se dá a cada mês. O papel do leite nos investimentos da propriedade é importante diferenciador deste estrato em relação a todos os outros. Todos os agricultores diversificam sua produção. De 7 respostas obtidas, 6 agricultores plantam para o consumo da família e 1 planta apenas para o gado.

Mesmo entre os grandes há queixa do baixo preço do leite<sup>4</sup>, e a afirmativa de que os investimentos para uma boa produção são muito elevados. Prova disto é que, apesar de neste estrato encontrarmos os maiores investimentos na atividade leiteira, os produtores buscam aumentar a renda da unidade produtiva com outro produto. Também o fazem porque a diversificação lhes dá segurança, no caso de um produto não ir

---

<sup>4</sup> Como já foi visto no capítulo 4, os produtores recebem pelo leite de acordo com a quantidade entregue: quanto maior a produção (a sua faixa produtiva), maior o preço recebido.

bem num ano, seja por adversidades climáticas ou pela má situação no mercado. Mesmo para os grandes, produzir leite é uma garantia de “dinheiro todo mês”. A especialização<sup>5</sup> em fumo é vista com descrédito, porque o dinheiro só vem uma vez por ano e o resto do ano precisa-se passar só com aquele dinheiro:

‘Daí já começa a comprar já, no começo do ano já vão comprando, vão pendurando, vão pendurando ... e vão comprando, né? Alimento, tudo, né? Comida pra cozinha, tudo, aí depois paga com o dinheiro do fumo, paga tudo, né? Que estão pendurados por aí, o dinheiro do fumo se foi, aí começa tudo de novo; assim não, a gente planta pra comer, e tem todo mês o dinheiro do mês que entra, daí a gente se vira bem com tudo, né?’ (Grande produtora).

A especialização em leite é colocada como possível, pois a renda é mensal, e proporciona garantia de renda por todo o ano. Mas, segundo os entrevistados, para viver do leite, só mesmo deixando outros produtos e aumentando sua produção. Mas como nenhum dos entrevistados deste estrato vive apenas do leite, concretamente eles não consideram vantajoso aumentar sua produção com o preço que recebem pelo produto.

Há a concepção de que o produtor de leite é como um assalariado, porque recebe todo mês, sendo este fator o que dá mais segurança ao produtor de leite, ao contrário do fumo:

‘É, e o fumo não, o fumo você tem que agora ... se tivesse o dinheiro quando tu vendes o fumo, tu pegas o dinheiro e faz investimento, né? Aí depois, quando chega agora na época de plantio, aí tu precisas de dinheiro, o fumo não te dá o dinheiro, aí tu tens que recorrer aos bancos, pegar custeios pra ... se manter, né? E o leite não, o leite então ... tira ... todo mês tu recebes, tu sempre tens o giro, né?’

“Recebe como um assalariado” (Família de grandes produtores).

---

<sup>5</sup> O termo “especialização” será usado no sentido do agricultor ter apenas um produto comercial em sua unidade produtiva.

## Os Médios Produtores:

Dos 9 entrevistados deste estrato, 1 tem no leite seu produto principal, 1 não faz distinção entre fumo e leite, 3 têm o fumo como principal produto e 4 só tem o leite como produto comercial (apesar da venda do gado constituir também numa renda). Esses quatro casos, embora representativos neste estrato produtivo, constituem-se em exceção na amostra como um todo, conforme visto no início deste capítulo. Em três destes casos, os produtores produzem apenas leite comercialmente por falta de mão-de-obra. Num dos casos temos uma família com dois filhos pequenos, sendo que a esposa trabalha numa fábrica. O outro é um casal de irmãos, sendo que a mulher não trabalha na roça, apenas na ordenha das vacas. O terceiro caso é o de um casal com dois filhos adolescentes, cujo pai está impedido de trabalhar muito na roça por motivos de saúde. E o último caso constitui-se numa família com dois filhos pequenos, que plantou fumo até obter com esta cultura a estrutura necessária para especializar-se em leite.

Dos 5 produtores que diversificam sua produção, os motivos são os mesmos encontrados nos grandes: por segurança, caso um produto não apresente a produção esperada, e porque o preço do leite está muito baixo para que se dediquem somente a ele. Também não poderiam dedicar-se só ao fumo, visto a renda ser anual. Sete entrevistados também plantam para subsistência, sendo que não temos a resposta de dois agricultores. As

culturas de subsistência são consideradas importantes na economia doméstica, uma vez que estes alimentos não precisam ser comprados. Neste estrato começa a se evidenciar o que se tornará padrão nos dois estratos menores: a simbiose leite/fumo, ou seja, a renda do fumo é tida como um dinheiro certo e "limpo", suficiente para investir em máquinas, terras ou carros, ao contrário do leite que, embora seja um dinheiro certo, é pouco. Diferentemente dos grandes produtores, para quem a renda do leite mantinha a casa e destinava-se também para investimentos, nos demais estratos - na grande maioria dos casos - o dinheiro do leite é suficiente apenas para a manutenção da casa, sobrando todo o do fumo para investimentos ou aplicações em poupança, por isto ele é um dinheiro "limpo". O motivo principal para o não investimento no leite, no lugar do fumo, é devido ao baixo preço pago ao produtor. Neste sentido, o fumo cumpre um papel de proporcionar segurança. Apesar de ser uma cultura trabalhosa ...

"... a gente se obriga porque é o meio que sobra mais dinheiro ainda é o fumo. Apesar que a coisa está ficando ruim, pelo o que eles estão falando, acho que está bastante ruim pra nós, mas até no momento deu ... eu comprei já ... 2, 3 anos, cada ano um pedaço de terra, mas foi com base no fumo ... (porque) tira as despesas com o leite (...), e o fumo sobra. né, então por isso. né?" (Médio produtor)

Durante a entrevista, este produtor refere-se à "ilusão do fumo", de que ele proporciona maior renda do que outros produtos, devido ao fato de ele ser totalmente pago uma vez ao ano, resultando num grande montante de dinheiro. Como diz o produtor, "o fumo sobra porque tira as despesas das

coisas com o leite". E é justamente neste aspecto que caracteriza-se a simbiose leite/fumo.

### **Os Pequenos Produtores:**

Dentre 9 agricultores entrevistados neste estrato, 4 produzem fumo como produto principal, 2 produzem leite como principal, 1 tem no fumo e no leite os principais, 1 o tem nos suínos e 1 só vende leite. Este último caso refere-se a um casal idoso, que não tem mais nenhum filho morando em casa, e que não tem mais condições físicas de trabalhar na roça. Vivem da venda do leite, da venda de terneiros - embora não criem para vender - e da aposentadoria de um dos cônjuges. Sete agricultores produzem para subsistência, sendo que 2 não responderam a esta questão.

Há três casos em que os agricultores estão planejando aumentar a produção de leite, sendo que em dois destes, o fumo é o principal produto. Esta escolha baseia-se na má classificação do fumo nos dois últimos anos num caso e em não gostar de plantá-lo em outro, porque é considerado um produto com muito agrotóxicos, que prejudica a saúde. Mas antes de diminuir o fumo, é necessário primeiramente pagar os financiamentos adquiridos na firma para construção de estufas, porque há o entendimento de que com o leite não é possível pagar dívidas. O terceiro produtor que planeja

aumentar a produção de leite, constitui-se de um aposentado que tem na "chácara" uma renda extra e que não planta fumo.

Mesmo dentre os produtores que querem diminuir o fumo para aumentar o leite, atualmente o leite cumpre a função de manter as despesas da casa, cabendo ao fumo trazer o "dinheiro limpo". Por isto mesmo o grande cuidado que têm em substituir seu produto principal. O mais atrativo do leite é a renda mensal e não o preço, como também acontece nos outros estratos.

### **Os Micro Produtores:**

A situação dos micro produtores de leite difere da dos demais estratos por haver nessa faixa três famílias que não têm na agricultura sua renda principal, podendo prescindir dela. Dois casos constituem-se de pessoas com idade avançada, que não podem mais fazer o trabalho da roça, sendo que um vive de sua aposentadoria e o outro de sua atividade como freteiro da CRAVIL. No terceiro caso, a família tem sua renda numa outra atividade, não sendo de tradição agricultora, morando muito próxima à cidade. Nos três casos, só o leite é vendido. Cinco entrevistados diversificam a atividade agrícola e tem o fumo como principal atividade, somando 8 entrevistados neste estrato. Nenhum dos micro, portanto, tem no leite a atividade principal. Encontramos 1 caso de agricultor que deseja aumentar a atividade leiteira e diminuir a fumageira, porque a situação

do fumo está se tornando difícil, segundo o produtor. Seis produtores plantam culturas de subsistência, e 2 apenas para a alimentação do gado. Neste estrato é mais comum o descrédito quanto a possibilidade de diminuir o fumo e aumentar o leite, porque "daí nunca faz nada" - "uma saca de fumo dá pra quantos anos de leite?".

Há o entendimento de que não é possível se dedicar com o mesmo empenho a muitas culturas. Tanto que sempre se elege a principal. Mas a necessidade de plantar para o consumo é geral:

"Se ficar só no fumo a gente não tem o que comer. Tem que caprichar, ter de tudo para o colono estar bem, se não, pra comprar também não é fácil, né? Se tem tudo, daí gasta pouco pra comprar" (Micro produtor).

"O colono tem essa vantagem: se tu tens dinheiro ou não tens, tu comes a mesma coisa, né? (Micro produtor) .

Diferente da cidade, "que se tu não tens dinheiro no bolso tu não comes", o colono tem a garantia de que se a lavoura não der um ano, ele não vai passar fome. A colônia traz essa segurança para ele.

Se há um ponto comum referente à organização do sistema produtivo das unidades familiares nos diferentes estratos é a segurança proporcionada com a venda de pelo menos dois produtos, no caso, fumo e leite. O leite dá a segurança da renda todos os meses, com chuva ou sol, frio ou calor, o que é raro na agricultura, atividade bastante dependente das condições da natureza. Mas para acumular dinheiro para investir, há um descrédito quanto ao leite, por seu preço estar muito baixo. Esse é o papel do fumo. Mas com a má classificação

dos anos anteriores, desconfirmado a lógica do agricultor de que "é difícil nada ir bem num ano", o fumo está tornando-se uma incógnita para ele, enquanto apostar mais no leite torna-se uma mudança duvidosa, pois o baixo preço não garante que irá conseguir os mesmos ganhos que teve com o fumo. Esta situação, porém, não é nova para o agricultor, que sempre viveu mediante a insegurança dos preços dos produtos agrícolas. Ele nunca sabe antecipadamente quanto irá receber por seu produto. O que se verifica na região, contudo, é que mesmo o preço do fumo tendo a característica de vacilar muito de um ano para o outro, principalmente quanto às diferentes classificações a que é submetido nos diferentes anos, comparado com outros produtos, principalmente com o leite, ele ainda constitui-se na melhor opção para acumular dinheiro, ou em poupança ou em investimentos. Nota-se, também, que em todos os estratos estão presentes as culturas de subsistência, tendo papel auxiliar na manutenção da família. Muitos agricultores chegam a dizer que se não plantassem para seu sustento seria inviável sua permanência no campo, dado o alto preço dos alimentos no mercado.

O outro ponto em comum nos diferentes estratos de produtores é que, com exceção de um entrevistado, a propriedade consiste numa unidade de trabalho familiar. CHAYANOV (1981) coloca que uma característica desse sistema é o "produto indivisível do trabalho familiar". Isto significa que a rentabilidade de cada produto da unidade produtiva não é pensada separadamente, mas como um todo, formando o equilíbrio



da unidade. Também a mão-de-obra familiar não se apropria individualmente da remuneração obtida, mas esta é apropriada por todos enquanto família, mesmo que esta seja formada por três gerações. Um aspecto fundamental da teoria de CHAYANOV que dá elementos para a compreensão da organização do trabalho nessas unidades é a afirmação de que a lógica camponesa tem especificidades próprias, não sendo igual à lógica capitalista. Apesar do tempo transcorrido entre a época em que o autor viveu até hoje, com as várias transformações ocorridas no campo, principalmente o surgimento das agroindústrias, que mantém uma forte relação com os agricultores, esta constatação de CHAYANOV continua pertinente nos dias atuais.

Como foi verificado no capítulo anterior, existe uma lógica de eficiência produtiva no modelo modernizador da agricultura, incorporada pelos órgãos que prestam assistência ao agricultor, como também pela cooperativa, que se direciona à especialização do produtor. Ele necessita se especializar num só produto comercial para ser eficiente, e isso através de uma série de medidas. No caso do leite, pela alimentação e manejo com o gado e melhoramento genético, no sentido de fazer investimentos para que haja uma boa produtividade. Os incentivos da cooperativa vão nessa direção. O produtor precisa ter um lucro líquido com a atividade leiteira, inclusive remunerando sua mão-de-obra.

Para o produtor, a lógica é outra. É arriscado apostar tudo num produto só, porque precisa ter um como garantia. E isso implica em dividir os investimentos e a mão-

de-obra e, portanto, não otimizar a produção de cada produto. Mesmo os produtores que estão diminuindo o fumo e aumentando o leite, fazem-no devagar e quase nunca o leite torna-se a única atividade. Isto também se verifica nos grandes produtores, os que mais investem na atividade, mas que não têm no leite o único produto. A eficiência, para o produtor, é muito mais a segurança de obter a renda de dois ou mais produtos, do que produzir um só em grande quantidade.

Também o trabalho da família agricultora quase nunca é remunerado. Por isso, às vezes, continua valendo a pena produzir leite, mesmo a um baixo preço, como disse um produtor, "porque não conta seu serviço". Como coloca SHANIN (1989) a respeito da teoria chayanoviana: o grupo familiar camponês possui uma estratégia diferente de administração da economia do que uma empresa capitalista, porque quando os produtos cultivados nesta não oferecem mais lucro, ela os deixa de produzir, enquanto que naquela é possível um aumento da produção mediante um aumento do trabalho familiar. Esse aumento do trabalho sem a demanda correspondente da remuneração caracteriza a auto-exploração camponesa (SILVA, 1982 e WANDERLEY, 1985).

Neste ponto, podemos refletir a respeito da reconversão, isto é, a mudança de produto na unidade produtiva. Na perspectiva do modelo modernizador, o produtor que não consegue acompanhar o mercado com o que está produzindo, deve praticar a reconversão. Mas nem para todos os produtores existe essa possibilidade. Do conjunto dos nossos entrevistados, os

médios e micro produtores viam nisso maiores dificuldades. Os médios pelos investimentos que já fizeram na atividade leiteira, e porque não vêem o mercado aberto para outras atividades, sendo este último o motivo apontado também pelos micro produtores. Os grandes, mais especializados em leite, não viam muitos problemas, porque podiam passar a produzir fumo, ou aumentar a produção de feijão, ou mudar para gado de corte. Esta última opção, no entanto, não é ideal para produtores com pouca terra, porque não têm como fazer pastagens suficientes. É interessante verificar que justamente os produtores mais especializados em leite não consideram difícil mudar de ramo, mesmo tendo boa parte da estrutura de sua unidade voltada para à produção leiteira, com bastante investimentos. Por outro lado, são produtores que também teriam recursos para bancarem uma mudança de setor, com todos os riscos que inicialmente essa mudança poderia apresentar.

Deve-se levar em conta, também, que para este estrato, a pergunta a respeito da necessidade de mudar de produto tem um caráter mais especulativo que para os outros, o que pode provocar uma resposta mais idealizada.

Os pequenos produtores também não vêem maiores problemas, porque é exatamente por causa desse risco que plantam dois ou três produtos comerciais, podendo aumentar a produção de um deles se houver necessidade. Ou seja, segundo eles, não estariam desprevenidos, porque diversificam. Mesmo assim, está presente uma atitude de esperar para ver se a

situação melhora, a mudança não seria imediata e nem fácil porque...

“...até que a gente vai mudar, plantar outra coisa, muitas vezes o leite já melhorou,né? Ou o fumo, daí não adianta ficar só pulando de galho, como se diz, né? É continuar naquilo daí. Que mudar demais não adianta, leite é fácil, que a gente tem todo dia,né? Vai plantar o aipim ou alguma coisa assim, são dois anos até que vai colher de novo, né?” (Pequeno produtor).

Pela disparidade das respostas encontradas sobre esta questão, agrupando grandes e pequenos de um lado e médios e micro, de outro, acreditamos que os entrevistados assim responderam porque nunca precisaram realmente concretizar a reconversão, pelo menos em caráter de urgência. Os poucos que o estão fazendo, diminuindo o fumo e aumentando o leite, ou estão planejando há anos, ou começaram a planejar agora para concretizar a médio prazo. O que chama mais atenção é a facilidade declarada pelos pequenos produtores, explicada pelo fato de plantarem vários produtos, o que facilitaria a mudança. Os médios e micros também são policultores, no entanto, não encontram tal facilidade. Principalmente por se tratar de uma região fumicultora, a mudança torna-se difícil, pois existem os investimentos em estufas.

Finalizando este item, devemos reconhecer que ele é pouco conclusivo. Uma hipótese que poderia explicar o aparente paradoxo das respostas seria o fato da pergunta ter um caráter especulativo, distante da situação concreta vivida no momento pela maioria dos entrevistados. Porém, desta aparente “confusão” resulta uma reflexão importante: até que ponto a reconversão, tão presente no discurso dos técnicos, está sendo

considerada pelos agricultores como uma possibilidade real? Quanta distância guarda o discurso dos técnicos da realidade dos agricultores?

#### **6.4. O Leite e os Investimentos**

Quanto aos cuidados que os produtores dedicam à produção leiteira, a decisão de seguir ou não as orientações técnicas para alcançar uma boa produção, está subordinada à lógica de dividir os investimentos e o trabalho em dois ou mais produtos comerciais.

A produtividade da região é considerada baixa pelos técnicos. Quanto aos entrevistados ela vai, em geral, decrescendo na medida em que se vai do grande ao micro produtor. Exceções à regra, as maiores produtividades encontradas foram de um pequeno e um micro: 15 l/vaca/dia. Mas no geral, a produtividade fica em torno de 4 a 10 l/vaca/dia.

É raro encontrar gado "puro de origem" (PO), que é o que apresenta um potencial genético maior entre os animais destinados à atividade leiteira, no caso, os de raça Jersey e Holandesa. Em geral, encontram-se em todas as faixas produtivas raças mestiças, embora médios e grandes produtores possuam Holandesas.

Para os produtores que estão investindo mais no leite, a preocupação é de melhorar a raça e não tanto de

aumentar o plantel: "com menos vacas produzir mais". O motivo para essa opção é o entendimento de que uma vaca melhor consome só um pouco mais de alimento que outra ruim e com um rebanho menor, é possível tratá-lo com mais ração, sendo que a necessidade de mão-de-obra pode diminuir e membros da família se ocuparem com outras culturas. O caminho mais procurado para o melhoramento racial é o melhoramento genético conseguido através da inseminação artificial, que é oferecida gratuitamente pela cooperativa no período de formação da cota. Existe também a possibilidade da compra de novilhas Holandesas da Argentina e Uruguai, através do sistema de equivalência-produto. Mas alguns têm receio ainda, preferem ver o resultado primeiro na propriedade dos colegas que mandaram buscá-las. Também há a compra de novilhas e vacas de boa raça diretamente de outros produtores da região. Mas um ponto é comum: a impossibilidade de mudar todo o rebanho num curto período, sob o risco de inviabilizar a propriedade.

Apesar de haver diferenças quanto ao cuidados com o rebanho entre os estratos produtivos, em todos eles há a concordância de que é difícil produzir de acordo com todas as recomendações dos técnicos, pois o investimento é muito alto e o preço do leite é muito baixo. As melhorias precisam ser feitas aos poucos. Para alguns grandes produtores, porém, assim como para quem está aumentando sua produção leiteira, fazendo do leite o produto principal da unidade agrícola, os investimentos compensam porque aumentam a produção, aumentando o preço recebido pelo produto:

“...acho que o investimento valeu, isso aí, sem dúvida nenhuma, lucro deu; porque também, a vantagem é que a gente pode investir porque recebe mais por litro de leite, quanto mais produzimos, mais nós estamos recebendo, né? Que se fosse receber por litro o que um pequeno tá recebendo, aí não compensava investir na...na ração, alguma coisa, farelo de soja, aí não compensava”;

“...e devia melhorar mais ainda, então...a gente até se interessava mais ainda, empatava mais ainda e melhorava mais ainda, né? (Família de grandes produtores).

Este depoimento ilustra bem a realidade da região: os grandes produtores, que recebem um preço bem maior pelo leite, através do incentivo de quantidade da cooperativa, têm um real motivo para investir na atividade, mesmo ela não sendo a única na propriedade. Mas se o preço recebido fosse igual ao que um pequeno produtor recebe, não compensaria investir. Dos 8 grandes produtores, 5 fazem altos investimentos na atividade leiteira, seguindo muito de perto as recomendações dos técnicos: plantio de pastagem de inverno, compra de ração, construção de silos, melhoramento racial através da inseminação artificial ou possuindo touro PO. Três se afastam um pouco do recomendado devido ao alto custo. A partir dos médios, decrescem os investimentos, até chegar aos micro produtores. Em todos os estratos é comum o produtor investir menos em alimentação do gado - o principal custo da atividade - no verão, por ser a época do leite de excesso, quando o preço pago por ele equivale a 65% do valor do leite-cota. Acrescenta-se a isto o fato de ser também no verão a época da colheita e classificação do fumo, o que deixa a família totalmente ocupada:

“A safra (melhor preço) mesmo é o inverno, aí então (no verão) a gente relaxa um pouco com o gado e capricha mais nas plantações,

né, fumo, feijão, milho, essas coisas, né? E' depois, no inverno, quando não tem produção de fumo e as coisas, né, então a gente tem mais tempo pra se dedicar com o gado. Aí então o principal é o gado. Também é o que mais dá então, né, o preço melhor do leite" (Grande Produtor).

Assim, o produtor divide suas atividades durante o ano em função da época de safra de cada produto, quando o investimento proporciona um maior retorno.

Dos 9 médios produtores entrevistados, apenas 2 disseram praticar todas as recomendações técnicas para a produção leiteira, sendo que 7 não o fazem. Dentre os pequenos, apenas 1 disse que investe "adequadamente" no setor, e 8 não, e dentre os micro, nenhum investe a este ponto. Aliás, os investimentos deste estrato são os menores de todos. Apesar do leite ter sua importância diminuída na medida que decrescem os estratos produtivos, o motivo para o não investimento na atividade conforme recomendação técnica é o mesmo para todos: os altos custos, que não são compensadores, uma vez que o preço do leite é muito baixo. Grandes e médios, todavia, conseguem um retorno compensador dos investimentos na atividade, mesmo também sentindo a necessidade de outro produto, que cresce em importância numa relação inversamente proporcional à importância do leite na unidade agrícola:

"Bem, tudo é difícil pra acompanhar, tudo que eles pedem precisa ter muito dinheiro, né? E a gente está investindo noutra coisa, noutra coisa, então a gente não dedica tudo só no leite, né, então ... difícil, uma metade a gente acompanha, mas não dá, né?" (Médio produtor).

"A gente não dá muita ração comprada, só pra tapear. Não pode dar como é preciso, por causa do preço, porque daí o leite não sobra. Então é melhor vender menos leite, mas não empatar lá" (Pequeno produtor).



Segundo a lógica do agricultor, se a ração é cara e o leite barato, não compensa comprar ração. Precisa-se alimentar o gado procurando utilizar ao máximo o que se tem, deixando a renda do leite o mais "limpa" possível. Por isso o leite precisa "sobrar", pois ele tem o papel de manter a casa. Os maiores investimentos vão, então, para o fumo. Mas isto não significa que o leite seja um produto marginal na unidade produtiva: a simbiose fumo/leite funciona muito bem e se um falhar, desequilibra todo o seu sistema produtivo.

É aí que reside a diferença de lógica da cooperativa e do colono: enquanto para aquela é necessária a especialização, para este é necessária a combinação de produtos, pois é isso que dá o equilíbrio e a segurança à unidade, e, conseqüentemente, os investimentos têm que ser divididos entre os dois produtos. Por isso também, mesmo quando decide mudar de produto principal, do fumo para o leite, esta mudança precisa ser feita de forma gradual e depois que as dívidas contraídas com investimentos estiverem pagas: existe uma confiança histórica no fumo e uma desconfiança (também histórica) no leite.

Desta forma, para investir mais no leite, "como eles querem", só se especializando na atividade, o que é opção de alguns, e receio da grande maioria. Por isso uma certa desconfiança do agricultor com os ensinamentos dos técnicos:

'Eles também assim, têm a teoria, mas nem sempre na prática funciona tudo como eles dizem';

“Não é só pegar caneta e lápis e dar quantos quilos de ração pra vaca, ela vai me dar tantos litros de leite; mas isso não é bem assim. Na teoria é fácil pegar a caneta e fazer as contas, mas se for na prática não é assim” (Família de médios produtores).

É interessante notar a lógica do cálculo que o produtor faz para decidir se compensa ou não investir na atividade:

“Dá pra comprar trato pro gado se tu ganhares, por um litro de leite ganhares um quilo de ração, ainda tu podes comprar e tratar, que daí, se a vaca tiver 5 litros de leite, tu tratares um, um por dia ou dois por dia que seja, né? Então tu tens um pouco de rendimento, né? Agora, se tu for pra entregar o leite a 15 (cruzeiros reais) o litro, aí não ...” (Grande produtor).

É importante marcar que o termo “não compensa” é muito presente na região ao se tratar do leite. Se for para pagar ração, aluguel de trator para trabalhar com a terra para fazer silagem (quando o produtor não tem trator, o que é comum na região), empregado, não compensa produzir leite a esse preço. Sob esse ângulo, o produtor é obrigado a absorver uma regra capitalista: produzir só nas condições em que compensa. Porém, o sentido do termo difere da lógica capitalista, pois para o produtor só compensa produzir quando se tem recursos disponíveis. Por outro lado, a lógica capitalista, concretizada nos técnicos e na cooperativa, é outra: para se ter um maior lucro, deve-se primeiro aumentar os investimentos, para daí fazer compensar. Ou seja: comprar ração, fazer silagem, melhorar a raça para então poder ter uma boa produtividade. Mas para isso, seria necessário, por parte dos produtores, uma opção pela especialização no leite, porque não teriam recursos

para investir também em outro produto, o que contraria a ótica do produtor.

Uma saída para poder se fazer mais investimentos seria o financiamento em bancos, o que muitos produtores costumavam fazer para adquirir máquinas, terras ou mesmo para plantar. Estes financiamentos eram facilitados pela política de crédito com juros subsidiados que vigorou nos anos 70. A partir dos anos 80, os juros começaram a subir e hoje poucos agricultores estão pedindo financiamentos aos bancos. Os financiamentos mais comuns, atualmente, são feitos através das firmas de fumo e pela CRAVIL, esta última pelo sistema de equivalência-produto.

“Hoje, se tiveres dinheiro tu fazes, se tu não tens dinheiro, arriscar é que não dá. Porque ali tu vais arriscar, tu podes arriscar o capital que tu tens, né?” (Grande produtor).

Um ponto interessante é o destino que os agricultores dão ao leite de excesso, que é comum na região, já que os investimentos na atividade são baixos. O que fazer, então, com esse leite que vale 65% do valor do leite-cota? Alguns produtores necessitam entregá-lo mesmo a esse preço, porque dependem fundamentalmente dele para o sustento da casa. Outros, quando a quantidade é grande, preferem entregá-lo para não jogar fora. Mas outros não entregam: fazem queijo (quando têm mão-de-obra), criam bezerros, chegando mesmo a comprá-los para criar com esse leite e depois vendê-los. Na época do leite de excesso diminuem muito os investimentos no gado para a grande maioria dos produtores, pois é “prejuízo mortal” comprar

ração para produzir mais nessa época. Alguns produtores estavam deixando-o estocado na cooperativa para receberem por ele em maio/junho do ano seguinte, a 75% do valor do leite-cota. É interessante o depoimento de uma produtora em reação à crença do marido de que o leite de excesso, uma vez que o produtor recebe por ele um preço menor, provavelmente é adquirido pelo governo também a um preço reduzido, e por isso, então, poderia ser entregue às crianças pobres da cidade:

“Não, eles não precisam vender o leite mais barato, o governo que dê um salário adequado, dê emprego (...) nós é criar o bezerro, é pra esperar três anos pra ter cria daí pra tirar leite, daí pra fazer o trato e vender o litro de leite. tá 19, 20 pila....ainda querem vender o leite de excesso por causa das crianças da cidade, mas capaz!” (Média produtora).

## **6.5. O Leite e a Assistência Técnica**

A EPAGRI promove uma série de “cursos de profissionalização do agricultor”, inclusive no setor leiteiro, onde a CRAVIL também participa, sendo ela quem distribui os convites entre seus associados. Dos 26 entrevistados que responderam a esta questão, 7 já participaram do curso, sendo 3 grandes produtores, 2 médios, 1 pequeno e 1 micro. Com exceção do micro produtor, todos que participaram disseram que o curso foi muito bom, que puderam melhorar bastante sua produção. Para o micro, porém, o curso não surtiu resultados porque ele não teve condições de implementar as técnicas aprendidas, por falta de recursos. Como a maioria dos convites foi destinada aos grandes e médios produtores, podemos pensar que as técnicas

ensinadas implicam em disponibilidade de recursos. Sete produtores não fizeram o curso, apesar de terem recebido convite da cooperativa: 3 grandes, 1 médio, 2 pequenos e 1 micro. Esta ausência é explicada pelos produtores pelo fato de terem muito trabalho na unidade agrícola, não tendo quem possa substituí-los no período. Eles só pensam em ir quando o período do curso coincide com a época de menor trabalho na propriedade. Há 12 produtores que nunca participaram dos cursos: 1 grande, 4 médios, 3 pequenos e 4 micro. Dentre estes, há os que querem ir, pedem convite e não ganham:

‘Eu já gostaria de ter participado, mas nunca vem um convite pra ir. Aqui tão indo de vez em quando, mas pra mim nunca ninguém falou pra ir (...) pelo o que eu vi esse ano, foi só gente que produz mais. Então os pequenos tão ali também já levando desvantagem’ (Pequeno produtor).

A desvantagem é que o pequeno não tem acesso à informação, não podendo melhorar sua produção. Mas podemos levantar outro ponto, como já foi visto: mesmo tendo acesso à informação, ele teria acesso ao investimento necessário para utilizar essa informação? A quem são destinados esses cursos: aos poucos produtores que investem muito no leite na região, ou à maioria que não investe, por ser outro seu produto principal, devido ao baixo preço do leite? Os cursos de treinamento mereceriam um estudo à parte.

No que diz respeito à assistência técnica direta na unidade agrícola, a maioria - 73,5% - coloca que os técnicos vêm somente quando solicitados. Fora o estrato dos micro produtores, onde esta resposta atingiu 85%, nos demais estratos

ela distribui-se homogeneamente. Sem o pedido, é muito rara a visita de algum técnico à propriedade. Geralmente os produtores chamam o técnico (no caso, um veterinário) quando uma vaca adoece, ou para fazer a inseminação artificial. Mas mesmo em caso de doença do rebanho, não é sempre que os produtores sentem necessidade de assistência:

“...muita coisa a gente já resolve já sozinho mesmo, até que , até vir o veterinário, o gado já morreu e a gente já resolveu o problema e o gado tá bom de novo” (Grande produtor).

Os próprios produtores já conhecem o gado e eles mesmos cuidam quando ele adoece. É comum a reclamação de que os técnicos demoram muito para atender aos pedidos de ajuda e, às vezes, chegam tarde demais. A assistência é feita pela EPAGRI e pela CRAVIL, esta última se responsabilizando pela inseminação artificial. A cooperativa também, às vezes, promove reuniões com a finalidade de instruir em conjunto os produtores.

A valorização da assistência técnica não é unânime. Quem valoriza mais são os pequenos produtores. Quanto aos médios e grandes, alguns fizeram o curso de treinamento e outros consideram que já sabem o suficiente. Os micro produtores dispensam esse tipo de orientação porque criam o gado de uma maneira bastante rústica. Pode-se concluir, com segurança, que o papel da assistência técnica hoje na região estudada, está muito longe daquele que desempenhou nos anos 70, período da modernização agrícola, quando esta assistência teve como suporte o crédito subsidiado. Atualmente, segundo os princípios neoliberais, os subsídios são vistos como

"paternalismo" por parte de um Estado que não deve intervir na economia, este mesmo Estado que manteve por mais de 40 anos o preço do leite tabelado e mudou de orientação, liberando-o, sem consultar os próprios produtores. Em outras palavras, quando havia financiamento disponível, o preço do leite não era compensador. Agora que não há, exige-se uma especialização autonomamente financiada.

É interessante notar que a grande maioria dos produtores não tem conhecimento do tipo de leite que produz (tipo C)<sup>6</sup> e nem da marca pela qual é industrializado (DoVale). A exceção fica com os grandes produtores. Nem mesmo o preço com que o leite está sendo vendido no mercado é conhecido. Quando informados, é comum uma reação de espanto devido à grande diferença entre o preço pelo qual entregam o produto e aquele pelo qual é comercializado.

Quando perguntados acerca do tipo de leite, alguns produtores apenas diziam que devia ser o de tipo mais barato. Mas muitos tomavam uma atitude de defesa de seu leite, pois não é rara a desconfiança de que a cooperativa adultera o produto entregue, juntando-lhe água:

"Ah, o meu leite é um leite bom, eu sei que ele tem de gordura quatro vírgula não sei o quê, deve ser um leite A ou B, uma coisa assim, né, não sei ..." (Pequeno produtor).

"Eu pra mim nós tiramos do melhor das vacas, depois lá...lá eles desnatam e botam água e... sei lá! Aqui é do melhor tipo, depois..." (Médio produtor).

---

<sup>6</sup> As diferenças entre os tipos de leite se dão pelas diferenças na ordenha. Os tipos A e B exigem sala de ordenha ladrilhada no piso e nas paredes e ordenha mecânica. Para o tipo C, a sala é de cimento ou terra, e a ordenha é manual. A diferença do tipo A para o B é que o A não tem nenhum contato com o meio externo, sendo transportado da ordenhadeira para a sala de beneficiamento por tubulações. Ele já sai pasteurizado e embalado da propriedade.

Vemos que é possível perceber a tão "famosa" alienação do trabalhador, que não reconhece o produto final de seu trabalho, portanto, que não se reconhece nele. Se um desses produtores for a um supermercado, na cidade, comprar um litro de leite, ele não saberá identificar o leite que ele próprio produz. Evidencia-se, também, a falta de informação proveniente da cooperativa a esse respeito. Esta, porém, é apenas uma pequena pista indicativa do quanto o produtor está separado da "sua" cooperativa. Ele perde totalmente o controle do que ocorre desde a entrega de seu produto ao freteiro, até quando seu leite chega ao supermercado. O capítulo a seguir vai tratar justamente de como o produtor vê sua relação com a CRAVIL.



## **CAPÍTULO 7 - A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES SOBRE A COOPERATIVA**

A perspectiva que os produtores têm de sua cooperativa constitui-se num ponto importante para o entendimento da maneira como constróem a compreensão a respeito de si próprios enquanto agricultores. Mesmo considerando o contexto da unidade agrícola, caracterizado pela policultura e com mais do que um produto comercial, a relação com a cooperativa é importante, porque é através dela que concretamente essas pessoas se fazem produtores de leite ligados ao mercado. A cooperativa medeia a construção da subjetividade do agricultor, uma vez que o leite desempenha um papel fundamental no equilíbrio da unidade produtiva nesta região.

Por haver muito mais consensos do que dissensos entre os quatro estratos produtivos acerca da cooperativa, não os analisamos separadamente. O capítulo foi dividido mediante a discussão de vários tópicos referentes à cooperativa: os incentivos, o leite de excesso, o preço pago ao produtor, a dívida da CRAVIL, e por último, as reuniões da cooperativa. Quando encontradas diferenças de significados entre os estratos produtivos, estas foram demarcadas.

Para uma maior compreensão dos conteúdos deste capítulo é importante ter presente o capítulo 4, no qual descrevemos as políticas que a CRAVIL adota frente aos associados.

## 7.1. Os Incentivos

Quanto aos incentivos, principalmente o de quantidade, há concepções diferenciadas dentro de um mesmo estrato produtivo. Mas a concordância em relação à medida é muito mais acentuada entre os grandes, e em menor escala, entre os médios produtores. Representantes desses estratos compreendem que quem investiu mais na produção leiteira, e por isso conseguiu uma maior produção, deve ganhar mais por litro, ao contrário daqueles produtores que não têm no leite o seu produto principal e, portanto, não investiram na atividade:

"Eu acho isso ali certo, porque eu tô investindo nas vacas tudo, tudo, tudo, tudo: estão correndo as máquinas, a Tobata, os cavalos, tudo, tudo, o carro pra buscar o remédio ...estamos investindo nas vacas tudo. E esses que produzem fumo, que têm fumo, então as vacas são uma sobremesa pra eles" (Médio produtor).

Este produtor tem no leite não só seu produto principal, mas também seu único produto voltado para o mercado. A concordância com o incentivo aumenta, quando é analisado o fato de que para produzir bem também no inverno, a entressafra do leite, os investimentos precisam ser maiores:

"Se for pra ter essa despesa a mais e receber o mesmo que o outro recebe, termina o negócio, né? Então eu acho justo isso ali que eles pagam quem produz mais" (Grande produtor).

É bastante acentuado também, principalmente entre os grandes produtores, o sentimento de justiça dessa medida, em relação ao fato de que começaram pequenos e se têm hoje uma boa produção, é devido a trabalho e investimentos e isso precisa ser valorizado. Muitos dizem que se não fossem os incentivos, ninguém iria produzir leite no inverno.

Com muita frequência verificamos posições ambíguas: ao mesmo tempo que é justo com os que mais investiram na propriedade, essa medida é ruim para os pequenos:

"Olha, sei lá, tem gente que diz que sim (que a medida funciona como um incentivo realmente) e outros não estão de acordo, porque são daqueles que dizem que no fim a cooperativa é só pra gente grande, né, e os pequenos se doem, né? (...) Eu acho que em parte estão certos alguma coisa, porque é menos custo pra eles (cooperativa) coletarem leite, se eles pegam 10 litros ou 100 litros, é o mesmo, mesma mão-de-obra, mesma parada" (Médio produtor).

É interessante notar como a dicotomia "nós/eles" aparece bastante evidenciada no discurso dos agricultores, ao contrário do discurso da cooperativa, que unifica os interesses dela e os dos associados, argumentando que são eles seus donos. No depoimento acima, essa dicotomia aparece quando o produtor avalia que a medida dos incentivos é melhor para "eles" - cooperativa. E para "nós" - agricultores - o que seria melhor? Isso não é questionado nesse momento. O produtor está se identificando mais com a cooperativa nesse instante e não com o restante dos agricultores. Tanto que fala que "os pequenos se doem" - sua posição privilegiada como produtor médio de leite e grande produtor de fumo aparece, deixando-o mais próximo da cooperativa, que volta-se mais aos interesses dos médios e grandes produtores. Os pequenos, para esse produtor, são "eles". Esse outro pólo da relação é lembrado por sua esposa, que coloca que para a cooperativa os custos para recolher 10 ou 100 litros de um produtor são os mesmos, mas...

"...se começa um casal novo, também...e tem pouca vaca, como é que eles daí têm que ganhar menos do que um casal já de idade, que já tá bem forte, bem colocado?" (Média produtora).

Olhando pelo lado do produtor novato, e ainda pequeno, a lógica da cooperativa não é tão "lógica". E o marido completa:

"Sim, daí é que nós falamos muitas vezes, né, que um casal novo não tem condições de começar com 15, 20 vacas. Então, olhando esse lado da coisa é ruim, né? E hoje quem produz mais, ele também dedica mais, né, ele investe mais, isso toda coisa, quanto mais investir, mais vai tirar disso, é óbvio, né?" (Médio produtor).

O conflito entre as duas posições aparece: tem o lado do produtor que está começando, mas também tem o lado da justiça para aquele que produziu mais porque investiu mais. A separação "eles/nós" ainda está presente quando o objeto em questão são as regras da cooperativa, que são válidas para todos. Então esse médio produtor é também "nós"- produtores:

"É, o incentivo seria trabalhar contra o tempo, né, no inverno. Mas na época da natureza que o leite dá sozinho, com muita pastagem, eles não querem, não dão valor pro leite, né? Que nem agora em diante nós vamos ter, todo agricultor vai ter leite de excesso" (Médio produtor).

Foi importante nos determos nos depoimentos desse casal de produtores especificamente, porque nele encontramos bem exemplificadas as contradições pelas quais o produtor passa, sendo bastante representativo das respostas encontradas. Dependendo do foco da questão, do objeto com o qual está relacionado, ele identifica-se ou com sua categoria ou com a cooperativa. Além do objeto com o qual se relaciona, um fator fundamental na construção dessa perspectiva é a posição que o produtor ocupa no sistema produtivo, isto é, a qual faixa produtiva ele pertence. Neste ponto evidencia-se que os maiores produtores identificam-se muito mais com a cooperativa do que os menores, porque encontram condições concretas para isso, estando a cooperativa muito mais voltada para os maiores

produtores do que para os menores, uma vez que sua lógica é a do produtor especializado. Mas esta concordância, insistimos, se dá apenas em relação a algumas questões, em outras, como veremos, a discordância com a cooperativa é geral entre os agricultores.

Outro ponto fundamental implícito nas citações anteriores é que, diante da identidade existente entre família agricultora e unidade produtiva, nem sempre é fácil ajustar seu comportamento a uma lógica empresarial. Enquanto um empresário contrata trabalhadores aptos a determinados tipos de atividade, o pai de família agricultor conta com uma mão-de-obra em diferentes estágios de crescimento e maturação. Um casal jovem, como coloca a esposa do entrevistado, não está na mesma situação dos casais com filhos grandes, que não precisam ainda freqüentar a escola. Igualá-los é problemático.

Se a concordância com o incentivo de quantidade é quase unânime entre os grandes e bastante evidente entre os médios, apesar de algumas críticas, é entre os pequenos e micros que essas críticas se concentram sobremaneira. É comum a referência de que se o preço fosse igual para todos, os pequenos também prosperariam mais:

"Os grandes, que têm bastante leite, cada vez se adiantam mais, e os pequenos se atrasam mais porque recebem menos do leite. Se recebessem tanto como os grandes, também podiam ir pra frente" (Micro produtor).

Esse é um motivo apontado como causador de desânimo para o agricultor. Ele não se sente incentivado a produzir mais porque recebe menos. Curiosamente, os "incentivos" da cooperativa funcionam como um "desincentivo" para pequenos e

micro produtores. Existe a sensação de que o pequeno ajuda o grande na cooperativa:

R- "Porque o pequeno, que tem pouco leite, pouquinho, né, ainda ele, né, assim, sei lá, parece que ele tem que contribuir um pouquinho pra aquele que tem bastante ainda, né, um pouquinho pro grande se manter, na CRAVIL..."

R- "Se ele vende 50 litros de leite, eu vendo 10, aí então se eu vendo pouco, então eles tiram ainda do meu 10 pra dar pra ele; vamos supor, um cara que vende bastante, né, eles são produtores de leite mais fortes, então eles tiram do meu 10 e dão pra ele";

P- "Mas dão como?"

R- "Abaixa do meu preço do leite e aumenta do dele" (Casal de micros produtores).

A cooperativa "abaixa" o preço de quem entrega menos através do incentivo de quantidade e do frete. Para os produtores menores, o pequeno "se acaba" e o grande "pode fazer tudo". Uma questão muito colocada pelos pequenos e micros: a cooperativa foi "levantada" por pequenos:

"Se a CRAVIL começou com pequeno, tem de continuar com o pequeno e o grande, com o pequeno e o grande, porque ela não começou grande, começou pequena" (Pequeno produtor).

"...agora que ela (CRAVIL) ficou lá em cima, então ela não quer mais olhar pros pequenos, quer só olhar mais pros grandes. É errado, é muito errado. Foi levantada pelos pequenos, tem que dar valor pros pequenos ainda hoje, né?" (Pequeno produtor).

Há a concepção de que, por causa dessa diferença de tratamento, a CRAVIL só quer ficar com os grandes. Porque a orientação da cooperativa é para que os produtores aumentem sempre mais a produção, para diminuir os custos com o frete, pois esse é o fator que mais encarece o leite para a indústria:

"É justamente o que eles querem. Eles querem que o cara produza bastante leite. Então, pelo meu entender, se um dia eles tiverem bastante até produção, que eles vêem que dá, eles são capazes de nem pegar mais o leite dos pequenos" (Pequeno produtor).

Há um sentimento de injustiça: foram os pequenos que ergueram a CRAVIL, e ela começou, portanto, pequena. Agora que ela está grande, quer "se livrar" dos pequenos:

"Porque a cooperativa se levantou era às custas do pequeno produtor. E agora esses pequenos tão sendo empurrados fora" (Pequeno produtor).

O que é importante perceber, é que os menores produtores estão se sentindo marginalizados da cooperativa, em virtude principalmente do incentivo de quantidade e do frete diferenciado. Contribui para esse sentimento o fato de que antigamente essas medidas não existiam, o preço era igual para todos, apenas diferenciado pelo teor de gordura. Há produtores que perguntam se a cooperativa teria como receber o leite de todos os associados, se todos eles aumentassem a produção como é pedido, já que a indústria, em seu entender, fabrica derivados de leite justamente por não ter como colocar todo "leite in natura" no mercado.

Outro ponto de discordância dos produtores quanto ao preço diferenciado do leite é a concepção de que a cooperativa se beneficia disto, pois não vende ao consumidor o leite mais barato que recebe do pequeno produtor a um preço menor. Se variou para o produtor, deveria também variar para o consumidor. Se isto não ocorre, é porque a cooperativa está lucrando. A mesma concepção apareceu em relação ao preço do leite de excesso ao consumidor, que veremos mais adiante.

Na época em que estávamos em campo, alguns produtores começavam a entregar o leite em grupo, o que aumenta a faixa produtiva, aumentando o preço recebido por eles. Embora esta

medida estivesse sendo vista como uma alternativa para o produtor receber um preço melhor, também havia críticas, porque aumenta o trabalho do produtor, que precisa levar o leite até o local onde será recolhido, como também fazer as contas e separar o dinheiro que cabe a cada um do grupo.

Os menores produtores não concordam em receber menos pelo seu produto: "por que que para o grande produtor, o leite vale bem mais que para o pequeno produtor?" "E por que podem pagar bem em grupo e individualmente não podem?". A lógica da cooperativa é nítida: o custo do frete diminui para a indústria que, assim, pode pagar melhor o produtor que também sai ganhando, uma vez que aumenta sua faixa produtiva. Mas nem para todos os produtores "eles também saem ganhando", uma vez que aumenta seu trabalho.

Pode-se levantar a questão: qual o motivo dessa discordância? O produtor não está informado suficientemente acerca da lógica da sua cooperativa, ou não é um problema de informação, mas sim de concepções diferentes? A mesma pergunta pode ser feita em relação à desconfiança que o produtor tem acerca da seriedade da indústria, não repassando ao consumidor o menor preço pago ao pequeno produtor e ao leite de excesso. É sabido que a cooperativa central vende o leite ao varejista e este, então, vende ao consumidor. Não é a cooperativa diretamente que vende o leite ao consumidor, como entendem os produtores, a não ser quando vende em seus próprios supermercados. A lógica da cooperativa em vender ao varejista o leite de pequenos e grandes, assim como o de excesso, a um único preço, mesmo tendo pago ao produtor preços diferenciados,



é que estes leites "mais baratos" são produzidos com maiores custos para a cooperativa (no caso do leite de excesso, o prejuízo é devido ao fato dele ter que ficar estocado na indústria, não tendo colocação no mercado). Se fossem, portanto, vendidos a um mesmo preço, significaria prejuízo para a indústria, e portanto, para a cooperativa. Voltando à nossa questão, estão os produtores desinformados acerca de como opera a CRAVIL, ou mesmo informados não concordariam? Se o motivo for a desinformação, qual sua origem? São os produtores que não vão às reuniões da cooperativa, ou nas próprias reuniões as informações são falhas? Voltaremos ao ponto das reuniões mais adiante.

## **7.2. O Leite de Excesso**

Em relação ao leite de excesso, existe uma maior homogeneidade entre os produtores dos quatro estratos produtivos. As raras exceções ficam por conta dos grandes e médios que têm no leite sua principal atividade. Os motivos da concordância com a cooperativa são os mesmos apresentados no caso do incentivo via preço: priorizar o produtor que investe mais na atividade. Mas mesmo produtores que concordam com os incentivos, discordam do leite de excesso, porque diminui muito o preço do produto, <sup>que</sup> já é considerado baixo. Tanto que na época do leite de excesso, até os grandes produtores investem menos nesta atividade do que investem na época da formação da cota, pois mesmo eles costumam ter mais leite no verão, apesar dos maiores investimentos. Este fato nos revela que quando algum

fator prejudica a categoria dos agricultores como um todo, até os maiores estratos se identificam com sua categoria e não com a "visão oficial" da cooperativa.

Um argumento muito usado para discordar da medida é que, assim como o leite dos pequenos, o valor pago ao leite de excesso é concebido como injusto, porque o consumidor nunca é beneficiado por ele no mercado.

"Que nem o leite-cota, né? A senhora vai no mercado e pede leite-cota pra ver se existe lá, né? Não tem, né?" (Médio produtor).

"...e lá no mercado, o leite é tudo igual, o nosso leite que eles pagam menos, lá eles não vendem por menos" (Pequeno produtor).

"...para o consumidor não é vantagem nenhuma, então essa diferença quem fica, a indústria?" (Grande produtor).

Segundo os produtores, a explicação que a cooperativa dá para a existência do leite de excesso é que o produtor não investe o suficiente para homogeneizar a oferta durante o ano todo, evitando "sobras". Então vem o questionamento: por que pagar menos se na cidade não é vendido por menos? Novamente vê-se a falta de uma visão comum sobre os motivos que embasam as decisões da cooperativa.

Cabe ressaltar que o argumento da cooperativa de que o leite de excesso embasa-se no fato de compensar a perda que sofre em estocar um leite que não tem colocação no mercado, não "entra" na lógica dos agricultores. Como o leite de excesso está presente em todos os estratos produtivos, diminuindo para todos o valor do produto, salvo algumas exceções, não há a identidade com a cooperativa neste aspecto, ao contrário dos incentivos, que atingia os estratos produtivos de forma diferenciada.

### 7.3. O Preço do Leite

Quanto ao preço do leite recebido pelo produtor há uma unanimidade: é muito baixo. A diferença do preço recebido pelo produtor e daquele vendido ao consumidor é considerada muito grande. E esse é um fator de desconfiança:

"O supermercado vai pagar 50 e poucos cruzeiros o litro de leite, prá nós receber 15, né? Quarenta cruzeiros que esses caras ganham! É brincadeira! Mas sei lá, eles dizem que têm as despesas, então o problema...esse é um caso que a gente não pode apenas assim falar, não manda nada nisso, quem manda são eles, a gente é sócio...nesse caso...vai lá, fala alguma coisa, entra aqui e sai lá, então eles resolvem lá!" (Pequeno produtor).

A distância que separa o produtor da "sua" cooperativa aqui é total: "quem manda são eles", e se o produtor fala alguma coisa, "entra aqui e sai lá". É em relação ao preço, que afeta diretamente o produtor, que ele sente maior impotência diante da cooperativa. Um produtor fala a respeito de como ela faz o cálculo que decide a parte que cabe ao produtor:

"Agora não sei aonde que tá certo ou errado . Naquela época que nós ganhávamos 60% do leite, aí o negócio tava melhor pra nós. Eu não sei aonde ficou, que eles cortaram pra nós, era fatia em fatia. A gente fala com a CRAVIL, eles dizem: "é, porque não dá". Porque eles fazem a contas assim: o freteiro ganha tanto, o outro ganha tanto, o outro ganha tanto, o outro ganha tanto, então sobrou aquele tanto pra nós, então isso é dividido pra nós. Nós não podemos fazer a contas: a despesa nossa é tanto , é tanto. Porque se nós começarmos a fazer conta, nós vamos desistir (...) então assim nós somos obrigados a lutar e ... essa conta deixar pra lá, pular, não fazer, aí a gente vai embora, porque a gente começa a inculcar coisas. então aí...pega o desânimo, então..." (Médio produtor).

O produtor se abstém de "fazer conta" para continuar produzindo, porque se utilizasse uma lógica eminentemente capitalista de lucro/benefício, desistiria. Mais uma vez nota-se a especificidade da lógica camponesa, como demonstrou CHAYANOV. Ele continua produzindo mesmo no "vermelho". Para

este agricultor, a cooperativa deveria, ao invés de pagar ao produtor o que sobrou de seus custos, privilegiar o seu pagamento, pré-fixando a parte que lhe é devida, o que, segundo a cooperativa, isto já ocorre, inclusive não sendo a CRAVIL quem fixa preços, mas a Central. Novamente portanto, evidencia-se um desconhecimento por parte do produtor sobre o funcionamento da "sua" cooperativa.

Uma colocação importante dos produtores é que eles nunca podem fazer seu preço. Quando eles compram determinada mercadoria, precisam pagar pelo preço estipulado. E quando vão vender seu próprio produto, também não são eles que estipulam o preço:

"... nunca tem o direito de pedir o tanto que a gente gostava, né? (...) nós estamos entregando pra eles, quando chega no fim do mês eles fazem o preço, fazem a nota (...) é o que eles acham que dá pra eles pagar, nós não estamos sabendo se eles têm lucro em cima ... bastante ou pouco ... se eles têm prejuízo, né? Agora, nós sabemos que nós estamos ganhando pouco, né?" (Grande produtor).

Os produtores não têm confiança na cooperativa em relação ao preço. Um produtor chegou a sugerir à pesquisadora que fizesse uma pesquisa na indústria, para verificar onde fica a diferença do preço do leite.

Também é bastante freqüente a queixa de que "o leite não é mais o que era", hoje o seu poder de compra é muito menor do que há alguns anos:

"... nós começamos na cooperativa há 12 anos. Com 10 litros, nós fazíamos compra tudo, e sobrava dinheiro pra casa, ração a gente comprava, hoje em dia..." :

"...hoje com 20 litros não chega mais nem pra fazer as compras como nós fazemos, em 12 anos atrás" (Casal de pequenos produtores).

As explicações que os produtores encontram para este fenômeno são duas: porque estão recebendo uma fatia menor pelo leite, e porque tudo está subindo devido à inflação. É interessante notar que a grande maioria dos produtores (excetuando os grandes) não tem conhecimento do preço pelo qual o leite está sendo vendido no mercado. Quando informados a respeito, a surpresa é grande devida à diferença de preço entre o que recebem e o valor pago pelo consumidor. Surpreende-se também pelo fato do leite subir de 2 a 3 vezes ao mês, sendo que para eles o reajuste é mensal. Aí também está presente a concepção de que o lucro fica na cooperativa e não com o varejista. Um produtor tenta explicar onde fica a diferença dizendo: "Com os atravessadores". Perguntado sobre quem são os atravessadores responde: "CRAVIL, EPAGRI, Cooperleite".

Outro ponto de descontentamento do produtor é em relação ao prazo de pagamento do leite pela cooperativa, que é de 42 dias do primeiro dia de entrega. Há a alegação de que, durante este período, todos os preços já subiram em função da inflação e eles não recebem o valor do leite corrigido. O que ameniza a situação é a medida presente nos supermercados da CRAVIL que permitem aos sócios fazerem compras até 70% do valor do leite entregue, após o dia 20 de cada mês, para ser pago somente quando receberem da cooperativa, no dia 12 do mês seguinte. Esta medida compensaria o atraso do pagamento:

"É, isso compensa mesmo, né? Se a gente vai numa outra casa pra comprar, agrícola, dia 20, eles não aceitam um cheque pro dia 12 do outro mês, né?" (Médio produtor).

Aqui a cooperativa é comparada com outros supermercados e é exaltada, sendo desconsiderado o fato de que eles,

associados, justamente não têm dinheiro para comprar antes do pagamento porque a cooperativa paga tarde - e pouco. Mas na comparação com outros supermercados, que não aceitam cheque para tantos dias, ela é melhor. Apesar do associado sentir-se distanciado da cooperativa em relação ao seu pouco poder de decisão, ela é "melhor" do que outras indústrias quando a elas comparada.

Por fim, um fato ao qual já nos referimos: a desconfiança que alguns produtores manifestam quanto ao fato da cooperativa adulterar o leite para pagar menos.

Até mesmo quanto à correta classificação do teor de gordura do leite, há queixas:

"... eles não pagam certo: eu vendi leite 5 anos na Chocoleite, né? Cinco anos na Chocoleite e meu leite nunca baixou de 4 gordura, nunca uma nota baixa de gordura. Quando eu comecei na CRAVIL, nunca chegam os 4! Óia, será que eles lá decerto também iam pagar mais?" (Médio produtor).

Este mesmo produtor queixa-se que nunca acha o encarregado da CRAVIL para reclamar: "por que o homem se esconde?". Também há desconfiança se a cooperativa paga corretamente o incentivo de leite resfriado:

"... deu três contos e pouco, acho que deu o litro, pelo menos o cara falou pra mim, eu não vi nada! Eu gosto de ver a nota, os caras falam e eles mentem muito, sabe? Mas ele falou que eram três contos e pouco a mais quando o leite é resfriado" (Medio produtor).

Não foi possível saber se esse descrédito que os produtores têm acerca da cooperativa é de longa data e de onde surgiu. Mas um fator bastante concreto que existe na atualidade, e que sem dúvida abalou a confiança que os produtores tinham na CRAVIL, é o endividamento pelo qual ela

passa. Este ponto foi colocado no quarto capítulo segundo a perspectiva da cooperativa. Veremos a seguir qual a visão dos associados.

#### **7.4. A Dívida da CRAVIL**

Um fator que contribuiu muito para a desconfiança em relação à cooperativa foi o fato dos associados não terem acompanhado o processo de seu endividamento. Quando ficaram sabendo, através de uma reunião, a dívida já estava estabelecida e aos associados caberia pagá-la, caso contrário a CRAVIL fecharia.

Os motivos que fizeram com que uma parte dos entrevistados não assinasse o pagamento da dívida variam: por medo de comprometer-se e não poder pagar; a não concordância com a dívida, fruto de má administração e o entendimento de que eles, agricultores, não tiveram nada a ver com isso, não sendo justo arcarem com a responsabilidade. Há, porém, uma forte concepção de que houve falta de seriedade por parte da diretoria e que alguém ficou com o dinheiro. Mas parte dos entrevistados, mesmo pensando com os mesmos critérios daqueles que não assinaram, aceitou assinar as promissórias porque "ruim com a CRAVIL, pior sem ela".

É interessante analisar como um produtor explica de que maneira, ao seu ver, ocorre um processo de endividamento:

"...em meio ano a cooperativa foi lá em cima com essa dívida que a gente, nós ... nós que somos burros, nem sabemos quanto dinheiro era. Entrou em dívida em meio ano, e de meio ano pra trás ela estava

bem! Então, se uma coisa vai à falência, vamos dizer, eu ... minhas vacas de leite não dão mais, não dão mais lucro, eu não vou em falência em dois, três meses, se ela deu lucro até hoje! Só se meu guri pega lá ... rouba uma coisa de mim, ou um outro que rouba, aí o negócio ... eu compro ração, 10 sacos, e 5 os vizinhos me roubam do rancho, então ali não deu; eu comprei o produto, precisa pagar mas eu não podia produzir ... botar na minha vaca pra ela produzir o lucro pra mim; assim deu na cooperativa. Então eu não sei aonde que deu o furo, mas lógico que aí deu furo, deu furo, quer dizer, não tem que dizer que não, deu furo. Então hoje, porque eles não cuidaram dos furos, nós coitados, nós vamos pagar a falha deles! Aí também não, aí dói também! Porque se dá um furo na nossa propriedade aqui, que não deu, e a gente vai lá na CRAVIL: "escute aqui o negócio, deu uma falha lá assim..." - "rah! te lixa, não cuidaste, te lixa!" - Agora, eles deu descuido, agora nós somos obrigados a pagar isso aí" (Médio produtor).

Já que a dívida apareceu repentinamente para o produtor, ele não tem muitos elementos para pensar a seu respeito se não for lançando mão da realidade mais concreta que possui, que é justamente tentar compreender o endividamento a partir de um paralelo com sua própria atividade. O fato é que a cooperativa omitiu de seus associados sua real situação, abrindo assim, quando a dívida veio à tona, um leque de desconfianças. Evidencia-se também, um grande sentimento de distanciamento do produtor em relação à cooperativa: se dá um "furo" na "nossa" propriedade, a cooperativa não se responsabiliza, mas se dá um "furo" no negócio "deles", são os produtores que precisam se responsabilizar. Esse distanciamento é bastante evidenciado, principalmente quando há margem para desconfianças acerca da seriedade da CRAVIL.

Os associados não têm clareza acerca de como a dívida foi contraída. Em conversa com alguns produtores, eles tentam explicar:

R-"Olha, uma vez disseram que é porque eles começaram a querer, como é que se diz, que ela ficasse muito grande. Aí que eles viram que estava dando tudo tão certo, né, começaram a ir pra frente com arroz, mais pra baixo em Ascurra, e adiante assim, né, Timbó. Por tudo quase já existe a CRAVIL, e depois disseram que daí viram que



tava dando tudo tão certo e inventaram de comprar umas terras em Mato Grosso, e foi ali que deu o furo. Dizem que entrou aquele plano Collor e foi ali que deu esse problema. Outros dizem que alguém roubou lá dentro. E afinal de contas, o que é e o que não é...";

P- "Vocês não sabem dizer?"

R-"Não sabemos direito, os associados não sabem. Porque quando eles viram que tava falindo, eles, ao invés de chegarem nas reuniões e comunicar aos associados, ninguém disse nada, tentaram assim, e vira e mexe, coisa, quando eles viram que tinha ido tudo pro brejo, então começaram...";

R-"...pedir pelo amor de Deus pra ajudar..." (Micro produtores).

A concepção mais comum do agricultor que está pagando a dívida, é que ele está "tendo que ajudar". E aí reside uma diferença importante entre a CRAVIL e os associados: enquanto para aquela, é ao associado que cabe o pagamento da dívida, que foi realizada em função de investimentos que beneficiam aos associados, este sente que está prestando um favor, ajudando. Isto é, ele não está se identificando com a cooperativa, há uma distância entre ambas, visto haver uma diferença significativa entre se responsabilizar pelo que é "nosso", e ajudar "o outro". Paralelamente, há uma concepção de que "é errado pagar a dívida dos outros". Também o sentimento de estar tirando um dinheiro que poderia estar sendo aplicado em sua propriedade:

"Às vezes a gente podia melhorar alguma coisa na propriedade da gente, a gente tinha que deixar lá o dinheiro, né? Tem que deixar ainda, né?" (Médio produtor).

O produtor não sente estar investindo em algo que é dele. Ao contrário, ele está tirando do dele para ajudar a cooperativa. Há o sentimento, também, que se fosse para injetar dinheiro com a finalidade de construir alguma coisa, o significado seria outro. Mas injetar dinheiro para pagar uma dívida que se deveu a um "furo da diretoria" e que eles,

produtores, não participaram de nada, o sentimento de pena em pagar é maior.

Mas isto tudo é válido para compreendermos a perspectiva dos produtores quando o objeto com o qual se relacionam é a dívida e sua alienação neste processo. A perspectiva muda, porém, quando o objeto em questão são os benefícios que eles obtêm da cooperativa. Existe uma unanimidade entre os produtores: a CRAVIL é indispensável para se continuar produzindo leite na região. Sem ela, a maioria dos produtores diz que sairia do ramo e, talvez, do campo. É por isso que é comum o jargão: "ruim com a CRAVIL, pior sem ela". Aí a identidade com a cooperativa aparece tão forte, a ponto de fazê-los pagar a dívida para ela não falir:

"É nossa, a gente tem que lutar pelo o que é da gente, né?" (Médio produtor).

"Então nós agora estamos pagando a dívida que os outros fizeram; eu achei uma coisa muito errada. mas qualquer coisa pra nós termos o posto aí, vamos brigar" (Micro produtor).

O grande receio da CRAVIL fechar é o risco do produtor não ter mais para quem vender seu leite, como acontecia antes de sua fundação. Os produtores mais velhos colocam que, anteriormente, vendiam seus produtos quando os comerciantes vinham buscar e queriam levar. Como o produtor não tinha outra opção, o comerciante fazia seu preço, que em geral era baixo. Desta forma, ou vendia por um preço muito baixo, ou o produto ficava estocado no rancho e apodrecia. Com a abertura da CRAVIL, além da segurança da colocação de seu produto, também proporcionou a segurança do preço, pois, ela oferece um preço maior, atualmente, forçando as concorrentes a manterem o preço.

A presença da CRAVIL é fundamental para "segurar" o preço, num contexto de concorrência. Se ela falisse, os produtores temem que as concorrentes diminuiriam seu preço e os atravessadores explorariam novamente.

"É, manter, ah é, enquanto tiver condições, o que puder fazer ... tem gente que diz que não dá, que não sei o quê, então eu sempre pergunto cada vez, há 4, 5 anos eu planto, eu, tudo o que produzi eu só vendi pra CRAVIL, só. Mas nem um saco fora, não era vendido nada. Desde o leite, era feijão, era milho, era tudo. E deu pra se assentar na vida, um pouco, né?" (Médio produtor).

Pode-se perceber a fidelidade à cooperativa, quando o produtor só vendia para a CRAVIL, "nem um saco fora". E essa questão de não "desviar" o produto para a concorrente é o que explica, para uma parte dos produtores, a diferença entre produtor A e B, assumindo uma concepção concordante com a cooperativa: o produtor A é o "bom filho", aquele que não desvia nada, cumpre todos seus compromissos em dia e assumiu a dívida. O B é o "oportunista", aquele que desvia o produto para o concorrente se este lhe oferece um melhor preço e não assumiu a dívida. Mas boa parte dos entrevistados não sabia explicar bem o porquê dessa divisão. Havia a suposição que ela correspondia ao tipo de leite entregue (A, B ou C) e no caso, haveria também o produtor "C". Quando perguntados se tinha relação com o comprometimento de pagar a dívida, muitos negaram. Mas há também uma parcela que sabia dessa relação e assumiam posição contrária à possibilidade de exclusão dos sócios B, por acharem injusto eliminarem quem não concorda em pagar uma dívida cuja origem coloca em dúvida a honestidade dos diretores. Um ponto muito falado é a falta de entendimento de como a cooperativa mudou tanto:

"Aquela época nós ganhávamos 60% o preço do mercado, em 3 em 3 meses o lucro que a cooperativa tinha, ela repassava para o produtor, né? Então, imagina a ... ganhando 60%, ainda o lucro ela repartia pra gente. Hoje, nós ganhamos na base, vamos supor, de 40% ... mas nem dá isso, né? Não repassa mais nada de lucro pra nós, só nós ainda pagamos. Então, por causa disso é que eu digo, eu não sei onde é que tá errado aí no meio, aonde que tá errado, porque antes, com os 60% que nós ganhávamos, ainda dava lucro pra cooperativa lá em cima, né? Hoje é ... nós estamos com o lucro de ... pequeno e ainda a cooperativa não repassa mais lucro nenhum, né? Nós, pro fim ainda temos que pagar em cima, somos obrigados a pagar em cima ..."  
(Médio produtor).

É interessante perceber que o agricultor refere-se ao lucro proporcionado à cooperativa como se fosse para o "pessoal lá em cima", numa alusão de que o associado está "lá em baixo". Mas mesmo com todas essas contrariedades, ainda vale mais a pena reerguer a CRAVIL do que mudar de firma:

"Ah, sim, porque essa pelo menos são anos que a gente tá, é uma firma que mais ou menos se conhece. O cara investir em cima de uma outra firma nova que aparecer, eu acho que é mais difícil, né, mais difícil. A CRAVIL pode ter os defeitos lá, se os diretores deram uma bobeira, sei lá o que aconteceu, mas eu sempre acho que foi muito útil pra nós, e muito" (Médio produtor).

"... a gente é fiel, e daí então o cara investiu ali, é a mesma coisa que investir numa propriedade; então eu tenho investimento dentro da cooperativa, então eu entrego pra lá pra ver se um dia vem o retorno, né? (Grande produtor).

Mesmo com as dificuldades na CRAVIL, não vale a pena mudar de firma, pois essa já é conhecida, "é nossa" e tem investimentos. Mesmo porque as outras indústrias, no entendimento dos agricultores, não são tão diferentes dela. Apesar do agricultor não acreditar que irá receber o dinheiro da dívida de volta, como foi prometido. Um casal conta como a cooperativa veio pedir para sanar a dívida:

"Mas acontece que quando eles vieram fazer o pedido assim, que mais era pra validar assim como que pro banco fazer esses empréstimos, e talvez, se a coisa andasse direitinho, não precisaria pagar, que só a gente tinha que fazer isso lá pra garantir pros bancos, né? E depois, quando foi agora a hora de pagar, isso é outra história ...",

"Tudo lembrança ...";

"Pra pegar direitinho (...);

"Eles disseram que esse dinheiro vai cair pra nós com retorno, o dinheiro e o juro, do dia que nós quisermos pagar até o final, e depois é tudo pago e não sei o quê, nós vamos receber de volta, mas isso aqui (...), se foi ..." (Casal de micro produtores).

Há a sensação de que caíram na "armadilha" da cooperativa, na "lavagem cerebral" que ela faz. E com isso, a sensação de perda de liberdade:

"Mas agora são dois anos que nós estamos amarrados, dois anos. Primeiro nós éramos livres. Nós éramos, até nós gozávamos daqueles que trabalhavam em firma, dizíamos: 'coitados daqueles da firma, que estão lá amarrados, têm que olhar no relógio e coisa e outra' - agora inverteu, hoje eles vêm pra cima de nós" (Micro produtor).

Também existe a acusação dirigida aos produtores que não arcaram com a dívida, deixando um maior montante para ser dividido entre os outros. Há, ainda, o descontentamento por parte dos associados que atingem a idade da aposentadoria e desejam sair da sociedade, recebendo o dinheiro que lhes é devido da capitalização, porém não irão recebê-lo até que a dívida esteja sanada.

É interessante colocar alguma coisa referente ao fato de que quando perguntados se estão satisfeitos com a cooperativa e como ela deveria ser, é comum a referência de que a CRAVIL ficou muito grande, afastando-se dos associados e não os beneficiando mais como deveria ser. Ela deveria ser dividida em várias para poder beneficiar mais os associados. Deveria também, ela própria fazer o papel de compradora e vendedora dos produtos dos colonos e não repassar para outra (a Central), como ocorre com o leite. É claro que as principais queixas são

quanto ao preço pago: ela poderia pagar mais, assim como não descontar tanto frete. E a dívida, sempre presente.

É notório que nas menores faixas produtivas maior é o descontentamento com a CRAVIL, principalmente quanto aos baixos preços e à preferência aos grandes. Segundo esses associados, a CRAVIL deveria ouvir o que o sócio tem a dizer e não só exigir do associado que aumente a produção. Também deveria ter mais técnicos, que atendessem rapidamente quando solicitados.

Apesar das críticas, os entrevistados ressaltaram positivamente alguns pontos. O motivo maior de satisfação é a certeza de colocação do produto e, apesar de baixo, a um preço mantido pela concorrência. Há satisfação, também, quando o colono está aumentando a produção de leite, diminuindo a de fumo, por causa da ajuda que a cooperativa proporciona a quem quer investir. Outra fonte de contentamento é o plano "troca-troca": a cooperativa fornece calcário e novilhas holandesas para serem pagos em equivalente leite.

Por algumas vezes a cooperativa foi comparada ao Brasil, numa alusão de descrédito, à falta de seriedade:

"... só os grandes que têm dinheiro, quem tem poder mandam em tudo, é que nem o Brasil, mesma coisa (...). o pobre cada vez mais pobre, e o rico cada vez mais rico" (Pequena produtora).

"A CRAVIL é que nem o Brasil, o grande cresce e o pequeno é esmagado. O grande pode até roubar e eles dão um jeitinho. mas o pequeno é massacrado" (Micro produtora).

"Por que o Brasil tá desse jeito? Por que o Brasil tá só saindo fora atrás de dinheiro? Porque aquele dinheiro que está aqui eles botam no bolso deles (...). Agora vê, por que o pequeno tá preso? Se fosse um de nós, aonde é que nós estaríamos? É assim o Brasil. E assim a cooperativa" (Média produtora).

## 7.5. As Reuniões

Talvez um dos aspectos mais reveladores do quanto o produtor sente-se distante de "sua" cooperativa é referente à participação nas reuniões que a CRAVIL faz com eles, para discutir assuntos internos. Não pela quantidade, mas pela qualidade das respostas. De 27 respostas, 17 foram afirmativas, no sentido da participação nas reuniões, mesmo que não em todas, geralmente a presença sendo mais certa quando as reuniões são na comunidade e à noite. A primeira circunstância deve-se à dificuldade de transporte, visto a maior parte dos agricultores não possuir carro próprio. A segunda refere-se à dificuldade de interromper o trabalho para ir à reunião. E 10 respostas foram negativas, isto é, não há a participação nas reuniões. Os que vão concentram-se nos estratos dos grandes e médios produtores, enquanto que os que não vão concentram-se nos pequenos e micros. O fator qualitativo que apontamos é que a ausência dos menores produtores embasa-se em sua compreensão de que "não adianta" ir, por não acreditarem que possam mudar alguma coisa. Segundo esses produtores, tudo já vem decidido às reuniões e os agricultores, não tendo estudo "como eles", não sabendo falar tão bem "como eles", são facilmente sobrepujados, calados: "um colono fala daí cinco ficam quietos":

"... a gente tem medo de falar, porque a gente não tem aquele estudo pra falar com eles como a gente precisava falar, então a gente fala no ritmo da gente, né? (...) Porque eles falam na gramática e se a gente acha coisa errada, eles são estudados, então eles passam por cima da gente de novo e tampam a gente de novo, então a gente fica atrás de novo ..." (Médio produtor).

"Não vou porque pouco resolve. Eles escutam o que o cara fala, mas resolver um problema que a gente fala eles não resolvem nunca. Então não adianta ir lá, por que ir lá? Só pra ocupar lugar? Então não

adianta (...). Não quero falar mal da CRAVIL, de ninguém, nem da CRAVIL, só que eu não vou em reunião porque não resolve" (Pequeno produtor).

"... aí a gente explica alguma coisa certa e eles não ... nem escutam a gente, aí a gente explica o certo, e eles ficam: 'depois nós vamos debater esse teu pedacinho ali', e não tem volta. É que a gente não tem cultura e eles têm, claro que eles passam por cima (...). Só vale o que eles dizem, o que nós falamos não vale nada, então, por causa disso aí que eu não vou" (micro produtor).

Há dois pontos a levantar: o primeiro é quanto a não participação do produtor nas reuniões porque "eles não resolvem nunca". Concretamente, esse sentimento de impotência leva o produtor a não mais participar. Mas ao mesmo tempo, não indo mais, ele entrega o poder de decisão à cooperativa, afastando-se ainda mais das decisões. Ou seja, não se identificando com a cooperativa, devido à sua falta de poder, o associado participa cada vez menos das decisões, diminuindo progressivamente sua identificação com a CRAVIL. O produtor, no concreto, sofre a situação e age sobre ela, construindo aquela realidade, mesmo na passividade. Ou seja, ele se cumplicia com a situação vivenciada se tornando passivo nela, e assim, não tendo atitudes que pudessem concretamente modificá-la. Mas ele não se vê construindo, se vê apenas sofrendo a situação e tomando a única decisão sensata para ele: deixando de comparecer.

O segundo ponto, que se relaciona ao anterior, é o poder dos representantes da CRAVIL que deriva do seu "saber", do fato de terem estudado. "Saber é poder"! O produtor sente-se sem condições de dialogar com aquele que é instruído, que teve acesso ao estudo; tem medo de se colocar, sente que é por aí que é dominado, "passado por cima". O produtor, várias vezes usa a expressão "eu que sou burro", "não tive estudo" ... porém, ele tem sua própria compreensão de mundo. Mas a lógica



do modelo produtivista, encarnada pela cooperativa, tem a força de fazê-lo sentir-se "burro", "sem instrução". É bastante notório o uso que a cooperativa faz disso: afirma que a baixa escolaridade do produtor impede-o de ser mais eficiente em sua produção e de compreender o porquê da cooperativa agir de determinada forma. O produtor também faz referência à sua "burrice", "falta de instrução", mas quando coloca seu ponto de vista diante das situações, demonstra sua própria coerência, uma vez que reconstrói as situações concretas em que vive. Para o produtor, o mundo é imediato: ele sente o que vive, o que sofre. Reclama do preço do leite, da diferença do preço, da dívida, porque está sentindo suas conseqüências; ou, ao contrário, é a favor dos incentivos quando é beneficiado por eles. Talvez se não sofressem essas situações, nem se dariam conta delas, mesmo que existissem na "sua cooperativa" - não fariam parte de seu mundo, estariam longe dele. Assim como a cooperativa não faz parte de seu mundo enquanto sendo "dele", porque a sente distante. A não ser quando é para assegurar sua manutenção, pagando a dívida. Porque sem ela, as conseqüências para ele seriam muito ruins. Mas ela está longe dele quando o assunto é ter poder para modificá-la. O sentimento de propriedade sobre a cooperativa não existe quanto a esse ponto. E não poderia existir, visto as condições concretas vivenciadas pelo associado: ele não decide nada, nem preço, nem incentivos, frete, leite de excesso, não sabe o caminho que seu leite faz desde o momento da entrega até a sua saída da indústria e sua colocação no supermercado. Não sabe os custos envolvidos, a lógica do cálculo realizado para estipular o valor que lhe cabe; não soube do processo de endividamento que lhe coube

sanar, não entende a separação entre associados A e B, nem a paralisação do pagamento das cotas devidas a quem sai da sociedade até que a dívida seja quitada. A alienação, portanto, do produtor em relação à "sua cooperativa" é evidente.

O curioso é que, por parte da cooperativa, é o associado quem decidiu tudo por assembléias gerais: o pagamento da dívida, a separação dos associados em A e B, o cancelamento temporário do pagamento das cotas a quem sai. Para a cooperativa, todo o processo foi "transparente" ao associado. É ele que não se sente seu dono. E o grande mérito que a cooperativa se outorga são suas reuniões e assembléias, onde se efetuará essa transparência. O problema é que o associado não se interessa. Por parte do associado, ele não se interessa porque "não adianta". E refere-se às reuniões como cenários da dominação que sofre.

Podemos então, levantar um ponto curioso: por que os associados chegam a aprovar tantas medidas que eles próprios, posteriormente, sentem ser contrárias a eles? Como chegam a ocorrer essas decisões, que para a cooperativa é um sinal de sua transparência e para o associado, é sentida como maléfica a ele, ou mesmo incompreensível?

É importante lembrar que, já que apontamos que o produtor decide muitas vezes com base em sua realidade mais próxima, as decisões da cooperativa não parecem ser tomadas de uma outra forma. Ela decide o preço, o frete, o leite de excesso, o pagamento da dívida de acordo com o lugar em que ocupa na situação, assim como o associado. O que ocorre é que

eles situam-se em lugares diferentes, ficando, no entanto, os maiores produtores bem mais próximos à cooperativa do que os menores produtores. Isto no que se refere às medidas onde os interesses entre a cooperativa e esta parcela de produtores são os mesmos: aumentar os investimentos e a produção. Onde não o são - preço e dívida - a identidade maior é com os demais produtores.

Podemos, então, refletir sobre o papel que as cooperativas, em geral, desempenham em nossa sociedade.

Segundo FREDERICQ (1982), existem - analisando especificamente o produto leite - cooperativas regionais independentes, as que são filiadas à cooperativas centrais, e as ligadas às empresas privadas de transformação. As cooperativas centrais, o caso de nosso estudo, começaram, segundo a autora, a disputar o mercado com as grandes empresas transnacionais, adaptando-se à estrutura econômica como se fossem empresas capitalistas, melhorando sua capacidade competitiva. Nesse sentido, corroboraram a tendência do setor leiteiro de produção de derivados de leite, destinados às classes sociais mais privilegiadas, contando com um sistema de *marketing* muito eficiente.

As cooperativas regionais geralmente entregam o leite "in natura" para ser industrializado nas centrais. Isto faz com que as centrais obtenham uma margem de lucro que as capacita a concorrer com empresas privadas. Por isto pode acontecer que as centrais apresentem lucros e as regionais tenham uma situação precária: estas são apenas intermediárias no processo de

captação de excedentes para as centrais, processo este igual a qualquer outra empresa. Mas no caso das centrais, isto ocorre através tanto dos produtores rurais, como através das cooperativas regionais.

Para FREDERICQ, os conflitos entre centrais e regionais precisam ser entendidos a partir das relações de dependência que as caracterizam: a diretoria da central é escolhida por representantes das regionais, que participam, compulsoriamente, do capital da central. As regionais dependem da central para o transporte e comercialização de sua produção. A autora coloca que...

"... dentro desse quadro, não é de se estranhar que o cooperativismo leiteiro apresente um dos principais problemas do sistema associativo brasileiro em geral, o problema da não participação e da não identificação dos cooperados" (FRIEDERICQ, 1982, p.134).

Assim, a autora estabelece uma relação entre a estrutura organizativa das cooperativas regionais e centrais e a não identificação dos associados à elas. Como as regionais são subordinadas às centrais quanto à comercialização do produto e sendo estas concorrentes das indústrias privadas, a lógica do sistema é o lucro, como em qualquer empresa capitalista<sup>1</sup>. E nesse contexto, com o comportamento da cooperativa sendo o mesmo que uma empresa privada, o cooperado não vivencia uma situação de "dono" da empresa, sentindo-se numa posição desprevilegiada em relação a ela:

---

<sup>1</sup> É interessante notar, no que se refere à semelhança da cooperativa a qualquer empresa comercializadora de leite, que muitos aspectos por nós encontrados a respeito da relação produtor/cooperativa, foram encontrados também por FRIEDERICQ em relação aos produtores que fornecem leite à Nestlé, maior multinacional do setor de derivados de leite no Brasil. Esses aspectos são os financiamentos aos produtores para efetivarem melhorias na propriedade - através de pagamento em produto leite - assistência técnica dada nas reuniões; o sistema de linhas de leite, com o frete sendo descontado do produtor; a idéia passada para o produtor de que o que é bom para a agroindústria, também é bom para ele.

"A necessidade de se adaptar às exigências de um mercado liderado por corporações de capital altamente concentrado e a conseqüente escolha, pelas cooperativas centrais, de um esquema fortemente empresarial, entra em choque com a difusão da ideologia cooperativista entre seus associados: se o fortalecimento do sistema de cooperativas se faz por sua transformação em empresas capitalistas cada vez mais concentradas, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua conseqüente participação associativa" (FRIEDERICQ, 1982, p.135).

Na mesma linha de raciocínio da citação anterior, temos o que um grande produtor entrevistado em nossa pesquisa coloca a respeito do tamanho da cooperativa, que aumentou muito:

"... o presidente da cooperativa, ele perde a visão de benefícios dos associados e a cooperativa passa a ser organismo vivo. Então é mais importante a preservação, é ... ou seja, o lucro da cooperativa do que o do associado. E a gente esquece que a cooperativa foi feita em função do associado" (Grande produtor).

## **CAPÍTULO 8 - A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES SOBRE SUA CONDIÇÃO**

Neste capítulo abordaremos as significações dos agricultores sobre aspectos de sua vida que os definem enquanto tais. Tentaremos compreender sua perspectiva sobre sua própria situação, através de reflexões que remetem à categoria em geral. Na primeira parte do capítulo, trabalhamos basicamente com três questões, que foram formuladas aos entrevistados com o objetivo de cercar esta compreensão: a quem o agricultor atribui as diferenças sócio-econômicas existentes em sua categoria; se acredita que um pequeno agricultor pode tornar-se grande; como explica a migração de agricultores para a cidade. Como é fundamental a compreensão destas questões frente ao estrato produtivo a que pertencem os produtores, a fim de verificarmos se o lugar diferenciado que ocupam na escala produtiva é ou não uma mediação importante na construção destes significados, esta primeira parte está dividida entre os quatro estratos.

A segunda parte deste capítulo refere-se à maneira como os agricultores estão compreendendo o MERCOSUL. Buscar sua perspectiva sobre essa questão faz-se importante, uma vez que, a integração de mercados está aos poucos se tornando realidade no meio rural brasileiro, a fim de compará-la com a perspectiva do modelo oficial de eficiência presente nas significações dos técnicos, como vimos no capítulo 5. Com isso procuramos compor o cenário de semelhanças e diferenças entre as categorias que formam o meio rural brasileiro.

A terceira parte refere-se à questão da herança, no sentido de buscar compreender que futuro esses produtores rurais querem para seus filhos - que continuem seu caminho enquanto agricultores ou lhes desejam outra forma de vida. Ou seja, como está sendo desenhada a reprodução camponesa.

### **8.1. A Relação com a Categoria dos Agricultores**

As respostas obtidas dos agricultores foram posteriormente catalogadas em três categorias, a fim de possibilitar uma maior compreensão. A divisão deu-se em termos de respostas obtidas de cunho estrutural, pessoal, e o que chamamos de combinadas. Isto quer dizer que houve respostas que atribuíam os motivos dos problemas levantados a fatores estritamente pessoais dos agricultores, outras que atribuíam a motivos estruturais apenas e ainda as que combinavam ambos.

#### **- Os Grandes Produtores**

Em relação à questão de como entendem as diferenças entre os estratos produtivos, de 8 respostas, 1 enquadra-se em motivos estruturais: o produtor entende que quem planta só fumo está em piores condições do que quem diversifica a produção, pois a renda do fumo não é suficiente para manter a família durante o ano inteiro. Três respostas enquadraram-se em motivos pessoais: falta de orientação, de vontade de trabalhar, de ambição, de eficiência e de interesse. E 4 respostas foram combinadas: ao mesmo tempo que explicavam os motivos baseados

em fatores pessoais, como "falta de cabeça", de "capricho"<sup>1</sup>, de trabalho, de interesse, de capacidade, também os explicavam mediante fatores estruturais, como o baixo preço que o agricultor recebe pelos seus produtos, falta de mão-de-obra para trabalhar, baixo poder aquisitivo do agricultor - fator que limita os investimentos necessários para crescer.

Na pergunta referente a haver ou não a possibilidade de um pequeno produtor vir a se tornar grande, de 7 respostas, 2 foram no sentido de considerar essa possibilidade difícil, uma vez que o pequeno só pode crescer se tiver terra suficiente, de boa qualidade e com uma topografia adequada à agropecuária. Como a topografia da região é muito acidentada, dificultando o seu aproveitamento, o agricultor teria que ter muita terra para poder ter uma boa produção, o que não é o mais comum no lugar, onde as propriedades são pequenas. Para comprar mais terras está difícil, pois ela é escassa e cara. Também há a referência de que é difícil para um casal novo começar no campo se não tiver uma ajuda dos pais<sup>2</sup>, não só em relação à terra, embora ela seja o principal, mas também a tudo o que é necessário para se trabalhar no campo. Desse modo, para quem já está "colocado" é mais fácil ir adiante, mas para "quem não teve um começo de casa", é muito difícil, principalmente porque não pode recorrer mais ao banco, como antigamente, pois se for para pagar os

---

<sup>1</sup> "Falta de cabeça" para o produtor, é no sentido de faltar conhecimentos da atividade. E "faltar capricho", significa o produtor não ter os cuidados adequados com o gado, como o melhoramento racial e alimentação correta. Porém, a falta de ração não significa "falta de capricho", pois é um fator encarecedor da atividade e o produtor deve saber quando compensa investir. O capricho está relacionado com o planejamento, a organização da unidade produtiva, a fim de conseguir um equilíbrio em si interior.

<sup>2</sup> A "ajuda dos pais", ou "começo de vida" refere-se à herança que cabe a cada filho e que geralmente é recebida quando se casa. A herança é muito variada, como veremos na última parte deste capítulo: constitui-se desde uma casa e um pedaço de terra para o casal iniciar a vida, ou mesmo de uma vaca de leite para iniciar a atividade leiteira.



juros, o produtor "se acaba de vez". Mas foi o fator terra que apareceu como o maior limitante para o agricultor poder crescer, tanto nessas duas respostas, como nas 3 que foram dadas combinando motivos estruturais e pessoais. Estas três respostas também se embasaram nos aspectos pessoais, no interesse que o agricultor precisa ter na atividade, assim como na quantidade de trabalho, sendo possível, deste modo, crescer, pois "o grande produtor veio do pequeno". E 2 respostas concentraram-se em motivos pessoais apenas: vontade, esforço, ambição.

Quando perguntados a respeito do contingente de pessoas que saem do campo para a cidade, de 7 respostas, 3 enquadraram-se em fatores estruturais: as pessoas tiveram que fazer dívidas para começarem a produzir e não conseguiram pagar, devido aos altos juros cobrados pelo banco; e devido também às maiores facilidades encontradas na cidade, principalmente porque lá trabalha-se menos: oito horas por dia, com finais de semana e feriados livres, diferente do campo:

"... que na lavoura, se for pra trabalhar que nem trabalha na cidade, olha, acho que chegava a passar fome" (Grande produtora).

Neste estrato, fica mais evidente do que nos demais, embora ainda não seja a posição da maioria, a concepção de que na cidade é mais fácil começar a vida. Além de se trabalhar menos, o assalariado não precisa adquirir as ferramentas de trabalho, ele "leva" apenas sua mão-de-obra. Então, se tiver "uma meia-água" para morar e um emprego, é mais fácil começar do que no campo, onde precisa adquirir terra, animais, insumos e ferramentas, "porque só na enxada, na roça não sobrevive e,

até conseguir tudo, é mais negócio começar na cidade". Para esses produtores, deste modo, a cidade aparece como uma alternativa às dificuldades no campo. Dizem conhecer pessoas que migraram e hoje estão numa melhor situação do que antes. Três respostas embasaram-se em motivos pessoais: falta de atualização do agricultor quanto aos processos produtivos, permanecendo na maneira tradicional de produzir; falta de eficiência e de vontade de trabalhar; a alusão a que o produtor gasta o dinheiro do financiamento em outras coisas que não na lavoura, caracterizando uma irresponsabilidade, ou até mesmo "malandragem", não conseguindo, depois, cumprir os compromissos com o banco, perdendo a terra para ele. E 1 resposta apresentou ambos fatores: o agricultor, na ânsia de melhorar rapidamente sua produção, investe o que não tem, fazendo um financiamento maior do que pode pagar. O entrevistado atribui o fracasso do agricultor tanto ao fato de que os insumos agrícolas estão muito caros, como à sua falta de planejamento.

O que é importante marcar, é que essas respostas não são lineares, ou seja, na mesma entrevista eram dadas explicações que direcionavam tanto para atributos pessoais como para estruturais. Por exemplo, era comum o entrevistado dizer que a diferença entre os produtores se devia ao "capricho" dos maiores e à falta dele aos menores, mas quando perguntados sobre o que era necessário para um pequeno ascender, a resposta girava em torno de ter mais terra, que sem terra é impossível crescer, que para comprá-la é difícil, pois quem tem propriedade pequena produz pouco e não consegue economizar o

suficiente. Também era comum o produtor explicar a diferença entre produtores com base nas melhores condições que o grande já possui, podendo investir e, assim, produzir mais. Porém, e quando perguntados sobre o que era necessário para o pequeno crescer, a resposta era "ser mais caprichoso". Este fenômeno ocorreu com muita frequência, em todos os tipos de perguntas e em todos os estratos, não só nos grandes. Evidencia-se, pois, que o produtor vai construindo suas significações mediante um quadro de referências contraditório.

Uma dessas contradições ocorreu com uma família de grandes produtores. Perguntados a respeito do que o agricultor precisa para ser eficiente<sup>3</sup>, o filho responde que precisa de tecnologia. O pai, que já havia colocado que o produtor só cresce quando tem terra suficiente, diz que para conseguir produzir dentro da tecnologia é necessário ter eficiência, o que acha que falta para eles:

"Tem outra questão, pra ser bem eficiente ... que nem nós, não temos trator, mas talvez falte eficiência pra conseguir uma máquina, às vezes ... a gente ... às vezes, ou fazer financiamento, ou estudar um meio pra conseguir, pra evoluir mais, né? Talvez falte ainda pra nós, porque tem muitos que têm facilidades e ... conseguem as coisas sem ...também às vezes falta coragem, né?" (Grande produtor).

Este produtor, mesmo tendo durante a entrevista se referido às dificuldades do pequeno produzir (apesar de pertencer ao estrato dos grandes produtores em nossa amostra, ele se considera pequeno produtor), ao explicar o que é ser eficiente, ele se denomina ineficiente por não ter um padrão tecnológico adequado. A esposa lembra que isto se deveu à falta

---

<sup>3</sup> A pergunta sobre eficiência não foi feita para todos os agricultores, devido ao fato de irmos percebendo, no decorrer das entrevistas, que esse é um termo não familiar para sua grande maioria. Tentamos, então, "cercar" a questão por outros meios.

de dinheiro, para, por exemplo, melhorar o plantel, pois nunca sobrava muito para investir. Mas ele não concorda:

"Não, até que ... dava, falta, falta de estudo ou falta planejamento ... a gente às vezes planeja, mas não faz o que planeja, fica um pouco de lado e às vezes acha que tá fazendo certo e tá fazendo errado ... às vezes no cruzamento do gado também ... a gente acha que faz um cruzamento ... acha que melhora e depois...e depois, quando vêm os bezerrinhos não melhora, piora ... e às vezes também faz inseminação e acha que tá melhorando e tá piorando" (Grande produtor).

É curioso que mesmo esse produtor que toma alguns cuidados necessários à produção leiteira, em não dando certo, ele se sente ineficiente. Nem todos os produtores estão acostumados com o uso do termo eficiência. Os que o fazem, utilizam o sentido dado pela cooperativa. É o caso deste mesmo produtor, ao definir quem é o agricultor que tem êxito:

"E primeiro lugar porque eles trabalham e gostam do trabalho, gostam da atividade. É isso. E que eles crescem mais, isso aí é porque tem mais eficiência no serviço, o ... da cooperativa sempre diz: "mais eficientes vão pra frente, os outros ficam parados" (Grande produtor).

Pode-se começar a entender a "confusão" em que vive o produtor: quando em relação com suas dificuldades concretas para produzir, ele atribui seus insucessos às dificuldades estruturais: ao baixo preço do leite, à cooperativa, ao alto preço dos insumos, à falta de terra, falta de mão-de-obra, etc. Mesmo que atribua o insucesso de outros produtores à "falta de capricho", é muito raro ele atribuir a si mesmo este fator. Uma atribuição negativa a ele próprio ocorre quando tem como objeto de reflexão o padrão de eficiência e produtividade oficial, que chega a ele através da cooperativa. Aí sim, "só vai pra frente quem é eficiente". Se ele não consegue crescer, é porque não o é. E o produtor consegue então, montar uma compreensão a respeito de si próprio com os critérios do modelo

oficial. Um outro produtor fala dos problemas da mesma forma como são colocados pela cooperativa:

"O produtor hoje tem que calcular tudo antes de começar produzir, né, pra ver se vai dar lucro ou não vai dar. Hoje mesmo, o produtor tem que ser um pequeno empresário pra manejar uma propriedade, se não o cara não vai mais pra frente" (Grande produtor).

Voltaremos a analisar esses pontos - a contradição entre a lógica do produtor e o modelo de eficiência que ele encontra na cooperativa - mais adiante, após termos colocado a perspectiva dos demais estratos de agricultores.

### - Os Médios Produtores

Quanto à primeira pergunta analisada, relativa às causas que os produtores atribuem às diferenças existentes entre eles enquanto categoria, das 9 respostas obtidas, 6 foram respondidas combinando fatores pessoais e estruturais, sendo que foi dentre os médios que este tipo de resposta combinando fatores mais apareceu. Ao lado de fatores como a dificuldade de começar a vida no campo sem ajuda dos pais, devido aos investimentos necessários e aos juros muito altos; à falta de mão-de-obra e ao fato de se plantar apenas fumo, a concepção a respeito do "capricho" dos que têm êxito e a falta dele dos que não têm continua sendo uma atribuição muito freqüente. Ao lado do capricho estão o interesse do agricultor no trabalho e a vontade de trabalhar. Essas atribuições pessoais, no sentido de que "trabalhando se vai adiante", é comum, portanto, mesmo não sendo sustentada no decorrer de todo o discurso.

"... se a gente trabalhar, levar a vida a sério, então o camarada sempre vai, um pouco pra frente ele vai, meio mal mas ele vai. Mas se eu, sábado de tarde ... sábado não quero fazer mais nada, domingo nem se fala, não quero fazer mais nada ... só gastar ... eu vou ali no vizinho, tem uma cancha de bocha, eu vou jogar bocha, eu vou tomar

cerveja ... agora, imagina quantos litros de leite eu não preciso hoje vender pra tomar uma cerveja ... " (Médio produtor).

Ou seja, o produtor "que fica para trás", é aquele que não quer trabalhar, gasta dinheiro em bobagens - em geral, em "pinga" e jogo - e é "relaxado", ou seja, "não capricha". Mesmo levantando a questão do baixo preço do leite, há uma insistência em compreender os êxitos e fracassos em termos pessoais. Houve uma única resposta, dentre as nove, que atribui o fato somente a motivos pessoais do agricultor. E 2 respostas direcionam-se para fatores estruturais apenas: depende do tamanho e tipo da terra, se a terra foi ganha como herança ou se foi preciso comprar (porque do leite não "sobra" para comprar terras), tendo vantagem quem teve um "começo", no sentido de que "dinheiro faz dinheiro":

"Eu acho que quem produz bastante, vamos dizer, quem tem bastante, já tem bastante terra também, né, e tem pra investir, né? Tem muitos que não podem investir, não podem produzir também, eu acho. Então, nesse lado aí eu acho que o governo deveria olhar também, né, quem pode e quem não pode; que se continuar assim, eu acho que vai ficar só o grande, e o pequeno vai ter que fechar as portas, porque não pode mais competir, né, não tem mais ..." (Médio produtor).

É comum a concepção de que o produtor que não tem uma ajuda de casa para começar a produzir não tem muitas condições de permanecer no ramo, mas tendo um começo, é só "caprichar":

"Pode (um pequeno tornar-se grande), desde que ele tenha uma saída, um começo e caprichando, ele vai, não tem dúvida. Sem dúvida, porque, por sinal, tem hoje casal novo que começa, mais é uma ajuda que eles levam, têm uma ajuda dos pais e logo tão bem de vida, né? (...) Mas isso a gente já vê nas pessoas, aquele que vai pra frente ou não. Tem daqueles que não adianta, pode ficar toda vida, a tendência é piorar" (Médio produtor).

Ou seja, o colono pode ter uma ajuda para começar a produzir, sendo que a herança desempenha um papel importante em sua reprodução, mas se ele não quiser se dedicar, não consegue

ir para a frente. Em última instância, depende de critérios pessoais, uma vez que "já se vê nas pessoas" quem tem ou não capacidade.

Encontramos neste estrato, assim como no estrato dos grandes produtores, a concepção de que o pequeno produtor de leite investe mais no fumo, por isso não investe no leite. Essa afirmação pode vir isenta de julgamento, mas também pode vir acompanhada dele: concordam com a cooperativa a respeito de quem produz pouco leite, ele não é "um produtor", mas "um tirador de leite". Um produtor chegou a sugerir em nossa entrevista que tivesse uma fábrica de queijo para esses produtores entregarem seu leite, para que não precisassem entregá-lo na cooperativa, já que produzem muito mais leite no verão, ocasionando o leite de excesso, que prejudica a todos os produtores, inclusive aos que investem na produção no inverno. Ainda em relação ao fumo, também entre os médios, encontramos a afirmativa de que o produtor que nele se especializa não planta nada para consumo da família e por isso vai mal.

Dos poucos médios produtores que falaram em "eficiência", nota-se novamente uma clara influência da cooperativa, que é inclusive citada. E o que o produtor ouve na cooperativa é que "produtor, diz que falta", isto é, há uma grande quantidade de produtores que apenas tiram o leite, mas sem conhecer propriamente essa atividade, nem investir nela de uma forma que propicie uma produtividade adequada. Também se ouve dizer na cooperativa que a Alemanha, que é um país cujos produtores de leite necessitam preparar a alimentação do gado nos seis meses de verão para os seis meses de inverno, quando o

frio é tão intenso que impossibilita a lavoura, possui uma produtividade bem maior que o Brasil, que não apresenta este problema, podendo produzir alimentação para o gado o ano inteiro:

R-"Sei lá, isso é hábito de brasileiro, eu acho, brasileiro é mais relaxado, né?;

P- "O senhor acha?"

R-"Eu acho que sim, porque não pode, né? Eu sei que numa reunião até foi uma conclusão que eles chegaram, porque na Alemanha, que é um paisinho tão pequeno, e a produção de leite lá, como eles contam, por produtor é incrível, né?"

E continua falando que na cooperativa "dizem" que no futuro o produtor precisará se especializar:

"Porque aqui o brasileiro tem mania de misturar muitas coisas: tem daqueles que plantam fumo, feijão, mandioca, leite, no fim, nenhum dá certo, né?" (Médio produtor).

É interessante o fato de que a Alemanha e o Brasil são comparados em relação ao clima, que é mais favorável ao Brasil no que concerne à produção leiteira, mas lida-se com este ponto como se ele fosse o único determinante para se ter uma boa produtividade. E se conclui que se na Alemanha, apesar dessa adversidade, a produtividade é maior que no Brasil, é porque o brasileiro "é mais relaxado". Possíveis comparações entre os dois países acerca de outros pontos que afetam a atividade como, por exemplo, os subsídios do governo alemão para a agricultura, o que não ocorre no Brasil; a diferença do nível de vida dos produtores dos dois países, o fato de um pertencer ao "Primeiro Mundo" e o outro ao "Terceiro", são simplesmente ignoradas e, deste modo, as diferenças são facilmente explicadas em termos pessoais: "só pode ser" porque os brasileiros são mais "relaxados". Nota-se, também, que outra



explicação recai na diversificação da propriedade rural, que tendo vários produtos, não consegue produzir nenhum adequadamente. Portanto, como já constatamos nos capítulos precedentes, o modelo de eficiência da cooperativa não é o mesmo que o modelo do produtor, embora este possa estar incorporando gradativamente o modelo daquela.

Quanto à questão relativa à possibilidade do pequeno tornar-se grande, os médios produtores se dividem. De 8 respostas, 4 entrevistados compreendem que sim, dependendo de características pessoais, como ambição, vontade de trabalhar, interesse, capricho e ajuda para começar a produzir. Outra metade, 4 entrevistados, considera difícil, devido a motivos estruturais: só com bastante e boa terra, se tiver dinheiro para investir, se tiver sorte - que propicie um gado bom e um pasto bonito, se o preço do leite aumentar. Essas respostas não diferem muito das obtidas junto aos grandes produtores.

No que se refere às pessoas que migram do campo para a cidade, ao contrário dos grandes produtores, não há nenhuma referência dentre os médios de que na cidade a vida é mais fácil. Quando colocam que muitos vão para a cidade em busca de uma vida melhor do que a do campo, concebem essa busca como um engano. Na cidade só tem êxito quem tem estudo, os que não têm precisam trabalhar como empregados de outros e ganham pouco. No campo, pelo menos, se plantar de tudo um pouco têm para seu próprio sustento. E colocam que alguns que foram para a cidade, querem voltar e não podem mais, porque não têm condições de readquirir a terra. Quanto aos motivos que ocasionaram a migração, assim como dentre os grandes, nos médios existe um

equilíbrio entre atribuições. Das 7 respostas, 3 ficaram em torno de motivos pessoais: má administração, falta de capricho, de interesse, de vontade de trabalhar, descuido, gastaram o dinheiro dos empréstimos em outras coisas que a lavoura. E 3 são de ordem estrutural: com a safra ruim não deu para pagar a dívida e "se aborreceram" da roça; quem não teve um começo e teve que trabalhar em terra arrendada; quem só plantou fumo e quem financiou mais do que tinha condições de pagar. Uma resposta foi fundamentada nos dois tipos de fatores: os agricultores que migram não se preparam para se manter na cidade, desanimam com uma má colheita. Mas fala, também, na falta de contribuição dos técnicos da assistência rural.

### **- Os Pequenos Produtores**

Quanto às diferenças entre os produtores, de 8 respostas, 3 atribuem sua existência às condições estruturais: mão-de-obra e terra insuficiente para crescer, quem planta muito fumo não se dedica ao leite, quem começa "colocado" pode crescer, caso contrário é difícil. Falta de interesse, de vontade de trabalhar, de "capricho", de "trabalhar com a cabeça", apareceram com menos frequência. Também houve a combinação desses motivos numa mesma resposta 3 vezes. As duas respostas a nível pessoal enfatizaram que o agricultor está acostumado ao velho sistema de trabalhar e que ele precisa se organizar, no sentido de ver como os produtos se dão melhor.

Quanto à possibilidade de um pequeno tornar-se grande, de 6 respostas, nenhuma foi pessoal, 3 foram estruturais e 3 combinaram os fatores, colocando o "capricho" ao lado da

possibilidade de investimentos gradativos, do clima ajudar, de ter um começo de vida. Não crêem na possibilidade de crescimento do arrendatário, que paga uma parcela muito grande pela terra. As respostas a nível estrutural enfatizam que é possível, mas aos poucos, sem emprestar dinheiro no banco ou só com muita sorte e tendo uma família grande para ajudar. Aqui o fator "capricho" apareceu mais atenuado.

Em relação á sua compreensão dos motivos pelos quais as pessoas deixam o campo, de 6 respostas, 2 foram pessoais: pedem mais do que podem pagar e descuido, não querem trabalhar. Duas foram estruturais: dívida, adversidade climática. O entendimento de que a vida na cidade é mais fácil, também é colocado, pois lá, além de ter um salário mensal, não existe o risco de perder a safra por uma adversidade climática, o que pode ocasionar o desânimo do produtor. E duas respostas combinadas: só plantar fumo, a ocorrência de safra ruim, situação do país - onde tudo está caro - e falta de capricho. O "desânimo" é enfatizado:

"O colono que não tá bem em pé, ele vai pra trás mesmo, e desespera e vai embora, não é fácil, não" (Pequena produtora).

É comum a compreensão que o produtor precisa se precaver do risco de ter que abandonar a terra, produzindo para seu sustento. Existe também uma separação entre não ascender e tornar-se inviável para o produtor manter-se no campo. A primeira, ou seja, o produtor não conseguir ascender, parece ser mais "desculpável", porque existem também os motivos de ordem estrutural. Mas o colono não conseguir nem ao menos se manter no campo parece atestar uma incapacidade a nível pessoal

muito maior do que no primeiro caso, uma vez que ele poderia evitar a saída se plantasse de tudo um pouco para seu sustento:

"...porque eu acho que um colono pode ser pobre, mas se ele trabalhar, ele tem pra comer, né?" (Pequeno produtor).

Nota-se o baixo nível de exigência que uma parcela de produtores possui: pode-se viver na pobreza, mas pelo menos para comer se tem no campo. Poderíamos questionar o que faz o agricultor aceitar esse nível de vida, ao invés de tentar outras possibilidades. E o motivo aparece claro: quem não tem estudo, não consegue boa colocação na cidade, e se for para trabalhar como empregado com um baixo salário, então é melhor continuar no campo, onde pelo menos se tem para o sustento da família. A segurança proporcionada ao produtor pela diversificação aparece novamente e, com ela, uma certa "identidade de agricultor", ou seja, "agricultor que é agricultor" planta de tudo um pouco (mesmo escolhendo um produto como principal), para se manter no campo. Daí a crítica ao produtor que planta só fumo, que quando não tem o suficiente para seu sustento, precisa ir para a cidade. É interessante a grande frequência dessa concepção, sendo que só em alguns casos o produtor conhece a família que migrou e sabe que ela só plantava fumo. A maioria atribui esse motivo sem conhecer as famílias de perto. Mas a valorização do papel que a diversificação desempenha na unidade familiar, proporcionando segurança, é tão significativo que, mesmo quando não se têm conhecimento dos reais motivos da migração, ela é atribuída à sua falta.

A questão da "eficiência" não foi muito explorada neste estrato. Apareceram três concepções: de que ela se relaciona com o trabalhar na atividade ouvindo o que o técnico tem a dizer, de que não adianta o técnico orientar se o agricultor não tem força de vontade para ir para a frente e de que eficiência seria "trabalhar com a cabeça", querer ir sempre adiante, não ficar parado. Essas compreensões, ao contrário das apresentadas pelos estratos anteriores, não foram construídas com a mediação da cooperativa, uma vez que esses produtores não costumam freqüentar as reuniões. Evidencia-se a concepção de êxito mediante caracteres pessoais: o produtor que possui eficiência é aquele que tem vontade de ir adiante. Munidos do conhecimento do texto de SEYFERTH (1982) sobre a significação positiva do trabalho na ideologia do colono de origem alemã, podemos afirmar que este traço é bastante característico dos entrevistados, pois em sua maior parte são de origem germânica. Voltaremos a este ponto mais adiante.

### **- Os Micro Produtores**

Observa-se uma concentração muito grande de significações em torno dos aspectos estruturais do contexto dos agricultores neste estrato, muito mais do que dentre os pequenos. A compreensão que apresentam acerca das diferenças entre os produtores concentra-se bastante no fato de que o produtor que já tem uma melhor situação, consegue investir mais na atividade e, deste modo, ter um maior retorno - "dinheiro faz dinheiro". "Ganhar um começo de vida" faz-se muito importante para conseguir ascender ou até mesmo manter-se no campo. Como os insumos estão muito caros e os juros bancários

muito altos, não se tem a opção de financiar para poder investir na produção. Assim, deve-se investir apenas o que se tira dos recursos próprios e, se não os tiver, não se deve investir. Atrelado a esses fatores, o fato de que o preço do produto agrícola é muito baixo:

"Sempre foi assim, as coisas que o colono vende sempre estão lá em baixo, né, que nem o feijão, o milho, o leite, não têm valor. Agora, se for pra gente comprar, Deus me livre, paga o triplo às vezes!" (Micro produtora).

Outros fatores apontados são a qualidade do terreno, isto é, quem tem uma terra menos acidentada tem mais vantagem nas plantações; ter sorte com a safra; o fato que o grande e o médio podem se dedicar exclusivamente à criação, mas o pequeno precisa plantar de tudo para se garantir, diminuindo a renda de cada produto. Cinco em 8 respostas foram deste tipo. Não houve nenhuma resposta a nível pessoal, e 3 combinando atribuições relativas à diferença de "capricho" dos produtores, de planejamento, de administração, de vontade de trabalhar, ao lado das outras explicações estruturais, acima colocadas. E novamente a concepção de que o colono pode não ter condições de ascender, mas só passa fome o "colono malandro", uma vez que tem a possibilidade de plantar para comer. O fato de terem uma renda mensal com o leite também é um fator apontado na diferenciação dos produtores, no sentido de estar em melhor situação quem produz leite, valorizando o produto na unidade familiar de produção.

Existe um descrédito de que um pequeno possa chegar a ser grande: é muito difícil, porque sozinho ele não consegue e financiar no banco é inviável. Ele precisaria ter mais ajuda do

governo ou da firma para onde trabalha (firma de fumo ou cooperativa). Não tendo essa ajuda, só conseguirá ascender "se tiver sorte". De 8 respostas, 5 foram assim. Com menos frequência, 2 vezes apenas, apareceram as respostas que colocam no produtor essa possibilidade: se ele tiver capricho, cuidado, vontade, ir às reuniões da cooperativa, ver como os grandes fazem, planejar sua atividade. E uma resposta combina ambos os padrões.

Quanto à migração, a grande maioria, 6 dentre 8, coloca que as famílias tiveram que entregar a terra porque não conseguiram pagar as dívidas, devido aos juros altos. É bastante citado, em todos os estratos, o caso do fumo, cuja classificação vem piorando muito nos últimos anos, gerando menor renda. Fala-se em particular da última safra, quando muitos produtores não conseguiram pagar os financiamentos que fizeram junto às firmas. Na visão dos entrevistados, há desânimo em se continuar sendo fumicultor. Não houve nenhuma resposta só com atribuições pessoais. Duas foram combinadas: falta de eficiência, financiar mais do que pode e adversidades climáticas. Para o único produtor dentre os micro em que foi explorado o conceito de "eficiência" - e que trabalhou anos como instrutor numa firma de fumo - esta depende muito da natureza da pessoa, no sentido de que nem todas elas têm aptidão para a lavoura, do mesmo modo que, compara o produtor, nem todos têm aptidão para o estudo. Mas também a eficiência está relacionada à vontade de aprender: muitos que não conseguem êxito é devido ao pouco empenho em aprender o como fazer para produzir corretamente. Nota-se, assim, a clara

mediação do fato de já ter sido instrutor e assim, orientava o agricultor para que produzisse dentro do padrão técnico pedido pela firma.

Em relação ao aspecto da orientação técnica, o produtor sente-se muito mais sem autonomia em relação ao fumo do que ao leite. É importante analisar uma colocação que expressa claramente esse sentimento, mesmo que esteja relacionada apenas ao fumo:

"...porque nós, colonos, primeiro nós estávamos bem, estávamos bem, mas agora nós estamos mal com esse negócio que estão fazendo pra nós, com tudo quanto é lei do tipo que querem eles, e nós não estamos mais mandando nada, até no próprio plantar. Porque primeiro, nós tínhamos as nossas marcas de fumo, porque vamos supor assim, as nossa qualidade de fumo, elas davam até umas 12, 13, tinham muitas conforme até davam 15 arrobas por mil pés de fumo, e agora estão me dando daquelas que dão 5 arrobas por mil (...) não podemos mais plantar o fumo que nós queremos, eles vêm aí, marcam o dia de vir semear o fumo, o dia que nós temos que plantar, como temos que fazer ... " (Micro produtor).

Mais adiante, esse produtor coloca que o colono precisa ser ajudado pelo seu "patrão":

R-"O necessário é baratear, ser ajudado mais, a firma que ele (produtor) vai trabalhar, que a firma o ajude, faça ... o leite, como de fumo, como de porco, como de outra, granja de galinha, da onde ele vai trabalhar, que aquele, o patrão dele que o ajudasse, né? Pra ele crescer, se não, só morre."

P - "O senhor disse "patrão", o senhor considera que tem patrão?"

R-"Tenho, tenho patrão. A firma do fumo, a CRAVIL. É o patrão que manda" (Micro produtor).

O produtor sente-se perdendo mais sua autonomia em relação ao fumo do que em relação ao leite, porque a presença dos técnicos da firma de fumo é muito mais freqüente do que dos técnicos da cooperativa. Enquanto que todos os produtores de fumo estão atrelados dessa forma à firma, a cooperativa não envia seus técnicos para orientar seus associados. A visita



ocorre, em geral, quando solicitada. Dessa forma, o produtor sente-se mais livre para produzir leite, mesmo porque, quando ocorre a visita do técnico da cooperativa, não existe por parte deste a decisão sobre como o agricultor irá produzir: qual a quantidade, qual a raça do plantel, qual sua alimentação, de que forma controlar a época do nascimento dos bezerros, etc, como, guardando as particularidades do produto, ocorre com o fumo. O controle por parte da cooperativa se faz de uma forma mais sutil, através dos incentivos e do frete diferenciado. Talvez esta sutileza faça diferença para o produtor, no sentido de não sentir-se tão "empregado" da cooperativa, como se sente da firma de fumo. O que este fato nos faz pensar, é que a firma de fumo, gradativamente tirando do produtor sua autonomia para administrar a plantação, vai fazendo dele, em sua vida concreta, cada vez menos agricultor. Uma particularidade do campesinato é que o agricultor, ao mesmo tempo em que é proprietário de seus meios de produção, é trabalhador, sendo que, atualmente, pode-se dizer que sua autonomia está cada vez mais atrelada à agroindústria. Ao não sentir-se mais dono de sua própria lavoura, esta vai se tornando distante dele e mais próxima das exigências da firma, descaracterizando-o enquanto agricultor livre, sem patrão, o que o diferenciava do assalariado da cidade. Isto abala a manutenção de sua identidade. O problema acentua-se quando essa relação com o produto de seu trabalho é encontrada em mais de um ramo de sua propriedade. Podemos refletir que em relação ao leite, embora não tão expresso quanto no fumo, o produtor começa a sentir a pressão vinda de fora para modificar seu sistema produtivo, num modelo direcionado para a especialização, algo bastante

diferente daquele que o caracteriza enquanto agricultor, que é ter vários produtos para se garantir, mesmo optando por um principal. A questão que se levanta em tudo isso, é de que forma essas transformações estão sendo colocadas para o produtor, e se não se poderia tentar, ao invés de impor um modelo de modernização que se sobreponha ao agricultor, buscar junto com ele, e respeitando suas significações, um modelo de modernização que o contemple enquanto sujeito do processo produtivo.

### **- Compreendendo os Dados**

O que se evidencia ao analisarmos todos os quatro estratos produtivos é que, com exceção dos micro produtores, não há diferenças significativas entre os outros três estratos. Existe uma pequena graduação, como um "continuum", no sentido dos grandes, em relação aos médios, apresentarem um discurso ligeiramente mais voltado para as questões pessoais, o mesmo acontecendo com os médios em relação aos pequenos. Ou seja, na medida em que decresce o estrato, vão diminuindo as atribuições pessoais e aumentando as estruturais. Mas não há uma diferenciação clara, uma ruptura entre eles, ao contrário do que ocorre no estrato dos micro em relação a todos os outros, onde se concentram muito mais respostas de cunho estrutural. Nos outros três, a heterogeneidade de respostas é mais comum, isto é, há maior combinação de fatores pessoais e estruturais.

Isto nos faz pensar que o critério que tínhamos em mãos para dividir os agricultores em estratos produtivos, a quantidade de leite entregue à cooperativa, embora tenha nos

instrumentalizado a ponto de viabilizar a amostra, na realidade, não parece ser um critério tão definidor em relação a alguns aspectos importantes da sua concepção de mundo. Uma das explicações para isto pode estar no fato destes agricultores não produzirem apenas o leite, sendo que a atividade leiteira ocupa um lugar semelhante principalmente entre os pequenos e médios: dentre os pequenos, 4 têm no fumo seu produto principal, 2 têm no leite, 1 não faz distinção entre fumo e leite, e 1 só produz leite. Dentre os médios, em 3 o fumo é o principal, em 1 é o leite, 1 não faz distinção e 4 só produzem leite. Nestes dois estratos o leite cumpre o papel de manter a casa, sendo o "passa mês" da família. Os grandes produtores diferem porque o leite representa a atividade principal de 7 produtores. Mas 5 destes também plantam fumo. Observa-se que neste estrato o leite é mais do que o "passa mês", sendo importante também nos investimentos da propriedade. O que pode explicar a similaridade dos grandes produtores em relação aos médios e pequenos é a diversificação, no sentido de apenas divergirem quanto o seu produto principal: nos grandes é o leite, e nos médios e pequenos é o fumo. Mas ambos são importantes no equilíbrio da unidade familiar. A diferença maior fica com o estrato dos micro produtores, onde 3 entrevistados vendem apenas leite, mas não têm na agricultura a renda principal da família. E nenhum tem no leite a principal atividade, sendo o fumo que desempenha este papel. Este estrato, que corresponde à camada que não alcança os incentivos da cooperativa, pertencente à faixa produtiva que a CRAVIL não tem interesse em manter (a que entrega menos de 20 litros por dia), é que sofre todas as adversidades concretas de estarem à

margem do processo produtivo desejado pela agroindústria. É também o estrato onde os produtores mais se queixam das atuais condições de classificação do fumo, sentindo-se prejudicados em ambas as atividades. Este estrato é aquele que mais depende da atividade fumageira, uma vez que o rendimento do leite é muito pequeno. Com a diminuição da demanda de fumo pelas indústrias, o ajuste ao mercado se faz com maiores dificuldades.

Desta forma, parece que a diversificação da unidade produtiva e a dependência da mão-de-obra familiar tornam os estratos produtivos parecidos entre si, apenas tendo uma disparidade maior com o estrato dos micro, pois pode-se dizer que todos eles sofrem adversidades semelhantes quanto às condições exigidas para a inserção no mercado. Mas o "continuum" a que nos referimos faz-nos pensar que, mesmo não sendo suficiente para caracterizar diferenças significativas entre os estratos, o critério adotado para separá-los é indicador de que os agricultores estão gradativamente absorvendo o modelo oficial de eficiência e competitividade, começando pelos grandes<sup>4</sup>. Analisaremos o fenômeno dessas diferenças mais adiante. Vamos nos voltar agora, à análise da ocorrência, em todos os estratos - embora menos nos micro, mas também neles presentes - das respostas embasadas em critérios pessoais, resgatando a variável da etnia.

Um aspecto importante que pode ser analisado, presente na grande maioria dos entrevistados, é o valor dado ao

---

<sup>4</sup> É importante marcar que o tamanho da terra também não se faz um critério diferenciador entre os estratos. Fora a questão que ela não apresenta correspondência com os estratos, no sentido de haver micro produtores com terra maior do que alguns grandes, a topografia da região é muito acidentada, o que faz com que uma grande propriedade possa não ter uma grande área aproveitável para a agricultura.

"capricho", à "capacidade de trabalho" como um determinante fundamental para se conseguir êxito na unidade familiar rural. Este ponto apresenta um significado particular, levando-se em conta a etnia da grande maioria dos entrevistados, a etnia alemã, para quem o trabalho desempenha um papel fundamental na construção da subjetividade. SEYFERTH (1982), ao estudar a maior área de colonização alemã do estado de Santa Catarina, o Vale do Itajaí, coloca que desde o período da colonização, no início do século XIX, o "espírito alemão" estava presente nos imigrantes que aqui chegaram para construir seu novo lar, o que foi continuado pelos seus descendentes, os teuto-brasileiros. Esse "espírito alemão" pode ser entendido como uma "ideologia étnica", que tem como fundamento a noção de "germanidade" que, segundo a autora, apresenta como premissa básica o fato de que o povo alemão não precisa estar ligado a um território ou a um Estado específico para constituir uma nação, uma vez que o que os identifica e os define são uma série de valores construídos a partir de sua etnia, como também do uso de seu idioma de origem, que foi largamente utilizado no Brasil até finais dos anos 1930, quando foi proibido, em virtude da Segunda Guerra Mundial. Mas o que mais definia um alemão era o sentir-se em situação de superioridade com relação à capacidade de trabalho perante outros povos, não tanto outros povos europeus, mas principalmente perante os brasileiros, considerados como negros e mestiços.

O que é importante compreender é que na construção dessa ideologia étnica, a etnia e a nacionalidade são tidas como sinônimos, uma vez que não importa onde os descendentes de

alemães construam sua vida, eles estarão unidos e identificados a partir de seus valores, que foram construídos primordialmente com base no culto ao trabalho, na valorização deste enquanto determinante do êxito econômico. A etnia/nacionalidade, da forma como é concebida por eles, é recebida como herança ancestral perpetuada por este "espírito alemão". Mantidos assim os valores da germanidade, os teuto-brasileiros construíram um lar alemão, mesmo que com outra cidadania. Como diz a autora, "é, antes de mais nada, um cidadão que faz parte de um outro todo, representado pela nação alemã" (SEYFERTH, 1982, p.9, grifo da autora).

Em nossa pesquisa, não exploramos o aspecto da etnia, não aparecendo a questão do sentimento de superioridade dos teuto-brasileiros se comparados com outros povos. Mas muitos valores desses descendentes, encontrados por SEYFERTH em relação aos "brasileiros", foram encontrados em nosso estudo em muitos agricultores, de todos os estratos produtivos, quando se referiam àqueles que não obtêm êxito em sua propriedade porque não querem trabalhar e porque quando têm algum dinheiro, ao invés de bem empregá-lo, gastam com bebida, jogo ou passeios. Eis uma citação retirada da obra de SEYFERTH, referente aos valores de um teuto-brasileiro sobre os "brasileiros":

"Brasileiro, sabe como é, sempre meio malandro e não gosta de trabalhar todo dia. Quando acha que tem um pouco de dinheiro já não quer trabalhar, não pensa no futuro, vai passear, se divertir" (SEYFERTH, 1982, p.18).

Nota-se que a resposta de um grande produtor de nossa amostra, a respeito de como compreende as diferenças entre os agricultores, segue o mesmo padrão:

"Eles (os que não vão pra frente) não fazem nada, acabou a safra do fumo eles, em vez de fazerem, talvez terem uma vaquinha pra produzir um pouco de leite, não têm, né? Não capricharam com as vaquinhas ou têm umas vaquinhas, mas não produzem nada, não capricham, né? Então aí eles ficam quase a metade do ano parados, sem serviço, né? A gente sempre tem serviço o ano inteiro. Então é isso, a gente tem serviço o ano inteiro, a gente sempre acha serviço, né ... tem uma cerca pra mudar, tem o pasto pra limpar, tem isso pra fazer, tem aquilo, nunca pára, né?" (Grande produtor).

Assim como na situação encontrada por SEYFERTH, na qual o colono alemão, mesmo pobre identificava-se com sua etnia a partir do capricho que tenha com sua casa e seu terreno, no que se refere à limpeza, na situação por nós estudada, o trabalho é o elo unificador dos colonos que permanecem no campo. Isto quer dizer que, embora a capacidade de trabalho seja entendida como um fator primordial para o êxito do produtor, mesmo aquele que não vai bem não precisa deixar o campo em direção à cidade se ele trabalhar, produzir de tudo um pouco para a alimentação da família:

"Porque eu acho que um colono pode ser pobre, mas se ele trabalhar, ele tem pra comer, né?" (Pequeno produtor).

A grande importância do trabalho está presente em nossa amostra também no critério de eficiência do produtor, no sentido de que não adiantam as recomendações técnicas se o produtor não tem vontade de trabalhar:

"Mas essa capacidade aí, não adianta nenhum técnico se o produtor mesmo não trabalha pra frente, não adianta dizer assim, assim, assim, se o produtor não quer, ele não vai pra frente" (Pequena produtora).

A policultura também faz parte da identidade alemã enquanto colonos. Produzir para o próprio sustento faz-se importante tanto para a garantia de um padrão de vida melhor para a família, que não precisa comprar os alimentos que

BOURDIEU trabalha com a noção de "campo", um espaço onde as lutas pelo poder são permanentes. A sociedade estaria formada por vários campos específicos: o campo científico, o artístico, o político, etc, perpassando todos os domínios da atividade humana. Nestes campos, os indivíduos ocupam posições diferenciadas, de acordo com sua posição na sociedade, o que medeia o "quantum" social que cabe a cada um. Essas posições estariam polarizadas entre dominados e dominantes. O "quantum" seria o "capital social" que se distribui diferentemente na sociedade, dependendo de sua hierarquia. Para BOURDIEU, existe em cada campo uma forma de pensar que é legitimada, e que corresponde ao pólo dominante, que domina justamente por ter conseguido legitimar sua visão de mundo. As pessoas pertencentes a esse pólo seriam donas de um "máximo de capital cultural", que se distribuiria num "continuum" até as pessoas pertencentes ao pólo dos dominados, que teriam um "mínimo de capital cultural". A noção de "continuum" estabelece que há variações individuais em cada pólo. O campo se estrutura, assim, através da distribuição desigual do capital social entre os membros que formam os dois pólos opostos, dialeticamente determinando e sendo determinado pela posição que o indivíduo ocupa em seu seio.

É no campo social (ou nos campos sociais) que os indivíduos agem de acordo com estruturas de pensamento que BOURDIEU denomina "habitus". Essas estruturas formariam uma matriz de sentimentos e ações, onde os casos particulares se inseririam, sempre de acordo com o capital social do indivíduo. Vale citar o conceito do próprio autor sobre "habitus":



"Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente "regulamentadas" e "reguladas" sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro" (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, pag.15).

O indivíduo construiria sua visão de mundo, que embasaria suas ações, através de um aprendizado feito a partir de sua posição social. O termo "habitus" dá a exata noção do caráter da ação realizada sem um posicionamento reflexivo por parte do indivíduo, mas de "espontaneidade", na terminologia sartreana. O comportamento é aprendido pelo indivíduo de maneira espontânea, através das mediações encontradas na estrutura social, sendo suas ações "orquestradas", porém, "sem a ação de um maestro". Neste ponto BOURDIEU e SARTRE se aproximam, na compreensão de que o indivíduo internaliza uma exterioridade aprendida, sendo suas ações a exteriorização desta interioridade, dialeticamente ligadas. Como explica ORTIZ,

"O "habitus" se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos "habitus" subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam"(ORTIZ, 1983, p.17-18).

É nesse sentido que ORTIZ coloca que na obra de BOURDIEU a luta de classes pode ser "lida" através do estilo de vida das diferentes classes ou grupos sociais, uma vez que as diferenças de classe se objetivam, isto é, tornam-se concretas, a partir da subjetividade expressa nos estilos de vida.

BOURDIEU também fala acerca do significado social do consenso entre categorias que têm interesses diversos, até mesmo opostos:

"O consenso se fundamenta, pois, no desconhecimento, pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos. Esse desconhecimento corresponde a uma "crença coletiva" que solda, no interior do campo, agentes que ocupam posições assimétricas de poder (...)" (ORTIZ, 1983, p.24)

O consenso entre pessoas pertencentes a categorias que ocupam diferentes posições na hierarquia dos campos sociais, ou, que têm diferentes "capitais culturais", significa uma forma de violência simbólica, uma vez que é objetivada pelo o que BOURDIEU chama "estilo de vida", compreendido como uma forma de pensar, sentir, agir - portanto, a própria construção da subjetividade. Isto significa que quando as camadas dominadas da sociedade legitimam uma forma de pensamento ou ideologia das camadas dominantes, sendo que seus interesses são opostos, efetua-se uma violência simbólica, ou, uma "dominação suave", onde as relações sociais conflitivas ficam encobertas, como se os interesses de todas fossem os mesmos.

Este quadro compreensivo, juntamente com o resgate das idéias sartreanas colocadas no capítulo 1, pode nos orientar na análise. Encontramos em nosso estudo uma diferenciação maior dos micro em relação aos outros três estratos e nesses, um "continuum", não caracterizando uma ruptura entre eles. Em todos eles, embora no estrato dos micro produtores bem menos, encontramos uma coincidência mesmo que parcial, com a versão oficial, legitimada, do padrão de eficiência, transmitida pelos técnicos. Vimos que este fenômeno pode ser compreendido através da categoria do "espírito alemão", a "germanidade" expresso no

"culto ao trabalho", presente em todos os estratos. Uma vez atribuindo ao alemão uma superioridade relativa às virtudes pessoais que colocam o trabalho no centro de sua vida, como se essas virtudes pessoais pudessem por si só abranger toda a complexidade da estrutura social na qual o trabalhador agrícola se insere, a realidade objetiva fica mascarada, perdendo-se sua complexidade. Semelhante às características da "germanidade", o modelo oficial de eficiência do agricultor que, desconsiderando as adversidades sócio-econômicas, atribui a eficiência a características pessoais, onde só os "mais capazes" conseguirão ascender num contexto de intensa competitividade, modelo que serviu de apoio à implantação do MERCOSUL, simplifica a realidade a tal ponto que torna-se possível atribuir a uma só categoria social a responsabilidade de seu próprio futuro, descomprometendo as outras. Ou seja, são os agricultores os únicos responsáveis pelos seus próprios êxitos ou fracassos, estando o governo, as indústrias beneficiadoras do produto agrícola e as cooperativas agrícolas isentas dessa responsabilidade. A ineficiência do agricultor é assim, explicada em si mesma, como se fosse algo intrínseco a ele.

Na teoria sartreana, o mundo assim considerado é compreendido mediante apenas uma dimensão, a humana, no sentido de ser pensado como totalizado pelos indivíduos, sem considerar a dimensão estrutural na qual a ação humana está inserida. É o que Sartre chama de "dever ser", diferenciado do "poder ser": em nosso caso específico, na ideologia alemã, o indivíduo forma-se mediante a exigência do "dever ser", ou seja, a liberdade é vivida enquanto determinação, o "campo dos

possíveis" é vivenciado enquanto um "dever ser". Assim também o é na sociedade capitalista onde as pessoas se formam, cenário da "visão oficial" a que nos referimos: o êxito só depende da ação humana, sendo esta separada das condições estruturais. O subjetivo é entendido enquanto subjetivismo, não tendo relação alguma com o mundo objetivo, caracterizando o voluntarismo. É nesse contexto que se forma a visão oficial do modelo modernizador interiorizada pelos técnicos, assim como a ideologia do povo alemão interiorizada pelos colonos.

Toda vez que os técnicos têm esta compreensão da realidade, eles explicam-na de uma forma que as contradições de interesses desapareçam, permanecendo apenas as diferenças pessoais. Cumprem assim, segundo BOURDIEU, um papel de perpetuar a ordem vigente, de legitimar, canonizar a visão de mundo da classe dominante, deixando de inserir novas mediações que pudessem, segundo SARTRE, possibilitar uma nova totalização das relações em jogo, ou seja, uma retotalização. Entendida pela noção de "habitus", esse papel desempenhado aparece como uma matriz valorativa, a exteriorização de uma interioridade construída a partir da própria exterioridade. A exterioridade aqui é compreendida tanto pelas relações estruturais concretas que formam a sociedade, como os valores, a ideologia que nela é construída e que também é legitimada pela classe dominante, para assegurar sua posição privilegiada. Uma vez disseminada, no entanto, tornando-se "habitus", o caráter proposital dessa ideologia desaparece, para em seu lugar surgir uma forma espontânea de construção da subjetividade. Já vimos no capítulo 5 as mediações que tornam possível a construção dessa ideologia

produz, como uma garantia no sentido de poder permanecer no campo mesmo não tendo êxito nos seus produtos comerciais.

A importância do trabalho para a etnia alemã pode explicar a relativa homogeneidade encontrada em nossos entrevistados. Mas para compreendermos as diferenças entre eles, pode-se pensar a partir do referencial teórico de BOURDIEU, que permite compreender duas situações. A primeira seria uma certa polarização entre grandes, médios e pequenos de uma parte, e micros de outra. A segunda seria algumas semelhanças entre as representações dos agricultores em geral e a ideologia oficial de modernização, incorporada pelos técnicos que trabalham diretamente com os agricultores. Embasamo-nos primordialmente em ORTIZ (1983).

O que pode ser explicativo das situações encontradas em nossa pesquisa é a concepção de BOURDIEU sobre "habitus", "campo" e "capital cultural". Nessas concepções, ele afasta-se de uma teorização "subjetivista", segundo a qual o mundo objetivo não existe em lugar algum, podendo apenas ser apreendido através das ações individuais, repletas de significados, como se o mundo concreto só existisse "na cabeça de cada um". Também afasta-se de uma posição "objetivista", na qual o mundo é formado por estruturas determinadas, sendo a estrutura o único elemento explicador dos significados humanos, como se o homem se dissolvesse na estrutura. Ele busca um meio-termo, compreendendo a formação dos significados humanos através da mediação da estrutura, mas não sendo determinada por ela.

oficial interiorizada pelos técnicos. Essas mesmas mediações, agora tendo nos próprios técnicos os seus instrumentos, fazem com que também uma parcela dos agricultores, principalmente os pertencentes aos maiores estratos produtivos, as internalizem, sendo estas mediações importantes, pois servem como um reforço a já internalizada "germanidade". Cabe ressaltar que a cooperativa apresenta um discurso homogêneo em relação a todos os estratos produtivos, alcançando a todos.

O estrato de grandes produtores internaliza mais facilmente esses valores, uma vez que é privilegiado com a existência deles. Um grande produtor atribuir a aspectos pessoais seu êxito, ao invés de situar-se enquanto "possuidor de um maior capital cultural" na hierarquia do campo social, é um fator de grande valorização de si mesmo, entendido este valor no seio de uma sociedade que o construiu. E, antes de tudo, os valores são interiorizados sem estar presente a intenção de valorizar-se sobrepujando os menores estratos. A legitimação desta visão de mundo, mesmo por parte dos dominantes, também se faz de uma forma alienada, mas nem por isso deixando de construir os homens que fazem a história. A "violência simbólica" se faz presente mesmo nos grandes produtores, isto porque, como vimos, eles também sofrem as adversidades em seu cotidiano. A violência simbólica é exercida pelo modelo oficial, que é encarnado pela cooperativa. Ela está num outro patamar que os agricultores, é ela que transmite esse modelo a eles de uma forma imediata, não sendo, porém, única, pois este modelo está presente na raiz da inteligibilidade capitalista como um todo.

Pode-se compreender, também, as atribuições do estrato de micro produtores a determinantes estruturais. Fazendo parte da categoria de "menor capital cultural" do pólo dominado do campo social, as mediações presentes na sua exterioridade são diferentes, fazendo-os construir sua visão de mundo mais voltada para a força dos determinantes estruturais, estando esta concepção em conflito com a oficial. Poder-se-ia dizer que estes produtores, pela condição que ocupam na estrutura, "esbarram" mais na realidade, ou seja, chocam-se mais com as condições objetivas adversas em que vivem, podendo reconhecer mais facilmente os obstáculos concretos. Mas quando a concepção de que a partir do trabalho se pode conseguir tudo aparece também nesse estrato, construindo uma subjetividade contraditória em sua interioridade, caracteriza-se novamente a violência simbólica, fazendo com que se legitime cada vez mais a visão de mundo dos dominantes, como se esta pudesse abarcar uma categoria com interesses diferentes, como se essas diferenças não existissem. Isso se dá quando o poder da comunicação, a comunicação vista como uma forma própria de poder, estabelece-se como uma mediação entre essas categorias e o mundo. E a ausência de outras formas legitimadas de pensamento, com as quais esses produtores pudessem se identificar, deixa-os sem mediação para obter uma confirmação em sua forma de pensar e sentir. Como a única concepção legitimada é a que compreende a eficiência como um atributo pessoal, é ela que tende a ser gradativamente internalizada. A concepção, também legitimada, e que já foi internalizada pela grande maioria dos agricultores, de que eles "são burros", uma vez que não tiveram estudo, é outro fator que vem corroborar a

concepção oficial, atribuindo a falta de êxito a atributos pessoais. Vimos que este é um fator largamente utilizado pelos técnicos para explicar a incapacidade do produtor de incorporar as recomendações técnicas em sua propriedade. Os agricultores, por sua vez, se não têm na falta de instrução esse significado, uma vez que possuem uma lógica própria para não seguirem todas as recomendações técnicas, ela está presente como um "desculpar-se" caso não estejam dando a "resposta certa", como se a falta de estudo lhes tirasse a capacidade de pensar sobre sua realidade, como se os técnicos e as pessoas da universidade (no caso, a pesquisadora) por terem estudo, tivessem essa resposta.

Essas categorias com menor capital cultural, segundo BOURDIEU, trazem sua marca no estilo de vida. Referenciando-se à questão da formação dos gostos das diferentes classes sociais em relação às artes em geral, num estudo realizado na França, ele coloca que, trazendo então no seu estilo de vida a marca de sua classe social, incluindo nele seus gostos, essas classes são significadas pelas classes dominantes como um contraste entre o que é e o que não é legitimado pelo pólo dominante, sendo esse contraste vinculado a um valor inteiramente negativo. Vale aqui reproduzir um trecho de sua obra, onde o autor descreve a maneira como essas classes são concebidas pelas dominantes, concepções estas repletas de pejorativos, e que nos servirão para traçar um paralelo com a forma como a ideologia oficial concebe o agricultor "ineficiente":

"Não contentes em não deter pelo menos alguns dos conhecimentos ou maneiras valorizados no mercado dos exames escolares ou das conversas mundanas e em não possuir senão habilidades ou saberes que não têm nenhum valor nesses mercados, não contentes, em



resumo, em estar despojados do saber e da boa educação, eles são ainda aqueles que "não sabem viver", aqueles que mais se sacrificam pelos alimentos materiais, e pelos mais pesados, mais grosseiros e os que mais engordam - pão, batatas e gorduras - pelos mais vulgares também, como o vinho; aqueles que destinam menos ao vestuário e aos cuidados corporais, aos cosméticos e à estética; aqueles que "não sabem descansar", que "encontram sempre alguma coisa para fazer"; que vão fincar sua barraca nos "campings" superpovoados, que se instalam para fazer piquenique à beira das estradas, que se metem com seu Renault 5 ou seu Simca 1000 nos engarrafamentos das saídas de férias, que se dedicam aos lazeres pré-fabricados concebidos em sua intenção pelos engenheiros da produção cultural em massa; aqueles que, por todas essas escolhas tão mal-inspiradas, confirmam o racismo de classe, se for preciso, na convicção de que não têm senão aquilo que merecem" (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.102/103).

O que nos interessa nesta citação é o padrão de concepção aqui presente, das classes dominantes acerca das dominadas, repleta de estereótipos. Isto porque este padrão se parece muito com o empregado pela ideologia oficial de eficiência em relação aos agricultores "atrasados". Como vimos no capítulo 5, esses agricultores, da perspectiva dos técnicos, são os "oportunistas", "tradicionalistas", "ineficientes" e "de baixo nível cultural". Eles são aqueles que "sempre procuram uma maneira mais fácil de produzir"; "que acham que entendem tudo"; aqueles que "não querem melhorar", "não querem adotar boa tecnologia". Estes estereótipos cumprem duplo papel: o de naturalizar o comportamento dos agricultores desprivilegiados e o de confirmar, cada vez mais, a maneira como eles são significados, fechando o círculo em si mesmo. Desta forma, torna-se difícil conseguir olhar para eles e ver outra coisa além do que tradicionalmente se foi preparado para ver.

Isto nos faz refletir que os técnicos formam a categoria mais afastada da realidade concreta, que mais se aliena nela. Os agricultores, mesmo os grandes - pelo menos em nossa amostra - vivem as condições concretas, as adversidades

cotidianas que enfrentam em seu trabalho. Mesmo estando incorporando a inteligibilidade dominante, porque encontram também condições concretas para isso, seu discurso ambíguo pode ser explicado porque vivem concretamente num contexto onde se fazem presentes mediações de ambos os lados: a ideologia do "dever ser", concretizada pela atribuição pessoal ao êxito, como também pelas adversidades que encontram em seu meio. Estes dois conjuntos formam a totalização de suas vivências. Em outras palavras, ao mesmo tempo que foram formados inseridos na inteligibilidade segundo a qual tudo depende de fatores pessoais, também vivem encontrando mediações que lhes mostram as adversidades do concreto: o baixo preço dos produtos agrícolas, o alto preço dos insumos, da terra ... Este conjunto forma a unificação de sua inteligibilidade, a totalização de suas vivências. Quanto menor o estrato produtivo, mais o agricultor se defronta com essa realidade adversa. Mas esta não é a realidade dos técnicos, que vendo o agricultor de fora de seu contexto, enxergam-no apenas enquanto único responsável por sua situação. A realidade do técnico, suas mediações, não o deixam perto da realidade, pois não vivenciam o confronto com ela.

Isto se faz presente também em relação ao futuro dos agricultores no MERCOSUL: segundo os técnicos, a competitividade selecionará "os melhores", num processo de seleção natural. E como os próprios agricultores estão concebendo esta questão? É o que veremos a seguir.

## 8.2. O MERCOSUL na Perspectiva dos Agricultores

A maior parte dos entrevistados não sabe explicar ao certo o que vem a ser o MERCOSUL. Aqueles que participam das reuniões da cooperativa obtiveram algumas informações lá, bem como através do rádio e televisão, sendo esta última a fonte principal de informação para a parcela que não vai às reuniões, o que soma a maioria dos entrevistados. É muito raro encontrar um produtor que domine a questão do MERCOSUL: que saiba que é uma abertura do mercado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, significando que não haverá mais impostos entre estes países para a circulação de seus produtos, ocasionando uma maior competitividade entre eles. O que em geral eles sabem é que é um acordo entre Brasil e Argentina, sendo que este país produz mais leite e de melhor qualidade que o Brasil, podendo vendê-lo mais barato do que o nacional. Ou seja, o produtor tem o conhecimento específico daquilo que se relaciona com o seu produto.

É importante analisar a maneira como a cooperativa está introduzindo o MERCOSUL para os associados. Podemos dizer que o produtor, através das políticas da cooperativa, já está tendo contato com a lógica do MERCOSUL, ou seja, a lógica que o tornou possível, legitimando-o: o aumento da produtividade, fruto de investimentos que subentendem a especialização. E é dessa forma que o MERCOSUL é apresentado aos agricultores. Ela informa a respeito das diferenças entre os custos com o frete nos dois países; da diferença entre eles de produtividade e qualidade do leite, pedindo para os associados se dedicarem

mais à sua produção, porque quem não se dedicar não vai conseguir acompanhar:

"Quem não caprichar aqui, agora no futuro bem próximo eu acho que ... se não melhorar, não tem mais como produzir, porque da Argentina vem muito leite pra cá, depois, com um custo mais barato do que o nosso aí ... isso é o principal ... pelo o que a gente escuta assim, né, e eu acho que é isso ali mesmo" (Grande produtor).

"É, no recolhimento do leite ... isso tem que melhorar ainda, né? Diminuir aquele custo do frete. Se nós diminuirmos o custo do frete e aumentarmos a produção por vaca, eu acho que não tem problema o MERCOSUL" (Grande produtor).

Os grandes e médios produtores têm mais informações a respeito do MERCOSUL. Evidenciamos que nem dentre estes estratos a posição de otimismo com o MERCOSUL é predominante. Nos grandes, de 8 respostas, 3 não expressam preocupação, embasadas no fato de compreenderem que o Brasil leva vantagem sobre a Argentina porque este país pagará muito frete para introduzir seus produtos aqui, devido à distância em relação ao nosso país. Mas 4 posições expressam preocupação, embasando-se no fato de que para competir, os produtores terão que ter mais qualidade em seu produto e maior produtividade, e isto requer investimentos, o que se torna difícil para os pequenos. É importante frisar que encontramos grandes e médios produtores em nossa amostra, que se consideravam pequenos. Dentre os médios, de 7 respostas, 3 são otimistas, porque entendem que seu leite tem condições de concorrer; 2 são pessimistas: consideram difícil investir para melhorar, devido ao baixo preço pago pelo leite; 2 mostram dúvida: "precisa esperar para ver". Com os pequenos e micros, a situação difere: de 6 respostas de cada estrato, 1 de cada não manifesta preocupação, mas por um motivo diverso dos grandes e médios: porque se não der para competir, um pensa em criar bezerros para vender, e o

outro não depende da agricultura. E 5 respostas de cada estrato manifestam dúvida, com os produtores não sabendo avaliar as conseqüências. Alguns pequenos não preocupam-se, porque estão planejando diminuir a atividade fumageira para aumentar a leiteira, e desta forma, acreditam que irão corresponder ao modelo de produção exigido. Dos micro produtores, nenhum pensa em crescer na atividade leiteira, por isso sua posição é mais pessimista. A colocação é que sua situação irá piorar com o MERCOSUL. Uma produtora conta a recomendação que "o presidente das cooperativas, de Florianópolis" fez por causa do MERCOSUL:

"Vocês conversem com a família e fiquem com um filho em casa pra que fique com vocês, e os outros procurem, que arrumem alguma coisa pra fazer, e não fiquem na lavoura" (Micro produtora).

Nota-se que os produtores não conseguem avaliar concretamente quais as conseqüências do MERCOSUL para eles. A sensação é de que eles estão ainda muito longe da questão e pouco informados a respeito. Por isso a resposta encontrada em todos os estratos: "tem que esperar pra ver o que vai acontecer". Um depoimento expressa bem esse distanciamento:

"A gente já escuta muito **daquilo**, mas como vai funcionar **aquilo** a gente tá por fora, né? Não sei como vai funcionar **aquilo**";

"Eu acho que ninguém sabe, a bagunça que tá o Brasil" (Família de grandes produtores).

Nota-se que a falta de previsão sobre o MERCOSUL é relacionada com a situação de instabilidade do Brasil. O depoimento que se segue demonstra o entendimento que dois micro agricultores têm acerca de sua situação no MERCOSUL:

R-"Acho que isso não é grande vantagem. Só pra atrapalhar, não vai ajudar em nada";

P- "Por que?"

R-"Depois vem produto de lá e daí daqui vão ter menos valor que nem tem agora (...) Eles produzem bem mais e vem de lá e vai abaixar os preços, vai abaixar aqui" (Micro produtor).

"Porque, por exemplo, o que que adianta eu vender ai 20 litros por dia, não adianta em nada, o que que é 20 litros? A média é de 50 pra cima, daí pra mim, aí é que está, né? Desanima também, né?" (Micro produtor).

Pode-se detectar que, embora os agricultores sintam-se um tanto distantes do MERCOSUL, com a maioria não tendo conhecimento sobre ele, essa realidade está chegando para eles através da cooperativa. Isto se deve não tanto às informações que ela fornece, mas principalmente pelo fato das políticas da CRAVIL estarem de acordo com as exigências do MERCOSUL, o que é evidenciado pelos incentivos e frete diferenciado. Desta forma, é passado aos agricultores que só permanecerá no ramo quem tiver qualidade e boa produtividade. É por isso que alguns grandes e médios não se assustam, pois estão justamente neste caminho. Também alguns pequenos que planejam aumentar a atividade leiteira. Mas outros representantes destes estratos se preocupam, juntamente com representantes dos micro produtores. Alguns porque não consideram suficiente sua produção, e os micro porque sentem que, mesmo o leite não sendo seu produto principal, é fundamental para o equilíbrio da unidade familiar e, com o MERCOSUL, não poderão concorrer com os maiores produtores.

Nota-se, assim, que a concepção dos técnicos de que o MERCOSUL é um processo de seleção natural, onde os mais eficientes permanecerão, não está internalizada pelos agricultores com tanta veemência. Mas através da cooperativa começa a se desenhar o quadro de que aqueles que conseguirem uma melhor produção terão êxito, os outros não, postura

coerente com o caráter neo-liberal do MERCOSUL e de toda política modernizadora. Esta realidade está sendo passada para os agricultores de uma maneira acritica, como se dependesse somente deles o seu êxito ou fracasso nesse contexto, como se o MERCOSUL fosse uma espécie de avaliação, onde se saberá da capacidade de cada produtor mediante seu desempenho nele.

### **8.3. A Questão da Herança**

O padrão de herança encontrado praticamente não difere entre os estratos produtivos. Como as propriedades, em geral, são pequenas, são insuficientes para serem divididas entre todos os filhos, de modo a lhes proporcionar uma estrutura fundiária que permita a manutenção da família enquanto agricultora (e não assalariada). Assim, é comum a preocupação dos pais com o fato dos filhos terem que escolher entre herdar a terra ou estudarem. Os que herdaram, em geral, pagam aos irmãos que não herdaram a parte referente a cada um.

Quando há o problema de falta de terra para todos os filhos, as filhas são, em geral, deixadas de fora da partilha, ou mesmo do pagamento de sua parte da terra pelo irmão que a herdou. O pensamento dos pais é que o homem que casar com a filha se responsabiliza por ela, estando assegurado, desta forma, seu "começo de vida". Como herança, os pais lhe destinam ou uma vaca leiteira, ou uma casa, ou uma soma em dinheiro, além do enxoval, por ocasião do casamento, dependendo das

condições da família. Quase sempre o que ela recebe corresponde a um valor inferior à terra herdada pelo(s) irmão(s).

A grande maioria dos entrevistados, espalhados por todos os estratos, coloca que cabe aos filhos decidirem o futuro que desejam, se continuar no campo ou estudarem e irem para a cidade. Mas a grande maioria também deseja que pelo menos um filho continue na terra, para que eles não precisem vendê-la e irem para a cidade na velhice:

"Porque se ninguém se interessa pela propriedade, então ela vai falir, né? Mas se tem alguém que se interesse, então pra gente ... continua com a propriedade ... na casa, né?" (Grande produtor).

"A gente custou a arrumar isso agora, deixar depois, aí também é ruim" (Pequeno produtor).

Por isso muitos filhos são preparados para ficarem na terra, mesmo de uma forma não intencional, ao interromperem seus estudos, geralmente no fim do primário, porque são necessários para trabalharem na roça, ou cuidarem dos irmãos menores em casa porque a mãe precisa ir para a roça, uma vez que os pais não têm recursos para contratarem mão-de-obra. É comum a família aumentar a produção quando os filhos crescem, e diminuir novamente quando eles casam e saem da propriedade, ou vão estudar na cidade. Este estudo, em geral, diz respeito ao primeiro e segundo graus. Freqüentar uma universidade constitui-se em exceção.

Notamos que falar sobre a herança é bastante delicado para a maioria, principalmente quando em presença dos filhos já crescidos. Isto porque existe a preocupação em dar um "começo de vida" para todos os filhos, mesmo para aqueles que não podem ficar na terra, pois há o entendimento de que para começar a



vida hoje, em qualquer atividade, está muito difícil, só mesmo com uma ajuda de casa. Há poucos casos em que os pais não desejam que os filhos fiquem no campo, para terem uma vida mais fácil na cidade.

É interessante notar que é muito corrente entre os agricultores de todos os estratos a afirmação de que o filho que escolhe estudar é porque tem "cabeça boa":

"O mais novo também não tinha interesse (na roça), era só estudar, e ele tem cabeça boa, então que estude, né? Ele tem cabeça boa é pra isso" (Grande produtora).

"É, hoje não sei, a gente vai dizer o quê, né, eu já não tinha cabeça muito boa pra estudar, eu gostava mais de pensar em "arte", brincadeira, né? E os outros irmãos todos já eram melhores de cabeça. Mas hoje não ... acho que se o cara, tendo a cabeça no lugar, acho que dá pra viver, né, aqui no interior. Agora, se é pra ir pra cidade, daí precisa ter mais estudo" (Médio produtor).

Mesmo o agricultor não tendo "cabeça boa" para o estudo, parece não haver nenhuma desqualificação a seu respeito, ou ao filho que não estuda e fica na terra, uma vez que para trabalhar na roça, precisa ter "a cabeça no lugar", isto é, ter organização, saber como produzir e como empregar o dinheiro, mas não precisa ter estudo. Este só é primordial quando se vai trabalhar na cidade. Mas como o agricultor, em geral, não deseja ir para a cidade, onde seria empregado e não se sentiria livre, o estudo não é tido como um valor dentre as pessoas que optam pela agricultura. Ao contrário, os filhos até saem da escola se forem necessários na unidade produtiva. A falta de estudo ganha peso quando o agricultor relaciona-se com os técnicos da cooperativa, que têm estudo, sendo por esse motivo que os agricultores entendem que o pessoal da cooperativa consegue sempre impor sua vontade, sendo o estudo

compreendido como uma forma de dominação. Mas quando o objeto com que se relaciona é sua própria atividade, o estudo perde sua importância.

SEYFERTH (1985) nos oferece um referencial importante para entendermos a questão da herança no meio rural do sul do país, em regiões colonizadas por alemães e italianos. Segundo a autora, os imigrantes que chegaram ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX recebiam lotes de terras financiados pelo governo, que tinham em média 25 ha, destinados para cada família. Como a demanda por terras era muito grande, uma vez que chegavam ao Brasil famílias de imigrantes em muito maior quantidade do que o número de lotes disponíveis, não havia possibilidade de uma família adquirir mais terras. O tamanho do lote, associado com a topografia bastante acidentada da região, o que diminuía consideravelmente a parcela de terras cultiváveis, era insuficiente para a manutenção da família de uma forma adequada. O problema aumentava quando chegava a hora da partilha da terra, dada como herança para os filhos. Se todos os filhos recebessem uma parte da terra, seria insuficiente para a reprodução de suas respectivas famílias. Os colonos alemães vieram principalmente de duas regiões da Alemanha: de Baden-Wurtemberg, e de Schleswig-Holstein. Os originários da primeira tinham como prática a herança partilhada, e os da segunda, a herança impartível. Essas duas práticas continuaram sendo comuns nas divisões da herança desses imigrantes no Brasil.

A herança partilhada é aquela onde a terra é dividida igualmente entre todos os irmãos. Esta é prática legal segundo

o código civil brasileiro. Pelo fato dos lotes coloniais no sul do Brasil medirem em média 25 ha, esta prática tinha como consequência a inviabilização dos filhos como colonos. A herança impartível é aquela onde apenas um filho herda a terra, em geral comprando a parte dos irmãos, mas por um valor bastante inferior ao preço da terra no mercado. Os irmãos ganham apenas a casa com um pequeno terreno para o cultivo de alimentos para a manutenção da família. Desta forma, os pais asseguram a todos os filhos sua moradia e a possibilidade de cultivarem para o sustento da família, mas apenas um filho permanece colono. SEYFERTH define com clareza a importância da "colônia":

"Numa oposição entre cidade e campo, o termo "colônia" designa a área rural; mas a nível da comunidade rural também tem um significado mais restrito e, diria, mais sociológico. Designa as terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações, etc., que, juntamente com o grupo doméstico, formam uma unidade básica de produção e consumo. A concepção da família camponesa está estreitamente ligada à idéia de colônia, mesmo quando a posse de pequena quantidade de terras leva à proletarização parcial. Constitui a própria caracterização desse campesinato, onde o trabalho familiar tanto quanto a propriedade da terra são extremamente valorizados. A colônia, nesse contexto, é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço da família" (SEYFERTH, 1985, pag.8).

A autora coloca que a simbiose existente entre a colônia e a família é o núcleo fundamental da identificação social dos colonos, pensada como uma economia doméstica auto-suficiente. É tendo como suporte este significado que a colônia possui para esses agricultores, que se consegue entender as regras de herança. Segundo a autora, diante da escassez de terras, a herança impartível significou uma estratégia de reprodução desse campesinato, evitando o excessivo parcelamento das colônias, assim como resguardou sua concepção como uma unidade de subsistência.

O padrão de herança tem a ver com o tipo de família encontrada entre os descendentes de alemães. A família tradicional é formada por três gerações, caracterizando a "família tronco germânica", que ocorre num dado momento do ciclo familiar. Basicamente a família tronco é aquela em que um herdeiro casado fica convivendo com os pais, existindo, assim, quando os filhos deste nascem, três gerações numa mesma casa. A família-tronco existe tanto na forma de herança impartível, como na herança partilhada. Isto porque é de tradição que mesmo que a terra seja dividida entre os filhos, apenas um herda a terra onde ficam a casa paterna e as benfeitorias, portanto, ficando com uma parte maior.

O que importa ressaltar a respeito do padrão de herança predominante na área estudada é que permanece como responsabilidade dos pais deixar terra ou, pelo menos, dar um "começo de vida" para todos os filhos. Essa responsabilidade explica, muitas vezes, comportamentos que podem parecer "ilógicos" dentro de uma outra tradição.

## CONCLUSÕES

"Não tem borracha que revogue o passado, pois exatamente o passado é irrevogável, na medida em que é empiricamente irrecuperável. Por isso que dentro da moralidade não se acha saída nunca, a saída é falsa. Têm-se que sair pelo plano da realidade, que é dialética. Temos que achar momentos de futuro, como vamos organizar a sociedade para que isso não ocorra mais. Isso é bem diferente do que tentar fazer a máquina andar para trás para não deixar esse futuro, que agora já é presente, acontecer, e tentar revogar a História" (BERTOLINO).

Com esta reflexão, retirada de um "autor sem obra", ou seja, da gravação de uma aula do professor de Filosofia Pedro Bertolino, da UFSC, podemos começar a difícil tarefa de formular algumas conclusões sobre a complexa realidade que investigamos. E não se trata de fazer isso tentando apagar a História, numa tentativa moral de achar uma saída melhor para ela. Mas sim, como fizemos no decorrer de todo o trabalho, partir da realidade concreta, para, embasados nela, encontrar elementos que, em seu movimento dialético, possam possibilitar ações humanas mais condizentes com a realidade.

A cada capítulo que avançávamos, fomos tentando construir um pedaço dessa realidade. Vimos, primeiramente, o modelo modernizador, pautado na marginalização dos "menos eficientes", "menos capazes", modelo este que formou as condições de possibilidades para que o MERCOSUL se efetivasse, acirrando ainda mais as contradições estruturais presentes no meio rural brasileiro. Ao nos debruçarmos sobre as condições econômicas do leite no Brasil, reforçamos o que havíamos visto em campo: o papel de complementaridade que ele desempenha na unidade agrícola, dada a histórica condição de baixo preço pago

ao produtor, o que impede que, na lógica dos agricultores, ele se torne o seu único produto. Especificamente em Santa Catarina, esta complementaridade torna-se mais evidente, uma vez que os agricultores deste estado descendem fundamentalmente de imigrantes europeus - e os de nossa amostra, majoritariamente de alemães - que implementaram aqui uma agricultura pautada na pequena produção diversificada, com mão-de-obra familiar. Deste modo, os agricultores por nós encontrados, em sua grande maioria, são policultores, que tem na diversificação a segurança de sua unidade produtiva. Mas esta lógica entra em conflito com a da cooperativa, pautada de acordo com as regras do mercado, mais do que isso, as regras do mercado ampliado no contexto do MERCOSUL, que desta maneira, chega até os agricultores. Se um dos grandes atrativos da atividade leiteira para os agricultores é a renda mensal que ela proporciona, mas sendo este produto "mais um" no equilíbrio de seu estabelecimento, para a cooperativa, ele deve ser o principal, numa lógica que direciona para a especialização na atividade.

Podemos dizer que este cenário é a realidade estrutural que encontramos. Mas como o mundo humano também é construído por aquilo que os homens fazem dessa estrutura, procuramos compreender a subjetividade nela presente, ou seja, os significados que a partir dela foram construídos. Vimos que a subjetividade dos técnicos está pautada por uma visão de mundo que atribui ao humano todas as vicissitudes, como se somente ele formasse o mundo, desconsiderando que o humano está sempre em relação com as condições estruturais dadas. Um "olhar"

voltado para a Extensão Rural enquanto instituição-instrumento do modelo modernizador esclareceu a "maneira oficial" de pensar. Podemos dizer, sem medo de cairmos numa avaliação moral, mas nos restringindo à descrição da realidade, que esta forma de pensar legitima-se no seio de uma sociedade capitalista, onde se formam personalidades e subjetividades capitalistas, onde tudo passa a ser explicado a partir das individualidades, sendo o êxito e o fracasso termômetros do valor de cada um. Não é nenhuma arbitrariedade que o modelo modernizador tenha encontrado tanto eco em nossa sociedade. Até mesmo a "germanidade" que vimos presente em todos os estratos produtivos de nossos agricultores entrevistados, configura-se num ponto de consenso entre os agricultores e os técnicos, abrindo caminho para que o discurso da cooperativa encontre gradativamente mais espaço entre eles.

Mas também existem dissensos entre estas duas categorias, e pudemos constatar que eles se originam do fato dos agricultores estarem em contato com as condições adversas da realidade, não podendo, em alguns momentos, explicar esta realidade com o discurso oficial, cuja característica principal é estar separado dela. Isto se torna claro quando os agricultores explicam sua própria condição mediante as situações a que estão inseridos, numa "confusão" com a maneira legitimada de pensar, onde colocam no "capricho" as explicações para a situação de sua categoria. O fato é que não existe um contra-discurso que seja tão potente como o discurso oficial, que possa propiciar uma inteligibilidade concreta para o agricultor confirmar o que vê no mundo, isto é, um quadro

explicativo coerente com o qual ele possa se identificar nos momentos de dissenso com a visão oficial.

Esta realidade "fragmentada" faz-se clara quando focamos a relação do agricultor com a cooperativa. Existe um hiato entre eles, no sentido da cooperativa cobrar dos associados mais empenho em relação à "sua" indústria, e os agricultores considerarem-se seus subordinados, não se reconhecendo nela. A cooperativa encara a agricultura apenas como um meio de produção, não entendendo que para o agricultor ela é mais do que isso, é seu modo de vida. Ao mesmo tempo, por ser ela uma presença marcante para os agricultores, ditando as regras a que são submetidos e que têm repercussão direta em seu cotidiano, sua lógica tende a tornar-se cada vez mais presente para eles, inserida num contexto que a legitima.

Na teoria sartreana, a História é feita pelos homens inseridos em grupos. Um grupo se constitui por pessoas que têm um mesmo projeto, sendo este seu elo unificador, e pode ser formado de uma maneira crítica ou alienada. Os portadores do discurso dominante, hoje, formam um grupo, porque direcionam efetivamente a História da humanidade, tendo um projeto claro que unifica as pessoas, mesmo que estas pessoas, em sua particularidade, não tenham clareza disto. É este o sentido da afirmação ...

**"... um dos caracteres mais marcantes de nossa época é que a história se faz sem ser conhecida." (SARTRE, 1987, p.123)**

A grande questão que se coloca é: quais as consequências disto? Podemos refletir que as consequências se fazem num mundo sendo construído a favor de uns poucos e contra



os interesses concretos de uma maioria, embora esta maioria ajude a construí-lo, ativa ou passivamente. Passividade não é neutralidade, é cumplicidade. Tomando o cenário da realidade visto em nossa pesquisa, podemos constatar que seus elementos não formam um grupo, uma vez que não possuem um projeto em comum que direcione suas atitudes. É então que se constata que existem lógicas diferenciadas, mas que somente uma é a oficial. E se somente uma é a oficial, significa que a outra é marginalizada, fazendo com que a categoria que por ela se define seja gradativamente expropriada de seus valores, sendo forçada a substituí-los pelos contidos no discurso dominante. Neste processo, é a própria subjetividade que se força a mudar, pois não pode existir uma mudança "externa" sem o seu correlativo "interno", uma vez que estas são duas dimensões de um mesmo ser no mundo.

Se a história vem sendo assim construída num jogo de poder entre dominantes e dominados, cabe ao pensamento crítico olhar o mundo e procurar além daquilo que a "história oficial" nos permite enxergar, buscando as diferentes perspectivas que formam este complexo todo. Se historicamente a categoria dos produtores rurais vem sendo expropriada de sua forma de pensar, numa tentativa de fazê-los incorporar a forma "oficial" que não leva em conta a realidade por eles vivenciada, podemos concluir que a história está sendo feita de forma contrária aos seus interesses, porém, com sua cumplicidade, mesmo que parcial. Cumplicidade gradativamente conquistada pela violência simbólica que invade o cotidiano dos agricultores com a força explicativa dos valores legitimados.

Para que a história seja escrita de outra forma, a fim de contemplar essa categoria tão esquecida, é necessária uma reorganização do mundo. É necessário que haja uma destotalização do que aí está para que, no exercício de retotalização, esse mundo seja totalizado com outros valores. Se as decisões tomadas são alheias aos interesses e valores de uma categoria social, é porque está ocorrendo alguma forma de violência para com ela, tanto mais eficaz quanto mais simbólica for, ou seja, quanto mais sutilmente ela for modificando a lógica própria de seus membros.

O resgate de nossos entrevistados deixa uma "brecha" nesta realidade: ainda é tempo de ouvi-los, de esperar que efetivamente eles construam uma história a seu favor. Num país supostamente democrático, em que a maioria excluída insiste em escrever a história da minoria privilegiada, mesmo quando tem a chance de mudá-la, é preciso que as "brechas" se tornem grandes o suficiente para reverterem o construído.

Mas aí entra uma decisão política, que foge ao controle do trabalho científico. A ciência cumpre o papel de compreender a realidade, mostrando as contradições existentes e suas conseqüências. O que ocorre na maneira capitalista de pensar, no entanto, é que as decisões políticas pouco têm a ver com os conhecimentos já existentes sobre a realidade. Forja-se uma realidade utópica e se procura forçosamente legitimá-la.

Este trabalho encontrará seu objetivo se, ultrapassando o papel de acrescentar um degrau a mais na hierarquia acadêmica de sua autora, conseguir sair das gavetas da academia - deste

lugar próprio dos "privilegiados", e contribuir para, juntamente com outros trabalhos, fornecer uma abordagem interdisciplinar para compreensão da realidade - desta realidade concreta onde estão os "marginalizados". Compreender é o primeiro passo quando se quer modificar:

"Compreender é modificar-se, ir além de si mesmo" (SARTRE, 1987, p.119).

O ponto que queremos enfatizar é a disparidade que existe entre "o mundo oficial", e o "mundo do agricultor", por mais que o discurso oficial penetre, mascarando os pontos de ruptura. Se os agricultores, principalmente os mais excluídos pela política agrícola atual, podem construir um discurso de cumplicidade, podem também construí-lo de outra forma, como foi tão claramente explicitado por um agricultor, quando perguntado: "Ciço, o que é educação?", que reproduzimos a seguir. A aparente "confusão" entre valores "oficiais" e valores "próprios" revelam uma luta interior que pode construir novos caminhos.

"Agora o senhor chega e pergunta: 'Ciço, o que é educação?' Tá certo. Tá bom. O que que eu penso, eu digo. Então veja, o senhor fala: 'Educação', daí eu falo: 'educação'. A palavra é a mesma, não é? A pronúncia, eu quero dizer. É uma só: 'Educação'. Mas então eu pergunto pro senhor: 'É a mesma coisa? É do mesmo que a gente fala quando diz essa palavra?' Aí eu digo: 'Não'. Eu digo pro senhor desse jeito: 'Não, não é: Eu penso que não'.

Educação ... quando o senhor chega e diz: 'educação', vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com o quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali.

Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui.

Então, quando o senhor vem e fala a pronúncia 'educação'. na sua educação tem disto. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com isso tudo; recursos que no seu mundo tem.

Quando eu falo, o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai-não-cai ali num canto da roça, a professorinha dali mesmo, os recursos tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo 'educação' e penso 'enxada', o que foi pra mim.

Então 'educação'. É por isso que eu lhe digo que a sua é a sua e a minha é a sua. Só que a sua lhe fez. E a minha? Que a gente aprende mesmo, pros usos da roça, é na roça. É ali mesmo: um filho com o pai, uma filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo os mais velhos trabalhando.

Agora o senhor chega e diz: 'Ciço, e uma educação dum outro jeito? Um saber pro povo do mundo como ele é?' Esse eu queria ver explicado. O senhor fala: Eu tô falando duma educação pro povo mesmo, um tipo duma educação dele, assim, assim.' Essa eu queria saber como é. Tem? Ai o senhor diz que isso bem podia ser feito: tudo junto: gente daqui, de lá, professor, peão, tudo. Daí eu pergunto: 'Pode? Pode ser dum jeito assim? Pra quê? Pra quem? (...)

... Se um tipo desse, duma educação assim pudesse ter aqui, como a gente estamos conversando, com adultos, os velhos, até mulheres, conforme foi dito, assim num acordo, num outro tipo de união, com um povo todo daí desses cantos sentindo deles, coisa deles, como uma coisa que é nossa também, que então juntasse idéia de todos, professor, nós, num assunto assim, assim, então o senhor havia de ver que o povo daqui tem mais de muita coisa do que a gente pensa.

Quer dizer, eu entendo assim: fazer dum jeito que ajuda o peão pensar como anda a vida por aqui, porque que é assim. Dum jeito que o povo se une numa espécie de mutirão - o senhor sabe como é? - para um outro uso. Pra lutar pelo direito deles - trabalhador. Digo, de um tipo de reunir, pensar juntos, defender o que é seu, pelo que devia ser. Exemplo assim, como a gente falava, de começar pelas coisas que o povo já sabe, já faz de seu: as idéias, os assuntos" (BRANDAO apud MUSSOI, 1984, p.5/6).

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- AFUBRA. **Relatório de atividades**. 1992/1993.
- ALTMANN, Rubens. Modernização da agricultura catarinense. **Informe Conjuntural**, Florianópolis, ano 8, n. 337, p.2-3. 1990.
- CAPORAL, Francisco R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria: UFSM, 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).
- CEAG/S.C. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina - estudos das alterações estruturais - século XVII-1960**. Florianópolis, CEAG/S.C. 1980.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, José G. da. & STOLKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- COLI, Luiz Eurico J. **Análise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado em Engenharia)
- CRUZ, José Cláudio de F.; TEIXEIRA, Erly C.; RAGGI, Luiz Aurélio. Análise da competitividade do leite no Mercado Comum do Cone Sul. In: **Anais do 30º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, 1992. p. 226-240.
- DESER. **Conjuntura agrícola**. n. 41, 25 nov., {s.l.}, 1993.

DIAS, Cleimon Eduardo do A. **Espaços de conflito e permanência das agências de Estado: o exemplo da Extensão Rural em Santa Catarina.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola).

EPAGRI. **Informações técnicas - curso profissionalizante de gado leiteiro: módulo básico.** Boletim Didático n. 5, Florianópolis: EPAGRI, 1993.

FARINA, Elisabeth M.M.Q. Política pública e evolução recente da pecuária leiteira no Brasil. In: DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos M. **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA - 127, 1990.

FREDERICQ, Antoinette. A "babá" dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, Odacir Luiz & FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?.** 8.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ICEPA. **Estrutura agrária - evolução em Santa Catarina - 1960-1980.** Florianópolis: ICEPA, 1984.

LOPES, Mauro de R. & JANK, Marcos S. O setor leiteiro, a intervenção do Estado e o MERCOSUL. In: **Anais do 31º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural,** Brasília: SOBER, 1993. p. 1049-1070.

LUCRO com qualidade. **A folha de ouro** - Jornal dos Produtores da DIBRELL do Brasil Tabacos Ltda., ano IV, n.20, maio/jun. {S.l.}. 1993.

MUSSOI, Eros M. A questão da educação rural. **Prospectiva**, n. 13, p. 3-6. {S.l.}. 1984.

---

. Política agrícola e modernidade: o que há de novo? **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis : EPAGRI, v.5, n. 1, p. 35-36, mar.1992.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

NEVES, Delma P. **As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno - análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores**. {s.d}. mimeo.

OLIVEIRA, Joel. **Análise da estrutura e da concorrência da indústria catarinense de laticínios**. Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Inédita.

O longo caminho do fumo, da produção à exportação. **A Folha de Ouro** - Jornal dos Produtores da DIBRELL do Brasil Tabacos Ltda., ano IV, n.20, maio/jun.{s.l.}. 1993.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

"O Shopping global". **Veja**, n. 1319, dez. 1993. pp. 96-97.

- PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e discensos: o caso de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- PICHETT, Antonio. **História de Santa Catarina.** V.4, {s.l.}: Grafipar, 1970.
- PIDSE. **Diagnóstico municipal de Presidente Getúlio.** Florianópolis: SEPLAN, SEICT, CEAG/S.C., 1990.
- RIOS, Gilvando S. L. **O que é cooperativismo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Alcebiades & MOURA, Luiz D. **Safra do fumo será 20% menor nos três estados da Região Sul.** **Diário Catarinense,** Florianópolis, 28 nov. de 1993. Caderno de Economia p.4-5.
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método. Coleção Os Pensadores.** 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. P. 109-191.
- \_\_\_\_\_. **El ser y la nada.** 8 ed. Buenos Aires: Losada, 1989.
- SCHILLING, Paulo R. **MERCOSUL: integração ou dominação?** São Paulo: CEDI, 1992.
- SEIFFERT, Raquel Q. **Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político - pedagógicos (1956-1985).** Florianópolis: UFSC, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política).
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.



\_\_\_\_\_. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 37, p.1-33, out. 1982.

\_\_\_\_\_. Camponeses ou operários? O significado da categoria "colono" numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29. 1983/1984.

\_\_\_\_\_. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, maio. 1985.

SHANIN, Theodor. **Chayanov e a questão do campesinato**. 1989, mimeo.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. da & KAGEYAMA, Ângela A. As estratégias sociais dos agricultores - a produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: **Anais do Seminário A agricultura brasileira nos anos 90 - desafios e perspectivas**. Curitiba: Editora da UFPR, 1991. pp. 153-177.

SOARES, Maria Clara C. **MERCOSUL: A integração neo-liberal. Políticas Governamentais**, Rio de Janeiro, v.8, n. 79, p.15-20, abr/maio . 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.2, n. 1, p.13-79, jan/abr. 1985.

ZAMBERLAM, Jurandir. **MERCOSUL: caminhos ou descaminhos do pequeno agricultor**. Passo Fundo: Ed. P. Berthier, 1993.